

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**ESTUDO DO TURISMO NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA
NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO.**

Keila Bonin Reis de Camargo

Silvana Maria Pintaudi

Rio Claro (SP)
2008.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**ESTUDO DO TURISMO NA PERSPECTIVA GEOGRÁFICA
NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO**

Keila Bonin Reis de Camargo

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvana Maria Pintaudi

Dissertação de Mestrado elaborada junto ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia -
Área de Organização do Espaço para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Rio Claro (SP)
2008.

Comissão Examinadora.

Aluno (a)

Rio Claro, ____ de _____ de _____

Resultado _____

Rio Claro
2008.

Dedico ao meu amado esposo, sempre compreensivo e companheiro, pelo incentivo, paciência e apoio ao longo de toda esta jornada.

Agradecimentos.

Agradeço primeiramente a Deus, pois Ele é a essência da vida. DEle vem nossa força, energia e capacidade.

Aos meus familiares por terem me inspirado ao tema deste trabalho. Em especial à minha irmã Vivian, pelo incentivo e apoio que sempre me deu.

Ao meu esposo, pela amizade e carinho constante.

De forma especial à minha orientadora, Pr^a. Dr^a Silvana Pintaudi, pelo incentivo, dedicação, apoio e carinho prestados durante todo este tempo.

À Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, em especial à Secretaria do Turismo, por todo material fornecido e pela cordialidade com que sempre nos atenderam.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela colaboração e contribuições prestadas.

Por todos que, direta ou indiretamente, auxiliaram para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de pesquisa o Município de Presidente Epitácio e se propõe a fazer uma análise do processo de produção do espaço urbano, num momento em que a atividade turística desponta como alternativa econômica para seu crescimento, principalmente após as modificações territoriais ocorridas em função da Construção da Usina Hidrelétrica “Engenheiro Sérgio Motta”, que promoveu o alagamento de áreas importantes da cidade. Partimos do pressuposto de que a atividade turística é uma prática social e econômica inerente ao processo de produção capitalista, inserida na ideologia do consumo e que reproduz a lógica do capital. A apropriação do território para o uso turístico promove a normatização, funcionalização e mercantilização do espaço modificando sua forma e função, o que resulta na perda das relações de vizinhança e da identidade que dá sentido aos lugares, causando a fragmentação do território e a segregação sócio-espacial. Entretanto a pesquisa não se restringe apenas ao estudo do desenvolvimento do turismo, mas pretende uma análise mais ampla quanto ao processo histórico de crescimento desta e das demais atividades que vêm promovendo a expansão urbana e a transformação de seu território, destacando criticamente suas implicações no modo de ser local e abordando a importância das Políticas Públicas e o papel do Estado neste processo de mudanças.

Palavras-Chave: Produção do espaço; Turismo e lazer; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work has as research object the Municipal district of President Epitácio and intends to do an analysis of the process of production of the urban space, in one moment in that the tourist activity blunts as economical alternative to growth, mainly after the territorial modifications happened in function of the Construction of the Hydroelectric power station "Engineer Sérgio Motta", that it promoted the flooding of important areas of the city. We left of the presupposition that the tourist activity is a social and economical practice inherent to the process of capitalist production, inserted in the ideology of the consumption and that it reproduces the logic of the capital. The appropriation of the territory for the tourist use promotes the standardization, functions and merchandise of the space modifying the form and function, what results in the loss of the neighborhood relationships and of the identity that gives sense to the places, causing the fragmentation of the territory and the partner-space segregation. However the research doesn't just limit to the study of the development of the tourism, but it intends a wider analysis as for the historical process to growth of this and of the other activities that see promoting the urban expansion and the transformation of territory, detaching their implications critically in the way of being local and approaching the importance of the Public Politics and the paper of the State in this process of changes.

Word-key: Production of the space; Tourist activity; Public politics.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Mapa: Localização de Presidente Epitácio	29
FIGURA 02 - Mapa: Áreas de Erosão (UGHHI-22).	32
FIGURA 03 - Mapa: Localização da Região Administrativa de Presidente Prudente.	34
FIGURA 04 - Mapa: Localização de Presidente Epitácio.	37
FIGURA 05 - Mapa: Localização de Presidente Epitácio no Estado de São Paulo.	37
FIGURA 06 - Mapa: Localização do Distrito do Campinal.	41
FIGURA 07 - Gráfico: Renda média per capita (em salário mínimo).	44
FIGURA 08 - Gráfico: Renda per capita (até ½ salários mínimos).	45
FIGURA 09 - Gráfico: Renda per capita (até ¼ salários mínimos).	45
FIGURA 10 - Gráfico: IDHM DO Estado de São Paulo e do Município.	45
FIGURA 11 - Gráfico: Taxa Geométrica de Crescimento Anual da população.	46
FIGURA 12 - Mapa: Área do Município – Perímetro Urbano e Rural.	47
FIGURA 13 – Gráfico: Emprego e Rendimento – Presidente Epitácio.	48
FIGURA 14 – Gráfico: Emprego e Rendimento – Região Pres. Prudente.	48
FIGURA 15 – Gráfico: Emprego e Rendimento – Estado de São Paulo.	48
FIGURA 16 – Gráfico Geral de Ocupação Hoteleira.	62
FIGURA 17 – Gráfico Taxa de Ocupação Pousadas.	64
FIGURA 18 – Gráfico Taxa de Ocupação Hotéis.	64
FIGURA 19 – Gráfico – Faixa Etária dos Visitantes.	66
FIGURA 20 – Foto: Novo Parque Figueiral.	67
FIGURA 21 – Foto: Novo Parque Figueiral.	67
FIGURA 22 – Foto: Orla Fluvial (vista aérea parcial).	67
FIGURA 23 – Foto: Entrada principal do Thermas.	69
FIGURA 24 – Foto: Piscina aquecida - Thermas.	69
FIGURA 25 – Foto: Piscina fria - Thermas.	69
FIGURA 26 – Foto: Restaurante - Thermas.	69
FIGURA 27 – Foto: Thermas Hotel Fazenda.	69
FIGURA 28 – Foto: Piscina Thermas Hotel Fazenda.	69
FIGURA 29 – Foto: Centro de Lazer Sesi.	71
FIGURA 30 – Foto: Usina Hidrelétrica E. Sérgio Motta.	98
FIGURA 31 – A ponte e o Rio vistos a partir do Antigo Figueiral.	108
FIGURA 32 – Homenagem ao Figueiral.	109
FIGURA 33 – Antigo Figueiral visto do rio.	110

FIGURA 34 – Quiosques Antigo Figueiral.	110
FIGURA 35 – A ponte e o rio vistos do Antigo Figueiral.	110
FIGURA 36 – Mapa: Localização e percurso Presidente Epitácio - Assis.	115
FIGURA 37 – Mapa: Localização Presidente Epitácio - Sete Quedas.	120
FIGURA 38 – Mapa: Localização Presidente Epitácio e Guaíra.	121
FIGURA 39 – Mapa: Localização Presidente Epitácio e Jupíá.	122
FIGURA 40 – Mapa: Localização de Vila Tibiriçá e Vila Epitácio.	125
FIGURA 41 – Foto: Restaurante Damaceno.	134
FIGURA 42 – O Barco Epitácio Pessoa.	136
FIGURA 43 – Foto: Antigo Parque Figueiral.	139
FIGURA 44 – Foto: Antigo Parque Figueiral.	139
FIGURA 45 – Foto: Antigo Parque Figueiral.	139
FIGURA 46 – Foto: Antigo Parque Figueiral.	139
FIGURA 47 – Foto: Antigo Parque Figueiral.	139
FIGURA 48 – Foto: Antigo Parque Figueiral.	139
FIGURA 49 – Foto: Guarita Novo Parque Figueiral.	140
FIGURA 50 – Foto: Projeto Novo Parque Figueiral.	140
FIGURA 51 – Foto: Reserva Florestal Lagoa São Paulo (antiga).	142
FIGURA 52 – Foto: Reserva Florestal Lagoa São Paulo (antiga).	142
FIGURA 53 – Mapa Aéreo – Localização do Bairro Alto do Mirante II.	191
FIGURA 54 – Mapa Aéreo – Localização do novo Parque Figueiral.	200

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Participação dos Vínculos Empregatícios em cada Setor (2007).	43
TABELA 02 – Percentual de Ocupação Pousadas / Hotel (por mês).	63
TABELA 03 – Evolução do Processo Produtivo Industrial.	79
TABELA 04 – Aproveitamentos da Principais Usinas Hidrelétricas.	102

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I – O MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO NA ATUALIDADE	24
• A Cidade como criação e produto social.	25
• O Município de Presidente Epitácio num contexto regional.	29
• Especificações locais – o Município de Presidente Epitácio.	36
• Muito além da forma: O lugar da vida, na vida dos que nele habita.	50
• Estruturas e estratégias para o setor turístico.	54
• Turismo de Pesca – Legislação.	60
• Dados específicos do turismo no município	62
• Principais atrativos turísticos de Presidente Epitácio	66
• O Global e o Local: Desafios e Estratégias para o Desenvolvimento Turístico.	72
<i>A inserção da atividade turística no contexto da economia mundial.</i>	72
<i>A técnica e a lógica do capital na dimensão do lazer.</i>	88
CAPÍTULO II – OS (DES)CAMINHOS DO CRESCIMENTO ECONOMICO	97
• Transformando o Território – A Construção da Usina Hidrelétrica Eng ^o Sérgio Motta (Porto Primavera):	98
• Um lugar, uma represa ... Um significado que extrapola os sentidos.	105
• O passado no presente, um pouco do ontem e do hoje	111
• A Nova Configuração paisagística: entre Perdas e Danos.	132
<i>O Estaleiro e o Restaurante Damaceno</i>	133
<i>Os Navios que “fizeram a história” Presidente Epitácio</i>	134
<i>O Parque Figueiral.</i>	136
<i>Reserva Florestal da Lagoa São Paulo</i>	140
<i>Termo de Compromisso.</i>	142

CAPÍTULO III – AS POSSIBILIDADES DO PRESENTE.	147
• O Estado como Agente de mudanças.	148
• O Papel do Estado.	150
• Políticas Públicas.	153
• Políticas Públicas de Turismo.	162
• O Turismo e o Lazer no Cotidiano Urbano: Uso e Alienação do Território.	173
<i>Turismo – Fenômeno Mundial Contemporâneo.</i>	173
<i>O turismo e a apropriação do espaço.</i>	178
• A realidade atual e as possibilidades do presente.	183
<i>A vida dos Pescadores.</i>	183
<i>O Cais do Porto.</i>	194
<i>O Figueiral e as Atividades de Lazer.</i>	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	205
BIBLIOGRAFIA.	212

Introdução

O presente estudo tem como objetivo fazer uma análise do processo de produção do espaço urbano na pequena cidade¹ do interior do Estado de São Paulo, Presidente Epitácio, entendendo que as mutações territoriais sofridas em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta², representam um marco importante no processo de mudanças sócio-espaciais.

A partir de uma decisão externa, neste caso do Governo Federal através da implementação do projeto para o aumento de oferta de energia elétrica, esta localidade vivenciou a transformação de seu território e a introdução de novas possibilidades. A atividade turística, por exemplo, tem se destacado como um motivador do crescimento econômico, estabelecendo a construção de novas áreas e estruturas.

Com a instalação da usina no rio Paraná, localizada a 28 km à montante da confluência com o Rio Paranapanema, algumas regiões ficaram submersas promovendo a desapropriação e relocação de parte da população, o que em alguns casos implicou na alteração de suas atividades e do seu modo de vida.

Aproximadamente setenta ilhas foram inundadas, (22 localizadas na altura do município de Presidente Epitácio), resultando em grandes perdas para a fauna e flora. Perdeu-se, também, alguns pontos propícios para a pesca e áreas vinculadas à agricultura e à pecuária e locais próprios para a prática do lazer e de festividades, que se destacavam como lugares de encontro da comunidade local.

Para amenizar tais perdas o poder público em parceria com a CESP (Companhia Energética de São Paulo) projetou o remodelamento e a construção de

¹ Para utilização do termo: “pequena cidade”, tomamos como parâmetro os padrões de cidades brasileiras, e tivemos como pressupostos: a) o tamanho demográfico (aproximadamente 42.00 habitantes em Presidente Epitácio); b) as funções urbanas (grau de complexidade); c) a organização intra-urbana. (Estes itens estão de acordo com o que o Prof. Dr. Roberto Lobato Correia especificou em conferência no II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias Uberlândia/2006).

² Esta Usina foi também chamada de Usina Hidrelétrica Porto Primavera, tendo seu nome modificado posteriormente, para Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, em homenagem ao ex-ministro das comunicações durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

algumas áreas mediante a instalação de infra-estruturas adequadas para prática de certas atividades, dentre elas o lazer e o turismo.

A supremacia Estatal e suas determinações prevaleceram em prol do aumento das projeções de demandas futuras para o uso de recursos energéticos em âmbito nacional, e embora não se restringisse ao local, este foi o que mais sofreu as intervenções e conseqüências de tal medida. A população se afligiu por algo que lhe era estranho, mas que lhe foi imposto como necessário ao desenvolvimento da nação. Assim, a partir da subida das águas e formação do lago, a população presenciou a transformação de seu território e de seu meio urbano.

Os espaços urbanos são modificados em conformidade com inúmeros determinantes, freqüentemente relacionados aos interesses ou necessidades vigentes em cada momento histórico. Os estímulos, quase sempre atrelados a motivos econômicos e financeiros, formam a base de decisões que interferem na produção do espaço urbano. Movimentos de crescimento, desenvolvimento ou mesmo decadência são instaurados dando origem a novos núcleos, bairros e centralidades.

A partir destas premissas, como nosso objeto de pesquisa se refere ao espaço urbano, tomaremos como base teórica parte da obra de Henri Lefèbvre e suas discussões sobre o fenômeno urbano, suas implicações e complexidades.

Para Lefèbvre a sociedade contemporânea está em processo de mutação, e este processo se caracteriza por múltiplas crises que se imbricam umas sobre as outras e permeiam o âmbito do econômico, do político, das artes, enfim, de diversas esferas. Entretanto, para o autor a crise da realidade urbana é a mais importante, a mais central dentre todas as outras. (Lefèbvre 2000, p.63). Isto porque de acordo com o autor é no urbano que se produzem os problemas da atual sociedade, ou seja, é no urbano que a vida cotidiana se realiza.

Segundo Lefèbvre, o urbano ou a sociedade urbana constitui-se numa realidade ainda não acabada, como um possível a ser realizado, como uma prática social em marcha, em via de constituição, uma virtualidade possível. Como ela está, ainda, em via de sua realização total, o autor trabalha com a hipótese da *urbanização completa da sociedade*, ou seja, de forma contínua o processo tende a abranger toda a

sociedade, fazendo com que a sociedade inteira se torne urbana. Para ele “sociedade urbana” é “aquela que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real”. (LEFÈBVRE 2002, p.15).

“Enunciamos um *objeto virtual*, a sociedade urbana, ou seja, um *objeto possível*, do qual teremos que mostrar o nascimento e o desenvolvimento relacionando-os a um *processo* e a uma *práxis*”. (LEFÈBVRE 2002, p. 16).

Para o autor a sociedade urbana é a sociedade que nasceu da industrialização, processo este que revolucionou o modo de produção, que dominou e absorveu a produção agrícola e “implodiu” a figura do artesão. Ao trazer a indústria para a cidade, as relações de trabalho foram “invertidas” mediante a instauração da divisão do trabalho, que passou a ser centrado num contrato de trabalho.

O desenvolvimento industrial permitiu a produção em alta escala, ou seja, promoveu o crescimento quantitativo da produção econômica, o “*boom quantitativo*”. No decorrer deste processo, as cidades foram se tornando cada vez mais alvo de instalação das indústrias, fazendo com que seus contingentes populacionais fossem se expandindo. Tal crescimento resultou numa enorme concentração de pessoas, de atividades, de coisas e objetos, que culminou numa imensa explosão, com uma projeção de fragmentos múltiplos e difusos. Assim, o “boom quantitativo” da produção econômica suscitou uma qualidade diferente, uma lei da dialética traduzida numa nova problemática: a problemática urbana.

Desta forma, o autor entende que o fenômeno urbano surgiu a partir da industrialização (“motor das transformações na sociedade”), mas não apenas como resultante de um processo produtivo, mas como algo novo que foi se estabelecendo a partir da cisão e inversão do processo que estava em curso, convertendo a própria industrialização, antes “potência que dominava” em “realidade dominada”.

“A industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada no curso de uma crise profunda, às custas de uma enorme confusão, na qual o passado e o possível, o melhor e o pior se misturam”. (LEFÈBVRE 2002. p 27).

Este momento do processo, denominado por Lefèbvre como “explosão-implosão”, é considerado como precursor da sociedade urbana e estabelece a fase

crítica que a anuncia. Desta forma, podemos compreender que o processo de industrialização ao se instalar nas cidades promoveu a intensificação da produtividade e conseqüentemente o incremento e a concentração populacional, causando a implosão do centro e a explosão da periferia, ou seja, provocou o desenvolvimento da cidade e simultaneamente a dispersão de suas características antigas (destruiu e dissolveu a cidade - dando origem ao que Lefèbvre denominou de anti-cidade), e assim produziu algo qualitativamente diferente: a Sociedade Urbana, permeada por novos valores.

“A não-cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior à indústria”. (LEFÈBVRE 2002, p. 25).

Neste contexto, consideramos importante destacar a idéia do autor em relação à cidade. Para ele há características que são intrínsecas à cidade e que se perderam a partir da industrialização, o que levou ao surgimento da anti-cidade, da não cidade.

Para Lefèbvre, (2001, p. 04), as cidades, cuja origem antecede a industrialização, eram centros da vida social e política onde se acumulavam as riquezas, os conhecimentos, as técnicas e as obras. “A própria cidade como uma obra”. Ao mesmo tempo ela conservava um caráter orgânico de comunidade, de organização corporativa. É obvio que as lutas, os conflitos e os contrastes sempre existiram, entretanto, para o autor, o ponto determinante é que a cidade era tida por arena, como palco das manifestações da vida. Onde os monumentos, como obras de arte, singularizavam como lugares de referências, onde prevalecia o domínio criativo sobre a ação, onde as festas e os lazeres se manifestavam de forma lúdica, espontânea, descompromissada, sem estar contaminada pelo lodo da especulação e do consumismo. Aliás, para o autor, este (o lazer, a festa, o encontro) constitui-se no principal uso da cidade.

A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do

prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro). (LEFÈBVRE 2001, p. 04).

Com a industrialização, a lógica racional (que permeia tal processo produtivo) “invadiu” a dinâmica urbana, e mediante instrumentos ideológicos que perpetram a ordem progressista e o crescimento econômico, a criação enquanto obra ficou “estagnada”, e foi substituída pelo produto. Perdeu-se o sentido e o gosto da obra, e se estabeleceu a primazia do produto a ser comercializado, vendido, e consumido.

Mediante tal influência e interferência, a realidade urbana passou a ser permeada por estratégias que visam o crescimento econômico e o aumento da produtividade, ou seja “o social urbano foi (e é) negado pelo econômico industrial” (LEFÈBVRE 1991, p. 21).

Para o autor, esta “reviravolta” nas concepções e valores do homem em relação à sua própria humanidade aponta para a “Zona Crítica” que caracteriza a problemática urbana atual em nível mundial. Onde o desenvolvimento da “humanidade do homem” segue em ritmo desacelerado em relação à corrida desenfreada pelo avanço econômico, portanto em detrimento ao social.

O crescimento econômico é apontado atualmente pelos governantes como o primordial a ser conquistado e em função disto estabelecem as metas a serem alcançadas. Para tanto, todos os esforços são concatenados e direcionados, salvo erro ou omissão. As administrações públicas, neste sentido, traçam políticas públicas cujos programas de desenvolvimento instauram estratégias e diretrizes, direcionando os investimentos e os esforços para prioridades econômicas.

O momento histórico atual implica em mudanças drásticas e repentinas, que ocorrem em âmbito mundial, mas que afetam diretamente todas as localidades do planeta, embora tais mudanças ocorram em escalas diversas e em tempos diferenciados.

Mesmo as localidades mais remotas são influenciadas por fatores externos, que direta ou indiretamente induzem a novas formas de desenvolvimento ou modelos produtivos, a novas técnicas administrativas e financeiras, a novidades tecnológicas e de comunicação, a novas atividades ditas econômicas, a modismos e valores sociais com novos gostos e costumes.

Todos estes itens se intercambiam no jogo de interesses que vigora nos bastidores da vida pública e dos agentes econômicos e sociais no mundo contemporâneo. Desta forma, as forças políticas interferem ativamente na produção do espaço, primordialmente em função de interesses políticos e econômicos em detrimento às necessidades reais da população.

São mediante as motivações e interesses que “movem” o mundo que a sociedade humana vai se construindo, se (re)construindo e se constituindo. E neste processo dinâmico e contínuo a humanidade vai deixando suas marcas, ou seja, sua história vai sendo redigida e registrada pelos elementos e matizes que perduram e que se concretizam no espaço. Através do trabalho o homem captura e transforma a natureza, num processo de (re)criação constante, que o torna ao mesmo tempo autor e espectador de seus próprios atos. E o resultado de sua atuação vira “concretude” no espaço mediante a materialização de seus atos e de sua existência.

Conforme descreve Carlos (1994, p. 70), “o espaço geográfico é uma relação social que se materializa formal e concretamente em algo possível de ser apreendido, entendido, apropriado”.

Desta forma partimos do pressuposto de que o espaço constitui-se num produto histórico da ação humana, e que, portanto expressa as relações sociais que lhe deram origem.

Todos sabemos que as formas espaciais são produtos históricos. O espaço produzido é um resultado da ação humana sobre a superfície terrestre que expressa, a cada momento, as relações sociais que lhe deram origem. Neste sentido, a paisagem manifesta a historicidade do desenvolvimento humano, associando objetos fixados ao solo e geneticamente datados. Tais objetos exprimem a espacialidade de organizações sócio-políticas específicas e se articulam sempre numa funcionalidade do presente. Aparentemente formas inertes possuem, contudo, o poder de influir na dinâmica da sociedade (MORAES, 1988, p. 15).

O espaço como resultado da ação humana expressa e revela as relações sociais que lhe deram origem. Assim, o espaço é *produto*, pois nele se concretizam as materialidades decorrentes da ação humana. Ao mesmo tempo, é nele e a partir dele que as novas articulações e relações sociais se estabelecem. As materialidades nele constituídas e o conjunto de ações que nele se desenrolam constituem a dinâmica necessária para as transformações que nele ocorrem, assim o espaço também é *meio*.

Mediante os elementos que lhe são intrínsecos, sua configuração e seu conteúdo, o espaço contém as condições necessárias às transformações sociais que nele se desenrolam, constituindo-se assim como *condição* da reprodução da sociedade. Assim sendo, encaminhamos nossa pesquisa analisando o espaço enquanto condição, meio e produto da reprodução da sociedade, seguindo a linha teórica de Carlos.

A partir das relações sociais e das relações do modo de produção de uma sociedade, relações estas alicerçadas e direcionadas por interesses vinculados ao processo de produção vigente, no nosso caso o capitalista, (ou seja, a partir da formação sócio-econômica capitalista), o espaço urbano se forma, se transforma, se produz e se reproduz. Neste movimento dinâmico e contínuo, as relações de produção são reproduzidas numa sociedade que também reproduz suas relações sociais, de forma cada vez mais contraditória, confusa, conturbada.

Para nossa análise, partimos do entendimento da (re)produção do espaço sob a lógica de sociedade capitalista, cujas relações mudam e se transformam. Assim, compreendemos a reprodução do espaço não apenas como uma repetição da produção anterior, mas como uma produção que no decorrer do processo incorpora novos valores, constituindo-se ao mesmo tempo como resultado e início de um processo que é contínuo, e ao mesmo tempo complexo, pois as contradições inerentes a ele não apenas se repetem, mas também se modificam e se ampliam.

Desta forma, como fundamento teórico desta pesquisa, consideramos a teoria da reprodução das relações sociais, entendendo, conforme Carlos, que a sociedade, ao produzir sua vida, sua história e realidade produz concomitantemente o espaço geográfico.

Carlos (1994, p.70) declara,

Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de vida, de agir e de pensar. Significa pensar o processo de produção do humano num contexto mais amplo, aquele da produção da história de como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência e do modo como concebem as possibilidades de mudanças.

Carlos compreende o espaço urbano como produto de um processo de produção num determinado momento histórico, referindo-se não apenas aos

aspectos econômicos do processo, como produção, distribuição e circulação, mas também às determinações sociais, políticas e ideológicas que totalizam a formação econômica e social. Desta forma, para a autora, o urbano constitui-se num modo de vida, uma vez que implica num modo de produzir, consumir, pensar e sentir. (CARLOS, 1994a).

Assim destacamos a importância do espaço urbano no período contemporâneo, e a significância dos estudos e reflexões realizadas por Lefèbvre e Carlos sobre o urbano. Visto que atualmente é no urbano que a vida humana se desenvolve e se realiza.

Durante longos séculos, a Terra foi o grande laboratório do homem; só há pouco tempo é que a cidade assumiu esse papel. O fenômeno urbano manifesta hoje sua enormidade, desconcertante para a reflexão teórica, para a ação prática e mesmo para a imaginação. Sentido e finalidade da industrialização, a sociedade urbana se forma enquanto de procura. (LEFÈBVRE, 2001, VII).

À medida que as forças produtivas se desenvolvem diversas mudanças ocorrem no meio social relacionadas às novas práticas e costumes, às novas relações que se estabelecem, aos novos conceitos que se interpõem e aos novos objetos e materialidades produzidos. Tais mudanças, que atualmente ocorrem mais rápida e profundamente, modificam o espaço urbano mediante novas formas de configuração espacial.

Assim, o espaço urbano enquanto produto histórico e social é repleto de contradições, contrastes e desigualdades, frutos do desenvolvimento desigual das relações sociais existentes que instauram as lutas, os movimentos sociais e as diversidades.

O espaço urbano revela esta faceta da sociedade contemporânea. Espaços dispersos e descontínuos surgidos aleatoriamente, ou espaços organizados e meticulosamente planejados, porém contraditórios na sua essência, confusos na sua finalidade, incoerentes em seu conteúdo e injustificáveis nos seus desdobramentos.

A realidade urbana atual aponta para uma sociedade mergulhada em conflitos, entretanto é incapaz de revelar a lógica que a movimenta e os interesses que a engendra, os quais se encontram escondidos e camuflados pela ideologia e pelo jogo de palavras que se apresentam como justificativas e verdades autenticadas.

Este mundo de distorções e desencontros fazia parte do universo de pesquisas de Henri Lefèbvre. Para o autor, este “mundo às avessas” marcado pela “destruição da natureza, pelas crises institucionais, pelas decepções e frustrações, pela automatização crescente e pelo aprisionamento do desejo, do sonho e da vida, não pode ser interpretado sem uma análise crítica, que contemple a principal esfera deste mundo em crise: *a crise da sociedade*, a qual se verifica nas relações sociais ou em certas relações centrais” (MARTINS, 1996, p. 25). Conforme explica Martins, para Lefèbvre esta crise se origina em virtude do descompasso real, ou do desencontro entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

“O econômico anuncia possibilidades que a tradição fundamental da sociedade não realiza ou realiza com atraso, uma vez que o avanço social está sempre atrasado em relação ao econômico”. (MARTINS, 1996 - p. 19).

A sociedade capitalista se vê sustentada pelo desenvolvimento de novas tecnologias, que lhe possibilita um montante produtivo capaz de libertar a humanidade de suas carências. Entretanto, não é isso que se concretiza no real. Segundo o autor, a humanidade conquistou o conhecimento técnico capaz de lhe garantir produtividade máxima e de suprir a própria humanidade com as condições materiais existentes.

O propósito primordial de sua obra, seu emprego, sua finalidade, o objetivo de sua existência, deveria ser a própria humanidade, ou seja, a obra dos homens para os homens. Entretanto, no decorrer deste processo, relações sociais se instauraram e se desenvolveram, e o foco principal se desvaneceu, uma vez que tais relações também entraram no circuito da “materialização” inerente ao processo, ou seja, tais relações também se transformam em “coisas”.

“A coisificação das relações sociais promove a alienação do homem em relação à sua obra, faz com que apareça como objeto e não como objetivo do que faz” (MARTINS, 1996, p. 20).

Para Lefèbvre, a humanidade cria suas realidades e transfere o objetivo de sua existência a tais realizações. Entretanto quando sua existência se pauta e se restringe à mediação de tais objetivizações, a humanidade se aliena e cria um abismo entre si

mesmo e sua obra. Como se esta ganhasse vida própria e já não mais se sujeitasse ao homem, mas o homem se tornasse “escravo cego” daquilo que ele próprio criou.

O fato de que a humanidade do homem se objetive nas realidades que ele cria e que ele se crie na mediação de tais objetivações abre um abismo entre ele e sua obra, condição da demora entre criação da possibilidade da sua humanização crescente e essa mesma humanização. (MARTINS, 1996, p. 19).

Desta forma o descompasso do mundo se estabelece, e por isso ele se apresenta como um “mundo às avessas”, pois as possibilidades estão postas, “o homem age sobre a natureza na atividade social de atender às suas necessidades”, entretanto o homem não consegue promover a realização das possibilidades criadas, ou seja, há o avanço do econômico em relação ao social. Há crescimento, mas não desenvolvimento, pois o crescimento que deveria ser apenas um meio, se torna um fim em si mesmo.

No caso específico de nossa pesquisa podemos constatar a preocupação com o crescimento econômico de um país, como o nosso, dependente do aumento de produção de energia, esta necessária para atender às crescentes demandas e garantir a continuidade e sobrevivência de seu processo produtivo.

Obviamente a produção de energia é imprescindível e indispensável na atual conjuntura. Sua aplicabilidade não se restringe apenas aos setores produtivos, mas a toda uma estruturação de modo de vida, ao conjunto de necessidades inerentes ao estilo de vida no mundo moderno, e sua carência pode comprometer o crescimento econômico de uma nação, impedindo que sua população se desenvolva econômica e socialmente.

Entretanto, se sua necessidade é inerente ao conjunto, à sociedade como um todo, como se dá o processo de distribuição de tais recursos? Ou, de um outro ângulo, como se dá a distribuição do resultado produtivo que justificou sua implementação? Se o projeto de desenvolvimento econômico de um país não contempla sua população como um todo, com que propósito ele é estabelecido? E se contempla o desenvolvimento social, quais são as parcelas populacionais que realmente se beneficiam com os projetos de desenvolvimento econômico de um país?

Quando o resultado de uma atuação diretiva do Estado implica em mudanças drásticas no modo de vida de uma população, inclusive mediante a indicação e/ou

imposição de novas atividades econômicas que se apresentam como possibilidades salvadoras de uma nova situação que se estabelece, alguns questionamentos devem ser levantados, com o intuito de se analisar crítica e dialeticamente as contradições deste momento de mudanças. Quais são, realmente, os verdadeiros interesses que movem este processo, quais são os agentes interessados ou os atores sociais que interferem ativamente nas bases de cada etapa e que se privilegiam com os resultados das ações e das novas circunstâncias impostas?

A atividade turística vem se destacando como um importante motivador do crescimento econômico no município do Presidente Epitácio, principalmente após as modificações em seu território com a formação do “Grande Lago”. Entretanto, esta realmente seria sua verdadeira “vocaçãõ”? Ou surgiu como a alternativa viável e suposta recompensa às perdas e danos causados ao local, numa tentativa de camuflar as conseqüências desastrosas oriundas de tal intervenção? No decorrer deste processo dinâmico e complexo, quais são os elementos e/ou características que se perdem, o que se mantém e o que se estabelece como novo? Como se (re)estruturam as relações sociais e econômicas e quais suas interferências no cotidiano da população local?

Analisar como as decisões externas, principalmente as de cunho econômico, podem influenciar e modificar o cotidiano de pequenas localidades aparentemente de pouca relevância no contexto nacional ou global, faz parte do interesse deste trabalho. É também nosso objetivo compreender melhor como o poder da ideologia pode ser utilizado em prol de interesses particulares, no que se refere à organização do espaço urbano e direcionamento na tomada de decisões, e de que maneira a lógica do sistema de produção capitalista invade as esferas da vida urbana, impondo novas práticas e valores, diretrizes e metas.

O procedimento metodológico utilizado em nossa análise está fundamentado em Lefèbvre, sendo conhecido como *método regressivo-progressivo*. Este método é composto por três momentos fundamentais que permitem uma perspectiva dialética de análise.

O primeiro momento é caracterizado pela descrição do visível, ou seja, é quando o “pesquisador reconstitui a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê”. (Martins, 1996, p. 21). Mapas, dados estatísticos, entrevistas e questionários auxiliam neste momento descritivo do método, etapa em que se identifica e se descreve a diversidade das relações sociais. Exige uma observação mais atenta do objeto em estudo, porém alicerçada na experiência e numa teoria geral.

Num segundo momento, denominado analítico-regressivo, a realidade é analisada, decomposta e datada. É a fase da análise da realidade escrita, datando-se a coexistência de relações sociais que têm a gênese em momentos diferentes. É “quando se evidencia a importância do domínio das disciplinas especiais (sociologia, história, economia, ...), sem as quais seria impossível a datação de seus diferentes componentes” (MARTINS, 1996, p. 22). Nesta fase a realidade escrita é analisada em função das contradições e possibilidades encontradas através da comparação das diferenças existentes e das relações sociais estabelecidas.

Estes dois momentos compõem o que Lefèbvre denomina de dupla complexidade da realidade social, a qual “desdobra-se em procedimentos metodológicos que identificam e recuperam temporalidades desencontradas e coexistentes” (MARTINS, 1996, p. 21). O primeiro momento contempla a complexidade horizontal (descritivo), e o segundo a complexidade vertical (analítico-regressivo).

“A complexidade horizontal da vida social pode e deve ser reconhecida na descrição do visível. Cabe ao pesquisador reconstituir, a partir de um olhar teoricamente informado, a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê”. (MARTINS, 1996, p. 21).

Para Lefèbvre as relações sociais não são uniformes nem têm a mesma data. Para o autor, conforme explicado por Martins, todas sobrevivem de diferentes momentos e circunstâncias históricas, porém, não têm necessariamente a mesma origem e nem pertencem a um mesmo período, ou seja, “na realidade coexistem

relações sociais que têm datas diferentes e que estão, portanto, numa relação de descompasso e desencontro". (MARTINS 1996, p.15).

Por isso o método se torna importante, pois a partir dele torna-se possível "periodizar" as relações sociais que num primeiro exame parecem contemporâneos, mas que na verdade pertencem a diferentes momentos históricos.

No terceiro momento do método, denominado histórico-genético, há o regresso ao atual anteriormente descrito, ou seja, o presente é reencontrado, porém agora, "elucidado, compreendido e explicado". (MARTINS, 1996, p. 22). Refere-se ao estudo das modificações ocorridas e sua subordinação ao conjunto, o que exige uma classificação genética das formações e das estruturas. Neste momento torna-se possível "descobrir que as contradições são históricas e que os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades" (MARTINS, 1996, p. 22).

A partir deste método poderemos melhor analisar o processo de transformação sócio-espacial na cidade de Presidente Epitácio, e através do enfoque genético, retornar ao presente mediante o resgate das interações entre as estruturas antigas e as recentes, e a partir daí, analisar e explicar como a atividade turística vem se inserindo neste novo contexto territorial formado após a construção da usina, reconhecendo que as relações sociais existentes são inerentes ao processo histórico da região.

Desta forma este trabalho será organizado em 03 capítulos, sendo que os primeiros 02 momentos serão abordados nos dois primeiros capítulos, quando a princípio identificaremos e relataremos a diversidade das relações sociais do presente, com suas características históricas e culturais. Em seguida, a partir da realidade descrita, teremos como fundamento a análise regressiva que nos ajudará a compreender, analisar e explicar a origem da diversidade das relações existentes no presente.

Através da análise histórica, no terceiro capítulo estudaremos as modificações ocorridas (no tempo e no espaço) e a subordinação de tais mudanças ao conjunto dos acontecimentos. Mediante a comparação das diferenças encontradas, analisaremos a

realidade escrita considerando as contradições e possibilidades, visando, assim, elucidar tais contradições e propor bases para o entendimento da dinâmica das relações atuais existentes.

Para realizarmos esta pesquisa, também destacaremos três fases da realidade histórica de Presidente Epitácio, importantes e essenciais para o desenvolvimento do trabalho e que permitirão uma melhor compreensão do mesmo. Estes três períodos serão reconhecidos como: Momento da Constituição, Momento da Destruição e Momento da (re)Construção, cuja duração é diferenciada, e serão abordados principalmente no segundo momento do método utilizado.

O primeiro período, reconhecido como “Momento da Constituição” se refere à fase inicial da formação sócio-espacial do lugar, que se deu desde sua origem e fundação até o período anterior à formação do lago, compreendendo que os aspectos históricos, culturais, ambientais e sociais permitiram e resultaram na formação de um modo de vida próprio, que se constituiu sincronicamente ao movimento histórico, mediante as diversas fases e situações que se estabeleceram, como um *continuun* da produção da vida que se dá em cada circunstância histórica. Desta forma, entendemos este momento como o da constituição de um modo de vida, da formação histórica, cultural e social desta população.

O “Momento da Destruição” se refere ao da transformação do território em consequência da inundação provocada pela construção da usina. Esta fase se caracteriza pelas perdas, não somente ambientais decorrentes da destruição de áreas importantes de flora e fauna, de riquezas arqueológicas e históricas, mas também pelas perdas sociais, principalmente pela destituição de um modo de ser, pelo aniquilamento de lugares e de elementos que constituíam a base de formação de um estilo de vida, de um cotidiano, de uma prática social. Esta fase é compreendida como um marco divisório entre dois momentos: o antes e o depois, e representa a cisão e a ruína de uma realidade pré-existente.

O terceiro período, caracterizado como “Momento da (re)Construção”, se refere ao período atual, originado a partir das mudanças espaciais. Esta etapa implica na criação de um outro modo de vida pautado e influenciado por valores

diferenciados, que passaram a coexistir a partir da nova configuração territorial. A atividade turística, por exemplo, se apresenta como uma possibilidade econômica “capaz” de compensar e/ou minimizar as perdas instauradas, estabelecendo novos vínculos e funções territoriais. A eliminação de lugares de referência, a impossibilidade de determinadas práticas relacionadas ao trabalho e ao lazer, a ocupação de novas áreas e a nova percepção espacial, promovem transformações no modo de vida e dão origem a novas práticas sociais, criando uma outra realidade. Denominamos este momento de *(re)construção* - dirigida, induzida - com o intuito de enfatizar que “as bases” deste período foram estabelecidas de forma impositiva, resultando na produção de algo diferente do que se tinha anteriormente, induzindo à produção uma nova realidade sócio-espacial.

Capítulo I

O Município de Presidente Epitácio na atualidade.

- **A Cidade como criação e produto social.**

O principal aspecto da existência humana é a vida em grupo, e através das relações sociais os homens se apropriam da natureza e modificam o seu meio, produzindo espaço.

O trabalho humano altera o meio natural, pois há uma busca incessante para sanar suas dificuldades e necessidades, o que coloca o ser humano num ciclo constante de criação, renovação, modificação, produção e reprodução. Neste movimento contínuo se entrelaçam relações normatizadas que se defrontam com imprevistos, obstáculos, oposições e resistências que dão origem a novas possibilidades.

A cidade constitui um lugar privilegiado para a reprodução das relações de produção, pois ela é produto, condição e meio para que tal processo aconteça. Feita pelos homens e para os homens a cidade também é fruto do trabalho humano, é criação e produto social. Nela as relações sociais se descortinam e se entrelaçam, pois compõe o lugar do encontro, do convívio, das trocas, dos relacionamentos, sendo assim historicamente produzida. Em sua complexidade, a cidade seria a verdadeira essência da vida urbana. E a paisagem urbana revela os contrastes existentes no espaço urbano.

Entretanto a complexidade urbana conforme os moldes contemporâneos nem sempre existiu desta mesma forma, pois os assentamentos humanos no espaço geográfico ocorreram, até certo momento da história, num processo natural de constituição. As cidades passaram a ser foco de estratégias e concepções de organização do espaço urbano, mais precisamente após os séculos XVIII e XIX, com o surgimento e evolução da ciência e com a racionalização do pensamento.

As estratégias de planejamento que implicam em divisões de áreas e zonas fundadas por funcionalidades específicas passaram a corroborar a partir de então. E a função primordial intrínseca à cidade de promover o encontro entre os diferentes e permitir o confronto das contradições vem se desvanecendo pouco a pouco.

A prática do lazer até um determinado momento histórico também estava vinculada aos ciclos naturais. Seus espaços denotavam o encontro, a liberdade e a

realização pessoal, tendo a potencialidade de reforçar a idéia de territorialidade, de pertencimento. Atualmente a composição dos espaços urbanos de lazer resulta num processo que tende ao abandono dos espaços públicos e à ruptura entre o lazer espontâneo e o normatizado, tornando o homem num mero consumidor de atividades de lazer.

A cidade vai se tornando num espaço desarticulado porque suas formas e estruturas não têm sido projetadas com o intuito de promover o livre acesso de todos a qualquer lugar. Mas são articuladas para promover a circulação e a fluidez do capital seguindo uma lógica própria vinculada ao processo produtivo que prioriza a acumulação do capital e sua aplicabilidade em territórios estratégicos.

A localização conjunta de estabelecimentos que praticam atividades afins dá origem a aglomerados ou distritos especializados que, além de se caracterizarem como espaços funcionais, também se instituem como espaços hierarquizados dependendo do grau de acessibilidade que possuem e do *status* social que representam.

Desta forma, a lógica de produção “invade” a cidade em todas as suas dimensões capturando o tempo e o espaço. O espaço se fragmenta, pois seu acesso passa a ser regulado pelo capital. Algumas áreas se tornam inacessíveis a determinadas camadas da população que ficam circunscritas aos locais mais desqualificados e menos privilegiados caracterizados pela pobreza e pela falta de infra-estrutura, dando origem à segregação espacial, que é o resultado da divisão social do espaço.

A segregação espacial é produto da existência de classes sociais. É a expressão espacial de uma sociedade formada pela fragmentação da estrutura social. E implica na separação espacial das diferentes classes fragmentadas. A segregação espacial também é dinâmica, pois envolve tempo e espaço, e é própria do capitalismo. Esta dinâmica se refere ao intervalo de tempo em que uma determinada área é habitada por certo grupo social, sendo posteriormente, a partir de um dado momento, habitada por um outro grupo de *status* social diferente, inferior ou superior (este geralmente quando o local passa pelo processo de renovação urbana).

Estas contradições urbanas são mais fortemente vivenciadas e reveladas nas grandes metrópoles, entretanto, como tal mecanismo é inerente ao sistema de produção capitalista, tais características também estão presentes nos pequenos aglomerados urbanos e nas cidades interioranas, mesmo que em menor intensidade.

A atual conjuntura econômica, política e social impõe macro decisões que se estruturam localmente permitindo aos moradores, através da prática e da vivencia social, absorver ou repudiar determinadas transformações.

Nosso objeto de pesquisa é uma cidade interiorana que possui estruturas e funções urbanas menos complexas, e temos por objetivo o questionamento quanto a estas dinâmicas, com o intuito de analisar o cotidiano tendo o método como o caminho científico necessário para a explicação das relações sociais. Ou seja, pretendemos uma explicação teórica metodológica para a fundamentação de ações que se verificam no dia a dia.

Embora a cidade de estudo não vivencie a complexidade da dinâmica dos grandes centros e não possua grandes complexos industriais, malhas rodoviárias intensas e nem se projete como um local estratégico para o investimento de capital estrangeiro, ela também manifesta os infortúnios encontrados nas grandes cidades, pois a lógica que a movimenta é a mesma. A ideologia econômica global interfere no rumo das decisões locais, mesmo que em menor escala, nos levando à conclusão que mesmo estudando pequenas localidades, podemos constatar qual é a lógica que move a re-produção do espaço urbano no mundo atual.

Para iniciarmos esta análise faremos uma abordagem descritiva da realidade de Presidente Epitácio em suas características físico-ambientais e histórico-sociais, utilizando a postura teórico-metodológica que privilegia a historicidade dos processos e reconhecendo a importância das questões subjetivas e do próprio homem enquanto definidor de sua história.

A produção da cidade enquanto espaço do homem é fruto de conhecimentos históricos e econômicos, mas também é fruto da consciência individual permeada por sentimentos, anseios, perspectivas, fantasias e desejos. A produção do espaço

urbano implica em como os homens se vêem no mundo, e a subjetividade e a objetividade estão presentes na realidade social.

Desta forma abordaremos aspectos sociais e históricos, mas também daremos ênfase às questões subjetivas, como sentimentos, crenças, anseios e valores manifestados pela população local no seu cotidiano.

Seguindo também o método de investigação adotado, vamos nos ater à descrição da realidade, do visível, identificando e descrevendo as relações sociais no presente, procedimento que constitui o primeiro momento do *método regressivo-progressivo* de Lefèbvre.

Partimos também do pressuposto de que o município de Presidente Epitácio passa por um período de transitoriedade, não tendo ainda uma direção com diretrizes concretas dos caminhos econômicos, políticos e sociais que pretende percorrer. Em cada momento de sua história tentou se estabelecer mediante o fortalecimento da atividade econômica que prevalecia em cada fase.

Enquanto região portuária, suas atividades giravam em torno do transporte fluvial, modelando suas construções e o estilo de vida de sua comunidade. As áreas vinculadas aos rios Paraná e Caiuá foram sendo apropriadas pela população em virtude da interação com as atividades que surgiram e se desenvolveram nestes locais.

Os passeios e viagens turísticas fluviais surgiram em conseqüência da expansão das empresas de transporte que atuavam na região, cujo intuito era agregar mais retorno financeiro. E a população que foi crescendo em seu entorno foi estabelecendo seu próprio estilo e ritmo de vida.

Com as mudanças ocorridas com a formação do Grande Lago e conseqüente perda de áreas agricultáveis e pastoris, e de espaços importantes para a prática do lazer espontâneo da população local, a atividade turística despontou como um ícone capaz de prover o crescimento econômico almejado.

Este ideal projetado pelos órgãos públicos e incentivado pelo discurso da propaganda e da iniciativa privada pode camuflar os verdadeiros problemas e conflitos vivenciados pela população local, que iludidos pela ideologia de um futuro

promissor vinculado ao suposto desenvolvimento que a atividade pode trazer, acabam não assimilando as reais motivações e intenções que modelam e interferem na sua vida cotidiana, e assim são mais facilmente conduzidos, direcionados e manipulados.

- **O Município de Presidente Epitácio num contexto regional.**

O município de Presidente Epitácio pertence ao Pontal do Paranapanema, composto por um conjunto de aproximadamente 21 municípios³, totalizando quase 12.000 km², cujas origens estão direta ou indiretamente vinculadas à construção da Estrada de Ferro Sorocabana e às grandes fazendas produtoras de gado de corte, madeira e algodão. Em sua maioria, as cidades que compõem esta região são pequenas, não possuem grandes aglomerados industriais, o que inibe o potencial de desenvolvimento e de geração de empregos.

Figura 01: Localização de Presidente Epitácio



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:SaoPaulo_Municip_PresidenteEpitacio.svg

³ O Estado de São Paulo está dividido em Regiões Administrativas e em Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Os dados aqui apresentados estão de acordo com a primeira divisão citada, referente a Região Administrativa de Presidente Prudente. Alguns autores também incorporam na UGRHI-22 (Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos nº 22), os municípios de: Álvares Machado, Indiana, Martinópolis, Piquerobi e Rancharia – considerando, assim, que 26 municípios pertencem ao Pontal de Paranapanema. (http://www.planejamento.sp.gov.br/AssEco/textos/Presidente_Prudente.pdf) e (http://www.comitepcj.sp.gov.br/download/PERH/04-07_UGRHI-22.pdf)

Os municípios que compõem o Pontal do Paranapanema são:

Nº	Município	Nº	Município
01	Anhumas	11	Presidente Bernardes
02	Caiuá	12	Presidente Epitácio
03	Estrela do Norte	13	Presidente Prudente
04	Euclides da Cunha Paulista	14	Presidente Venceslau
05	Iepê	15	Regente Feijó
06	Marabá Paulista	16	Rosana
07	Mirante do Paranapanema	17	Sandovalina
08	Nantes	18	Santo Anastácio
09	Narandiba	19	Taciba
10	Pirapozinho	20	Tarabai
		21	Teodoro Sampaio

O Pontal está situado no extremo sudoeste paulista, constituindo-se na região com maior disponibilidade hídrica dentro do Estado de São Paulo, e representa a porção do estado com o maior número de assentamentos rurais, onde vivem milhares de famílias.

O processo de ocupação da região ocorreu mediante determinadas fases ou ciclos econômicos, como a expansão cafeeira, que a princípio provocou a ocupação e desmatamento de áreas de floresta ainda virgens. Posteriormente, já com diversas porções comprometidas pela exaustão do solo, demais áreas passaram a ser utilizadas para pastagens. Outra fase de ocupação do Pontal foi marcada pela cultura algodoeira o que ampliou a ocupação de solos virgens, destruindo ainda mais a mata nativa. Posteriormente surgiram os frigoríficos e com o declínio da lavoura de algodão a pecuária expandiu-se ainda mais⁴.

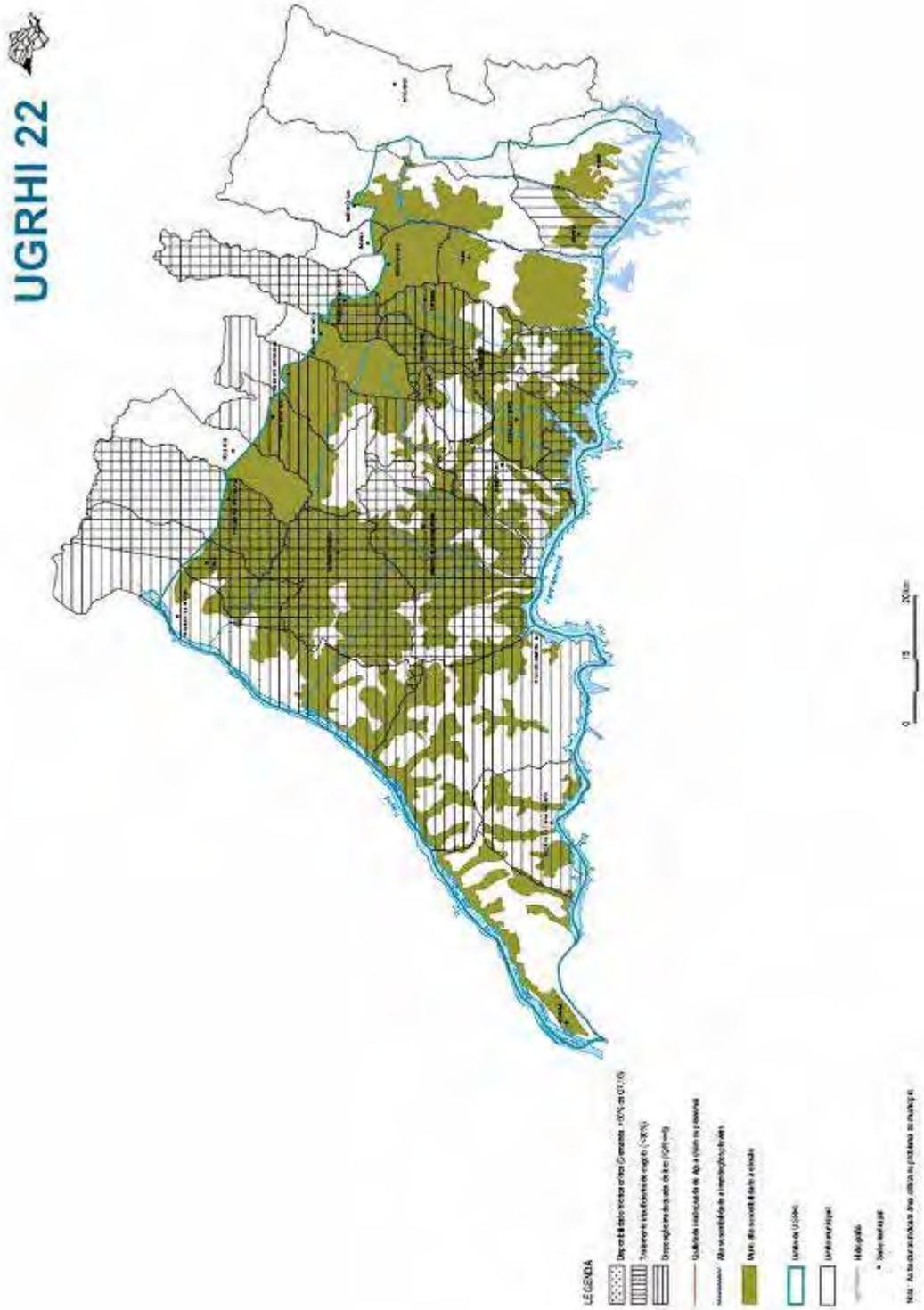
A ocupação desta região se deu, portanto, por um processo continuado de desmatamento, exaustão do solo e posterior implantação de pastagens.

⁴ Dados obtidos na Tese de Doutorado em Demografia: “A água é o limite? Redistribuição espacial da população e recursos hídricos no Estado de São Paulo” – Roberto Luiz do Carmo, 2001.

A derrubada das matas e o uso indevido do solo para lavouras sem a utilização de práticas de conservação adequada, culminou numa intensa degradação dos solos, o que reduziu demasiadamente o potencial econômico para sua utilização, resultando na diminuição de áreas agrícolas e intensificação de áreas de pastagens extensivas.

De acordo com a Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, o solo da região possui alto teor de areia, o que resulta em déficit hídrico pela dificuldade de retenção de água, o que propicia problemas de erosão. Grande parte do território que compõe o Pontal do Paranapanema apresenta alta suscetibilidade a erosão, conforme pode ser constatado no mapa abaixo.

Figura 02: Áreas de Erosão (UGRHI-22).



<http://www.sigrh.sp.gov.br/sigrh/basecon/r0estadual/sintese/ugrhi22.htm>

Este fato dificulta e até impede o desenvolvimento de determinadas culturas, exigindo uma atenção especial dos órgãos competentes no sentido de planejar, orientar e acompanhar as atividades dos assentamentos rurais, fornecendo o respaldo informativo e técnico necessário para melhor utilização do solo no sentido de atenuar os comprometimentos futuros.

A grande concentração de terra e as dificuldades de acesso às mesmas e os poucos empregos gerados no campo e nas cidades em função da inexistência de núcleos industriais expressivos na região do Pontal, deram ensejo à ocorrência de conflitos resultando na organização de grupos que passaram a reivindicar o acesso a terra, dando origem aos vários acampamentos sem terra. Surgiram, assim, os projetos de assentamentos rurais, vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Acampamentos e áreas de assentamentos rurais são componentes da paisagem e do território do Pontal do Paranapanema, que tem se configurado como uma das principais regiões de luta pela terra no Estado de São Paulo, caracterizado por conflitos e movimentos políticos e sociais contraditórios.

A densidade demográfica do Pontal é baixa, e a cidade de Presidente Prudente representa o pólo regional mais importante, pois centraliza grande parte da atividade econômica da região.

A Região Administrativa de Presidente Prudente⁵ é composta por 53 municípios, dentre os quais 21 integram o Pontal do Paranapanema, e ocupa cerca de 23.952 km², ou 9,6% do território paulista⁶, despontando como a quarta maior região em extensão territorial no estado de São Paulo.

⁵ O Estado de São Paulo está sub-divido num total de 15 Regiões Administrativas:
http://www.igc.sp.gov.br/mapRas_central.htm

⁶ http://www.planejamento.sp.gov.br/AssEco/textos/Presidente_Prudente.pdf

A Região Administrativa de Presidente Prudente está inserida na área de influência da Hidrovia Tietê-Paraná, que desponta como um importante corredor para o escoamento de mercadorias entre os países do Mercosul.

Entretanto expressa uma pequena participação na economia estatal, representando cerca de apenas 1,3% do PIB paulista⁷.

A expansão da prática da pecuária nos últimos anos, a redução das áreas de lavoura e a modernização da agropecuária resultaram numa diminuição contínua da população rural e conseqüente crescimento da população urbana, elevando o contingente populacional ligado ao setor de comércio e de serviços. Em 2006, a taxa de urbanização da RA de Presidente Prudente já era de 86,8%⁸, representando, porém, a terceira menor taxa de urbanização do Estado de São Paulo. Este índice, entretanto é bastante variável: enquanto na sede chega a 98,1%, no município de Rosana, por exemplo, é de apenas 26,7%.

Dentro do Estado de São Paulo, destaca-se pela produção agropecuária, respondendo por cerca de 18% da produção de carne bovina no Estado, sendo a maior exportadora nacional do produto, entretanto, a partir de 2006 a cana-de-açúcar passou a ser um dos produtos de maior valor da região.

A atividade industrial e de serviço é bastante influenciada pela presença da hidrelétrica no município do Rosana, assim, a produção e distribuição de eletricidade, gás e água é destaque na região. Cerca de 28% da energia hidráulica gerada no Estado de São Paulo provem desta RA. A hidrovia Tietê-Paraná também se destaca como ícone para visitas turísticas, incentivando a exploração desta atividade pela economia regional.

A agroindústria ligada à produção de gêneros alimentícios de origem agrícola e animal também se destaca, oferecendo o maior número de empregos dentro do setor industrial. As demais indústrias da região são de pequeno porte, inexistindo uma concentração industrial relevante ou setores de tecnologia mais intensivos. Os conflitos relacionados à posse legal de terras, decorrentes da expansão descontrolada que ocorreu na região, constitui um empecilho considerável ao progresso local.

⁷ Dados Fundação Seade = ano base: 2004.

⁸ Fonte: Fundação Seade.

A grande maioria dos municípios que compõem a região tem pouca projeção econômica. Desenvolvem atividades em pequenas propriedades agrícolas ou vinculadas às usinas hidrelétricas e destilarias de álcool. Os municípios que tem alguma projeção econômica regional são: Presidente Epitácio, Presidente Venceslau, Rancharia e Pirapozinho, entretanto, apresentam algum grau de dependência com relação à Presidente Prudente.

Presidente Prudente é o município-sede e ocupa a posição de pólo dinâmico regional, apresentando uma acentuada concentração populacional em relação às demais cidades, pois abrange cerca de 25% dos habitantes da região.

• **Especificações locais - o Município de Presidente Epitácio.**

O Município de Presidente Epitácio pertence ao Pontal do Paranapanema e está inserido na Região Administrativa de Presidente Prudente. Localizado no extremo oeste do Estado de São Paulo fica às margens do Rio Paraná, divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul.

Tem uma área de aproximadamente 1.282 km². A partir da Foz do Rio do Peixe, do encontro deste com o Rio Paraná, faz divisa ao norte com o município de Panorama, ao leste com os municípios de Caiuá e Marabá Paulista, ao sul com Teodoro Sampaio e a oeste, do outro lado do rio, com o Estado de Mato Grosso do Sul.

Situado em domínio do clima tropical úmido, Presidente Epitácio está a 261 metros de altitude e dista cerca de 654 km da Capital Paulista, 95 km de Presidente Prudente e 371 km de Campo Grande.

FIGURA 04: Localização de Presidente Epitácio.



<http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br/>

FIGURA 05: Localização de Presidente Epitácio no Estado de São Paulo.



<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>

Um olhar mais atento sobre a cidade nos revela uma realidade semelhante às demais localidades interioranas, caracterizada por um estilo de vida mais tranqüilo, sem aquele frenesi alucinado que compromete o dia a dia nas grandes metrópoles.

Os moradores do Município de Presidente Epitácio possuem um ritmo de vida menos acelerado se comparado aos grandes centros, ou mesmo em relação a Presidente Prudente, que possui estruturas e funções urbanas mais complexas.

O trânsito é menos intenso e ocorre apenas nas avenidas principais. Os moradores caminham menos apressadamente pelas ruas. Andam mais a pé ou de bicicletas e param para conversar interrompendo seu trajeto sem demonstrarem a agonia de quem está perdendo tempo. Possuem menos compromissos diários. Muitos praticam a pesca nas horas de folga, não como profissionais, mas porque gostam desta prática e para acrescentar a alimentação diária.

O atendimento ao cliente tanto no comércio como nos meios de hospedagem e de alimentação é mais vagaroso, demonstrando um estilo de vida menos apressado, onde a percepção em relação ao tempo é diferente do vivenciado pelos cidadãos dos grandes centros.

A cidade cresceu horizontalmente de forma que há apenas um prédio residencial, de 17 andares com 01 apartamento por andar, que hoje se ergue solitário na área central da cidade, nas proximidades da orla fluvial. Seus proprietários são de Presidente Epitácio ou de Presidente Prudente que adquiriram os apartamentos motivados pelo possível ganho no investimento. Entretanto atualmente não residem nele e o mesmo não representa um local almejado para moradia local. O valor do condomínio é alto para os padrões locais e encontra-se em estado ruim de conservação e manutenção. Embora seja imponente, pois se destaca na paisagem como a construção local mais alta, configura-se como um objeto estranho à paisagem local. Numa cidade metropolitana, tal empreendimento teria um valor simbólico e monetário bem mais significativo. Mas em Presidente Epitácio não há muito sentido para sua existência, pois os que possuem condições financeiras para adquirir apartamentos moram em residências mais suntuosas e confortáveis, sendo comerciantes e fazendeiros locais.

A cidade possui um traçado planejado em forma de tabuleiro de xadrez na maioria de suas vias. As ruas são amplas, quase todas com um canteiro central, permitindo acesso em mão dupla. Esta configuração das ruas em forma de avenida deixa a cidade “mais aberta”, induzindo a uma percepção de amplitude, propiciando uma sensação de liberdade, sendo esta uma característica peculiar da cidade.

A Avenida Presidente Vargas, asfaltada, corta todo o centro, sendo o acesso principal de entrada da cidade. Todas as demais ruas, paralelas e perpendiculares, possuem a mesma largura, todas com canteiro central, sendo que muitas ainda não foram asfaltadas, tendo seu revestimento de bloquetes.

A cidade é bastante plana. Todas as ruas e avenidas são numeradas por quadra e a Av. Presidente Vargas serve de base para a numeração de suas transversais. À direita da avenida, suas transversais possuem numeração par, e à esquerda, as quadras são ímpares, sendo que o marco inicial para a numeração das quadras de suas transversais é a Rua São Paulo.

Grande parte dos habitantes não possui automóvel, sendo caracterizado o uso de bicicletas, portanto não há trânsito intenso, embora haja grande concentração vinculada à Av. Presidente Vargas, onde estão as principais agências bancárias e lojas comerciais.

O Rio Paraná margeia toda a extensão da cidade de Norte a Sul, entretanto, verifica-se que a ocupação populacional está centrada em pontos específicos, relacionados aos locais onde se instalaram os portos que deram origem à cidade. Este aspecto destaca a importância do movimento comercial *transversal* existente na época do início do povoado (entre São Paulo e Mato Grosso do Sul), e revela uma importância relativamente menor do movimento *longitudinal*, ao longo da calha do Rio Paraná. Ou seja, o percurso percorrido entre o Estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul via Presidente Epitácio teve uma importância significativa para o surgimento e crescimento do município. Conclui-se, assim, que o rio teve uma importância relativamente pequena no povoamento de suas áreas marginais, visto que sua ocupação ainda é tímida e que estas áreas encontram-se em fase inicial de utilização mais efetiva.

Alguns pontos específicos das áreas marginais estão sendo ocupados com a instalação de pousadas com infra-estrutura adequada para atender ao turismo de pesca.

Dentre estas áreas, no sentido longitudinal, o Distrito do Campinal, que se estende às margens do Rio Paraná no sentido norte, a caminho de Panorama, é o local que atualmente possui a ocupação mais significativa. Sua origem remonta no ano de 1949, em função de um loteamento ocupado primeiramente por pequenos agricultores (60 famílias japonesas, depois por imigrantes nordestinos).

Foi neste local que, a partir de 1981, em virtude de projetos vinculados à construção da Usina, cinco agrovilas foram formadas mediante doação de lotes de até 14 hectares a antigos arrendatários da região, sendo assentadas 460 famílias. Hoje exploram a pecuária leiteira, com baixa produtividade em virtude do baixo padrão racial dos animais.

Em 1985 foi oficialmente criado o Distrito do Campinal, que pertence a Presidente Epitácio e dista cerca de 28 km da sede. O local já foi utilizado para as culturas de feijão, arroz, algodão, mamona, milho e melão, entretanto atualmente a produtividade agrícola é pequena. A região constitui-se de solo originário de arenito caiuí, bastante arenoso, pouco compacto e pobre de nutrientes, sendo propício à erosão e lixiviação, que tornam a terra improdutiva se não houver um manejo racional do solo.

Figura 06 - Mapa: Localização de Presidente Epitácio e o Distrito do Campinal.



Fonte: <http://maps.google.com/>

Atualmente, em toda região de Presidente Epitácio a cana-de-açúcar vem se destacando como uma cultura em expansão. Conforme informações de alguns residentes, há projetos de empresas interessadas em construir usinas canavieiras e refinarias na região. A pecuária de corte, pioneira na Alta Sorocabana e Pontal do Paranapanema, se mantém tradicional e ocupa a maior parte das terras da região, dando forte impulso ao setor industrial e de manufaturados.

O setor industrial que se destaca na cidade, portanto, está diretamente relacionado ao ramo frigorífico e às fábricas de produtos derivados do boi, como curtumes e selarias. O comércio também está relacionado, destacando-se as lojas de insumos e de produtos veterinários, sementes, suplementos minerais e máquinas agrícolas.

Há também pequenos laticínios favorecidos pela pecuária de leite que é tradicional na região. Os pequenos produtores são os predominantes, entretanto, obtêm uma produção pequena o que salienta as dificuldades deste setor (cerca de 6 litros/dia, quando o mínimo ideal gira em torno de 10 litros/dia)⁹.

Atualmente há cerca de oito indústrias que se destacam no município, sendo: Frigorífico Friboi e Rebiéri Gelatinas voltadas para o ramo alimentício; Areial Areia e Pedra, e Jomane Porto de Areia voltados à extração de areia; e quatro que pertencem ao ramo de cerâmicas: Cerâmica Romana, Cerâmica Alvorada, Cerâmica Urubi e Cerâmica H. Pereira.

O município possui cerca de 07 agências bancárias, 04 creches, 06 pré-escolas e 05 escolas de Ensino Fundamental.

Mesmo com o baixo número de empresas no município, o setor industrial é o que detém maior número de empregos, embora o setor de serviços apresente a maior remuneração¹⁰. A média de salário em 2007 ficou em torno de R\$ 750,00, e a renda per capita é de aproximadamente 1,94 salários mínimos.

⁹ Dados obtidos no livro “História de Presidente Epitácio” – Benedito de Godoy, 2002.

¹⁰ Informações SEADE - <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>. Como se referem a dados oficiais, cujos empregos são considerados mediante registros em carteira, tais percentuais podem não representar a realidade total.

TABELA 1 (BASE 2007).
Participação dos Vínculos Empregatícios em cada setor

ATIVIDADES	Percentual (%)	Rendimento Salarial (R\$)
Indústria	38,06	854,44
Serviços	33,92	982,46
Comercio	22,74	716,02
Agropecuária	4,50	609,98
Construção Civil	0,77	695,30

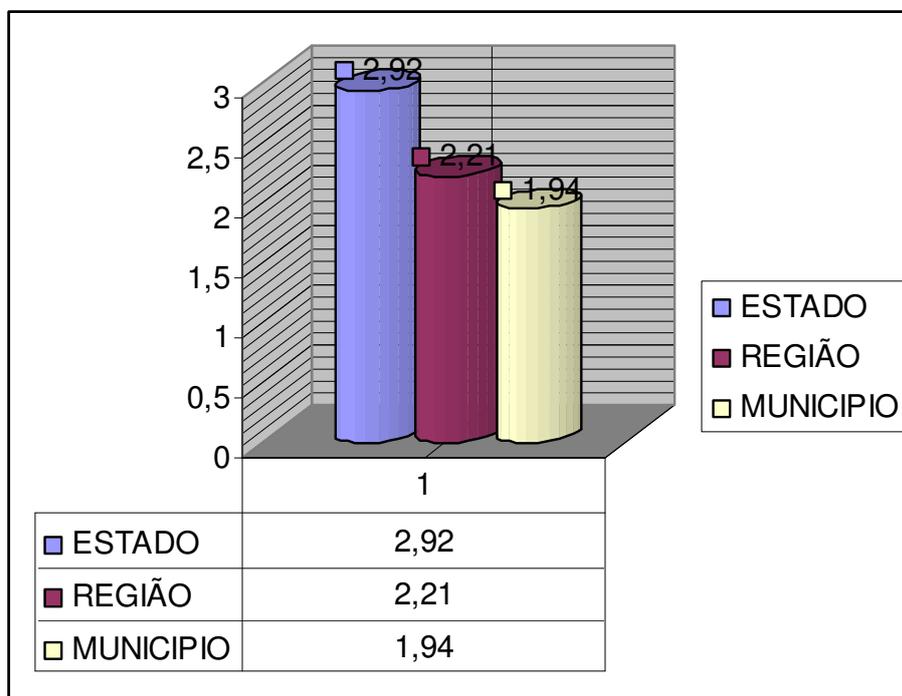
Fonte: SEADE 2007. -<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>

Grande parte dos trabalhadores da região dedica-se à atividade pesqueira, desta forma, como autônomos, não aparecem nestas estatísticas.

Atualmente, parte da mão de obra destes pescadores está sendo utilizada na atividade turística. Seus serviços são contratados por pousadas e hotéis como piloteiros de barcos e instrutores de pesca. Há muita procura por parte dos visitantes e turistas, pela compra de peixes, o que contribui para o aumento da comercialização e incremento das vendas dos pescadores. Alguns vendem diretamente em suas residências.

A condição de vida da população de Presidente Epitácio é caracterizada pelo baixo poder aquisitivo de grande parcela da população, tendo uma média de renda per capita em torno de 1,94 salários mínimos, sendo mais baixa que a média da Região de Presidente Prudente e a do Estado de São Paulo.

Figura 07 - Gráfico: Condição de Vida: Renda média per capita (em salários mínimos) – 2000.
(Estado de São Paulo, Região do Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Epitácio).



Fonte: fundação SEADE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

A porção populacional que detêm maior poder aquisitivo é mais restrita e composta pelos fazendeiros e criadores de gado da região. A população restante, que compõe a grande massa, possui baixo poder aquisitivo e suas atividades estão relacionadas às atividades extrativistas, como a pesca.

Em relação à renda familiar o montante é bastante reduzido, sendo que aproximadamente 17% dos domicílios têm renda per capita em torno de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, e cerca de 7% apresentam renda per capita até $\frac{1}{4}$ salário mínimo por mês.

Figura 08: Gráfico: Condição de Vida
Domicílio com Renda per Capita até $\frac{1}{2}$
Salários Mínimos (2000)

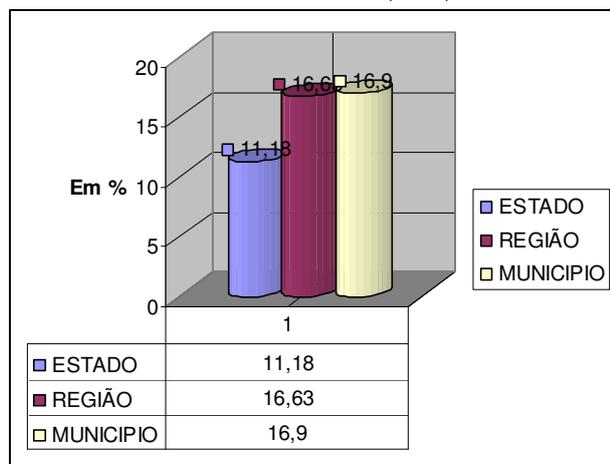
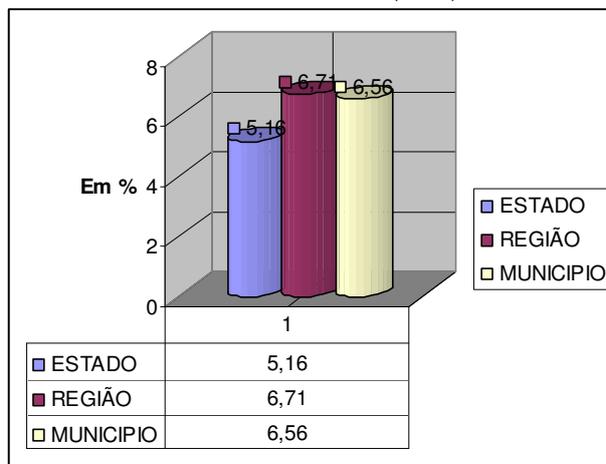


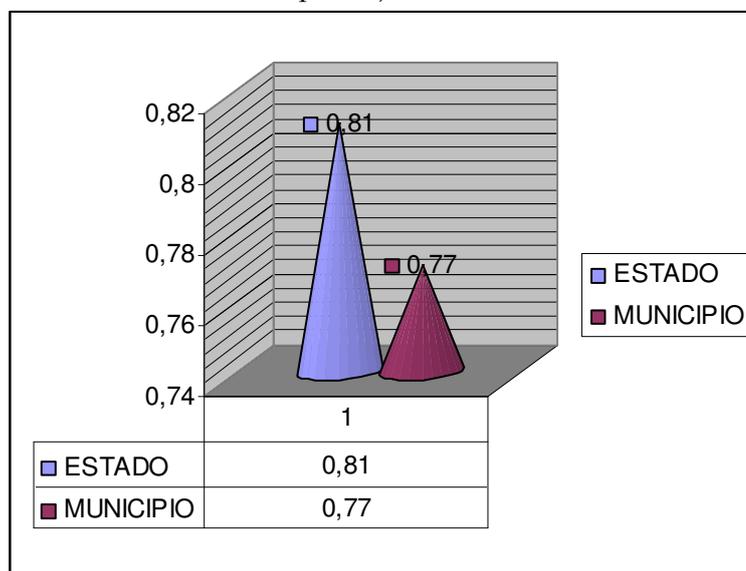
Figura 09: Gráfico: Condição de Vida
Domicílio com Renda per Capita até $\frac{1}{4}$
Salários Mínimos (2000)



Fonte: fundação SEADE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
(Estado de São Paulo, Região do Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Epitácio).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal¹¹ também se apresenta abaixo da média do Estado de São Paulo.

Figura 10: Gráfico: Condição de Vida: Índice de Desenvolvimento Humano IDHM - 2000.
(Estado de São Paulo, Região do Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Epitácio).

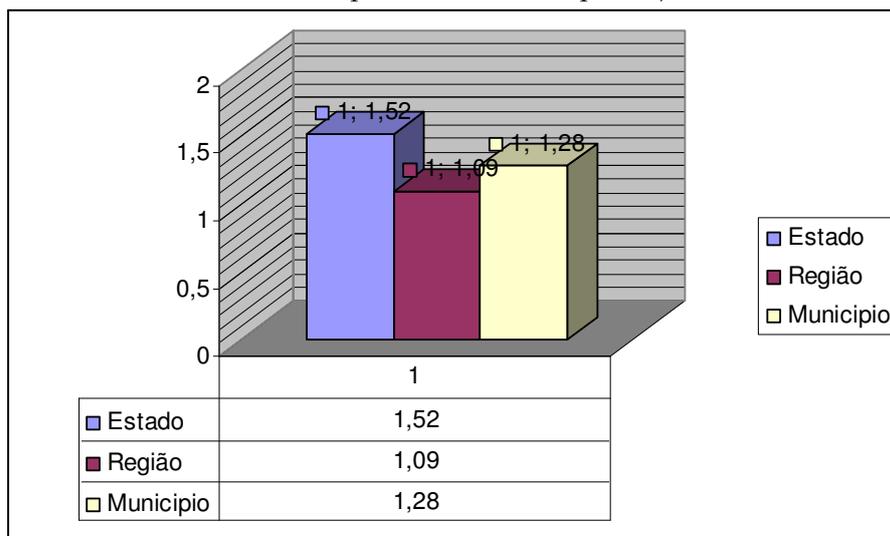


Fonte: fundação SEADE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

¹¹ O IDHM, calculado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), trabalha com aspectos da condição de vida humana como Educação, Renda e Longevidade e se baseia principalmente em aspectos econômicos. Estes índices são importantes instrumentos para Políticas Públicas, entretanto não revelam todas as características da realidade.

A população de Presidente Epitácio atualmente está em torno de 42.355 habitantes, sendo que a Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População é de 1,28%, representando um crescimento maior que a média para a região de Presidente Prudente, que é de 1,09% ao ano.

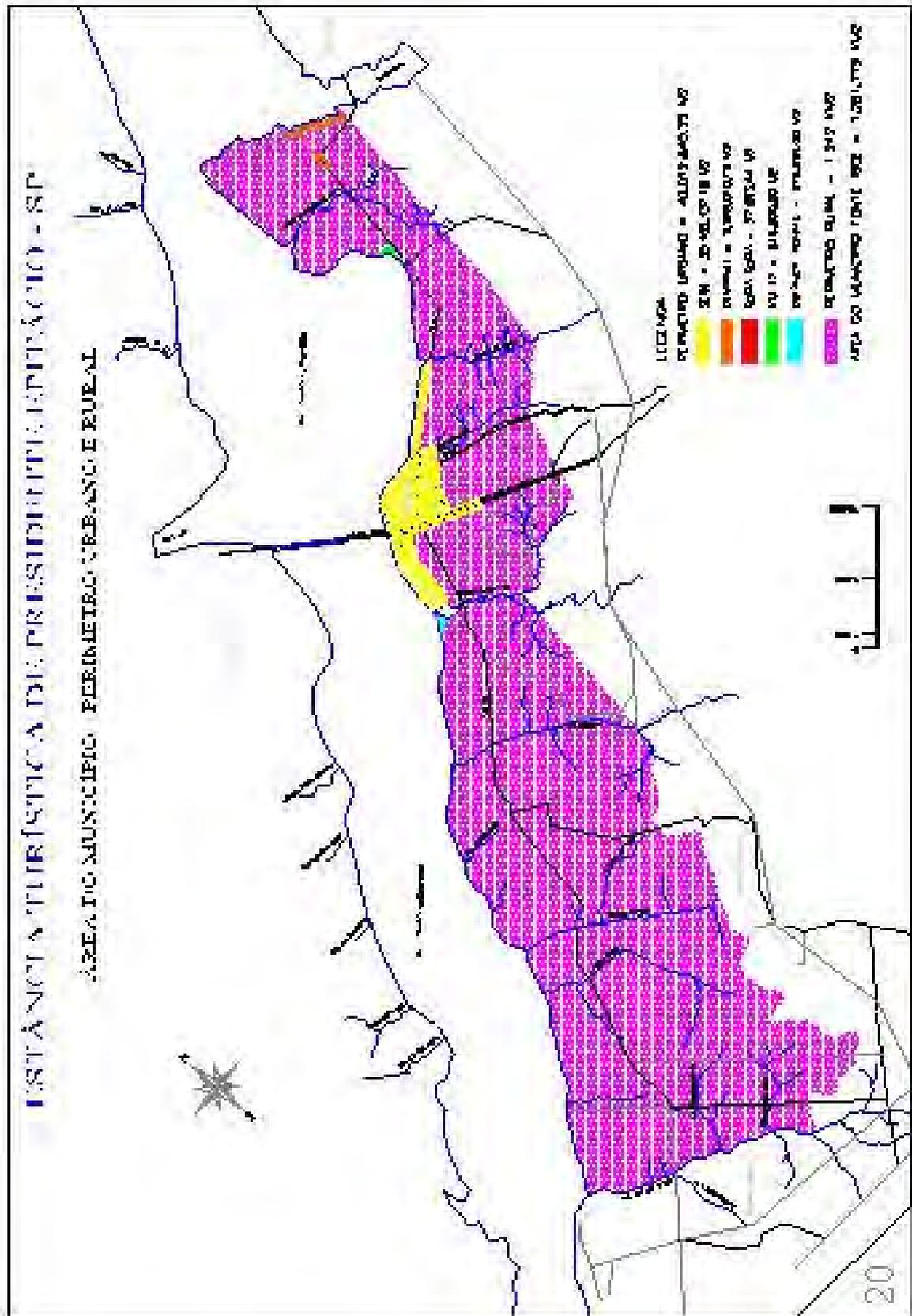
Figura 11: Gráfico: Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2000-2006. (Estado de São Paulo, Região do Governo de Presidente Prudente e Município de Presidente Epitácio).



Fonte: fundação SEADE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Mesmo com o número expressivo de assentamentos rurais que caracterizam o município e a região, 93% da população de Presidente Epitácio vive na zona urbana. Na década de 1970 este percentual estava em torno de 66%, e em 1980, 79% da população já vivia em zona urbana. Entretanto, apenas uma pequena porção do território municipal está inscrita como zona urbana, ou seja, cerca de 40 km². A zona rural abrange 1242 km², conforme Mapa que segue.

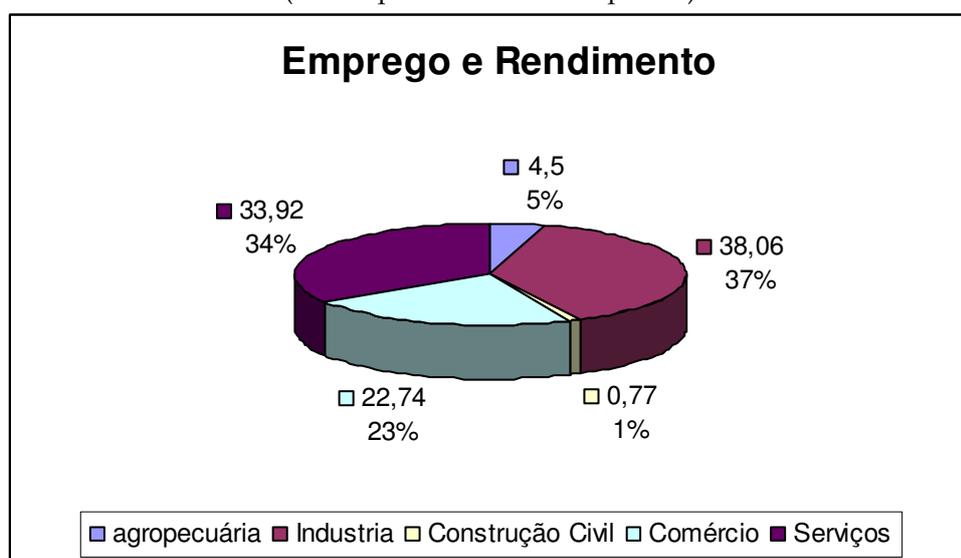
Figura 12 - Mapa : Área do Município - Perímetro Urbano e Rural



Material fornecido pela Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio (2006).

Um fator interessante a ser destacado é que embora grande parte do município esteja inscrita em zona rural, conforme demonstra o Mapa anterior, a maior parte da mão de obra empregada encontra-se nos setores de indústria e de serviços, abrangendo quase a totalidade da participação dos vínculos empregatícios, acompanhando as mesmas médias apresentadas na Região e no Estado de São Paulo, conforme apontam os gráficos que seguem.

Figura 13 - Gráfico: Emprego e Rendimento - 2007.
(Município de Presidente Epitácio).



Fonte: fundação SEADE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Figura 14
Gráfico: Emprego e Rendimento - 2007.
(Região do Governo de Presidente Prudente)

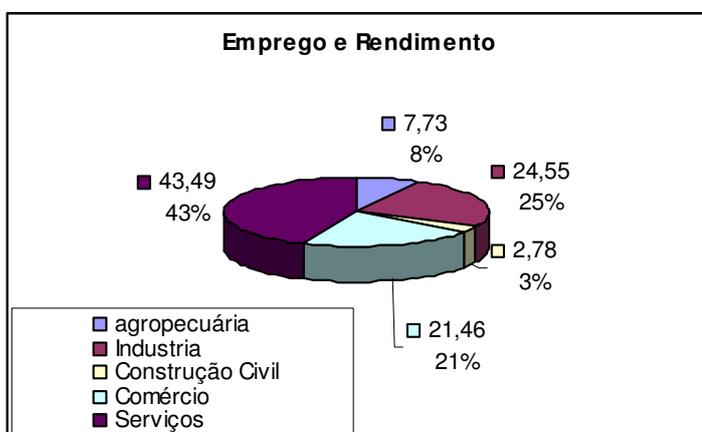
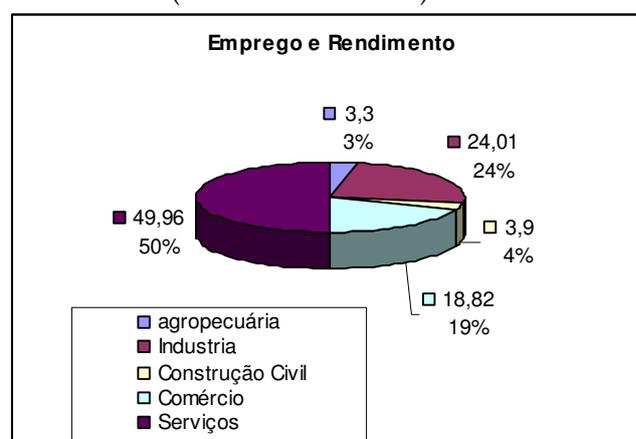


Figura 15
Gráfico: Emprego e Rendimento - 2007.
(Estado de São Paulo)



Fonte: fundação SEADE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Em Presidente Epitácio grande parte da mão de obra empregada no setor de serviços está atrelada ao turismo.

Conforme ocorre mais regularmente em cidades interioranas, as festas e comemorações têm um significado especial para a população local. Estes eventos são divulgados e conhecidos por toda a comunidade, pois ela mesma é quem os promove, sendo assim um ponto de encontro, onde quase todos participam ou tomam conhecimento de sua realização. Como não há muitos atrativos ocorrendo simultaneamente, cada festejo traduz um momento especial, o foco das atenções, despertando o desejo de ser participante.

O município também é caracterizado pelos assentamentos rurais, entretanto, além dos adquiridos pelo movimento de luta pela propriedade da terra, alguns assentamentos ocorreram em virtude da relocação de famílias que tiveram suas propriedades ou local de moradia inundados com a instalação da usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta.

Caracterizam-se por pequenas propriedades que praticam basicamente culturas de subsistência, vinculados aos produtos alimentícios e hortifrutigranjeiros, que são vendidos no comércio local.

Diversas propriedades adquiridas por intermédio do MST (Movimento Sem Terra), encontram-se à venda, embora a regulamentação impeça a comercialização dentro de um determinado período (aproximadamente 10 anos), entretanto alguns “contratos de gaveta” são formalizados para posteriormente serem regulamentados.

Algumas famílias inscrevem-se continuamente no movimento requerendo o direito de propriedade vinculado ao programa de assentamentos rurais, mediante um “rodízio” entre os membros familiares que ainda encontram-se sem a posse de terras, e desta forma, à medida que um novo ente familiar toma posse de uma outra propriedade, todos se mudam para lá, colocando a antiga à venda.

Não constitui nosso objetivo realizar análises a respeito dos projetos de assentamentos rurais ou do Movimento Sem Terra, entretanto consideramos conveniente assinalar aqui estas observações visto que esta forma de propriedade tem lugar em Presidente Epitácio.

Estes atos demonstram um desvio no propósito central dos programas de assentamentos rurais, transformando-o num negócio mais lucrativo e rendoso o que, entretanto, descaracteriza a luta pelo Movimento Sem Terra. Demonstra, também, a ausência do monitoramento e fiscalização necessária por parte dos órgãos competentes, os quais deveriam acompanhar melhor o programa, inclusive dando assistência informacional e técnica necessária aos assentados.

A ausência de assistência e a falta de infra-estrutura, de incentivos e de serviços públicos são os principais motivos que elevam as taxas de evasão nos assentamentos. Quando o assentado possui um vínculo identitário com o local, ou seja, quando os assentados se identificam com o contexto histórico e social local, quando mantém laços fortes com a região e com o trabalho, a tendência é de o nível de evasão ser menor.

- **Muito além da forma: O lugar da vida, na vida dos que nele habita.**

Em Presidente Epitácio diversas famílias assentadas em função da inundação da barragem se sentiram totalmente alijadas quando foram obrigadas a desocupar suas casas e suas propriedades nas ilhas que ficaram submersas. Significou o romper de todo um estilo de vida, de um cotidiano e de um modo de ser. Tinham suas casas à beira da praia, com pequeno plantio de subsistência, e ou criação de pequenos animais, e suas embarcações para a pesca.

Quando foram para as agrovilas formadas pela CESP, como tais propriedades ficam a certa distância em relação às margens do rio, separadas pela rodovia, muitas famílias não tiveram como continuar com suas embarcações e com a prática da pesca. Fato este que causou enorme transtorno e descontentamento, levando muitos a desistirem das propriedades recebidas.

Neste embate é que se estabelece e se impõe, com demasiada importância e coerência, o sentido da noção de lugar, aqui analisado e compreendido de acordo com Carlos (2007). Para a autora, o local se constitui como a base da reprodução da vida, pois nele se estabelecem as relações do cotidiano que se expressam nos modos de uso e mediante a apropriação dos espaços habitados.

“O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde (em que) é produzida a existência social dos seres humanos” (CARLOS, 2007 p. 20).

De acordo com a autora, é no dia a dia da vivência humana que os relacionamentos se concretizam e se fortalecem e que os vínculos dos homens entre si, e com seu território, se configuram e se estabelecem. Os usos, os costumes, os valores que emanam de um grupo, suas raízes, suas tradições, seu modo de vida, tudo surge e se estabelece no lugar, local da manifestação da vida. E é na apropriação deste espaço do vivido que a realidade da própria existência é percebida, sentida e concebida, permitindo que cada participante se conheça e se reconheça como parte integrante de um todo, e se perceba pertencente a um mesmo grupo. É o conjunto dos traços identitários formando um todo, e dando uma identidade ao local, emanando características inerentes ao meio.

Para Carlos (2007, p.18), o lugar deve ser compreendido como “o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas, como as que se estabelecem entre a vizinhança, no encontro dos conhecidos, no ir às compras”, nas brincadeiras, nos jogos, nas festas, nos lazeres, enfim, “no percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar”.

São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável – a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. (CARLOS, 2007, p. 18).

Neste sentido, podemos compreender de forma mais abrangente o sentimento de perda dos habitantes das ilhas que foram transferidos para outras áreas, mesmo que pertencentes ao Município de Presidente Epitácio.

O seu cotidiano foi afetado. Suas atividades corriqueiras foram desarticuladas, seu ritmo diário abalado. Suas relações com o trabalho e com seu meio foram cindidas, sendo-lhes oferecido em troca, apenas um novo local de moradia, porém desvinculados de seu cotidiano mais próximo.

De acordo com Carlos (2007, p.18), “são as relações que criam os sentidos dos lugares”, “isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso”.

Sendo assim, mesmo em municípios de dimensões geográficas e/ou demográficas pequenas, como é o caso de Presidente Epitácio, há lugares com especificações próprias, cuja apropriação que se dá pelo uso lhe concernem uma dinâmica própria, inerente aos que neles habitam.

Os moradores das ilhas e das localidades ribeirinhas sofreram com esta perda, pois tiveram seu modo de vida rompido, foram obrigados a reconstruir o cotidiano como habitantes de um outro lugar, embora fisicamente pertencente a uma mesma unidade territorial.

Mesmo continuando a residir em Presidente Epitácio, e apesar de existir um forte vínculo dos habitantes com o local, tais moradores se sentiram estranhos ao seu meio.

Este processo se estabelece, de acordo com Carlos (2007, p. 22), porque “o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida”.

Sendo assim, estabelece-se o processo de pertencimento, onde “o sujeito pertence ao lugar, e este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida” (CARLOS, 2007, p.22).

O sentimento de pertencer ao lugar, inerente ao processo de identidade, vincula-se aos lugares habitados, formados e criados pela história. Ou seja, é mediante o movimento histórico-social e através da capacidade criadora e transformadora do homem que os lugares se constituem, contendo a multiplicidade das relações existentes e guardando, dentro de si, o significado e as dimensões da vida.

Desta forma, a dimensão social da história emerge no cotidiano das pessoas, no relacionamento com o outro e com o lugar, e se expressa e se fortalece na memória coletiva local.

As perdas relacionadas com a construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Mota foram bastante significativas, tanto do ponto de vista social quanto ecológico e biológico, e serão abordadas mais detalhadamente em capítulo posterior.

A representação da história contada pelos moradores da cidade de Presidente Epitácio demonstra uma história feita de temporalidades descontínuas e entrecortada, e revela, ao mesmo tempo, a busca pelo fortalecimento de sua identidade.

A cidade de Presidente Epitácio que surgiu enquanto paragem transitória e vivenciou um processo de fixação e construção urbana bastante lenta, atualmente se esforça na construção de uma memória que lhe proporcione a base necessária a seus objetivos futuros, os quais estão nitidamente vinculados aos projetos de expansão e crescimento que hoje apontam a atividade turística como a “grande vocação” do município enquanto estância turística.

O que hoje se apresenta como “vocação” teve sua origem nas atividades relacionadas ao lazer, às festividades e aos lugares de encontro que surgiram no decorrer da constituição e crescimento do município, mediante a apropriação, pela própria comunidade local, de determinadas áreas, em especial as vinculadas ao Rio Paraná e seu entorno. Tais áreas sempre foram utilizadas pela população local e circunvizinhança para comemorações, encontros e festejos, constituindo-se num movimento espontâneo de união entre a própria comunidade local.

Porém, a partir de um determinado momento vinculado aos interesses públicos e privados em promover o crescimento econômico local mediante planificação mais efetiva, os eventos locais foram perdendo seu caráter espontâneo, e aos poucos foram constituindo o calendário oficial do município. Com a estruturação de novas áreas as atividades também estão sendo padronizadas, funcionalizando-se as atividades de lazer e vinculando-as aos objetivos inerentes aos projetos de

desenvolvimento local, que atualmente aponta a atividade turística como a grande “vocação” do município.

Entretanto, a atividade turística tem como característica preeminente a sazonalidade, o que causa diversos transtornos nas localidades que vinculam a este setor o principal veio de crescimento econômico e geração de empregos.

Por outro lado, em períodos de alta temporada o excesso do contingente populacional transitório pode causar malefícios oriundos da falta de estrutura adequada para suportar a demanda, instaurando desconforto e descontentamento para parcelas significativas da população, em decorrência do aumento do custo de bens de consumo local ou pela escassez de determinados produtos.

Geralmente as expectativas de retorno financeiro atrelados à atividade turística são imediatistas, e assim são desconsiderados os fatores que podem desestruturar as bases que permitem um crescimento mais sólido e permanente.

As ideologias econômicas contemporâneas apontam o setor turístico como promissor nas regiões que possuam características capazes de atrair uma demanda turística, entretanto, não descortinam a complexidade das relações envolvidas nem a gama de conseq ncias que desencadeia.

Posteriormente abordaremos algumas características para uma melhor compreensão deste setor, entendendo que esta atividade está intimamente vinculada ao sistema capitalista de produção, que “impõe”, com o passar do tempo, novas necessidades e formas de consumo, e que tem a capacidade de transformar qualquer coisa em produto e/ou mercadoria a ser consumida, inclusive o espaço da manifestação da vida.

- **Estruturas e estratégias para o setor turístico.**

A beleza paisagística constituída pelo Rio Paraná e principalmente pela formação do Grande Lago após a construção a usina, propiciam um cenário apropriado às praticas esportivas e desperta o interesse do setor turístico, motivado pelas atividades náuticas de lazer e pelo turismo de pesca.

Não é objetivo desta pesquisa discorrer sobre as contradições e complexidade acerca da paisagem, entretanto, como o entendimento e a conceituação sobre paisagem é bastante complexo, consideramos interessante nos atermos um pouco mais sobre seu significado, para melhor compreensão da sua importância e influência nas localidades turísticas.

A paisagem constitui um elemento essencial na composição de um atrativo turístico, sendo veiculado como um grande motivador das visitas ao local.

Há diferentes abordagens sobre paisagem, de acordo com a área de conhecimento específico de cada autor, de modo que há, também, diferentes formas de entendimento e aplicação do conceito. Entretanto, de acordo com Cruz (2002, p. 107), “existe um certo consenso no sentido de compreender a paisagem como a porção visível do espaço geográfico”.

O imaginário e o simbólico influenciam nas construções intelectuais sobre a paisagem, e esta, sendo fruto da observação, resulta de um processo cognitivo, mediado pelas representações do imaginário social, pleno de valores simbólicos. A paisagem supõe a dimensão do real concreto, que se mostra, e a representação do sujeito, que o codifica no ato da observação. Desta forma, a paisagem vai muito além do real oferecido pela natureza, embora ela também o incorpore, resultando – e ao mesmo tempo fazendo parte – da cultura. (CASTRO, 2002, p. 120).

A paisagem, portanto, é uma construção mental da imagem vista e da cultura incorporada do indivíduo que a vê, sente, percebe, analisa e interpreta. Não deve ser compreendida simplesmente pela percepção concreta de suas características físicas, isenta de significados ou valores. Assim sendo, está relacionada com a percepção que se tem dela, e esta forma de ver e perceber depende do senso de valores e aspectos interpretativos apreendidos e ensinados num dado contexto histórico e cultural, sendo decorrentes da herança histórica cultural e da experiência individual. Pode ser considerada como um “ente cultural”, portadora de signos, sendo uma dimensão do visível, do real e do imaginário.

A paisagem é a forma revelada das relações sociais e das representações por elas criadas em cada momento histórico. É, portanto, ao mesmo tempo produto da história, mas também a reproduz e mostra a concepção do homem sobre suas diversas atividades e necessidades, exprimindo as características próprias dos homens que a criaram.

De acordo com Carlos (1994a, p. 150),

Essa paisagem é humana, histórica e social e se justifica; existe pelo trabalho do homem, ou melhor, da sociedade que a cada momento ultrapassa a anterior. É produzida e justificada pelo 'trabalho' considerado como atividade transformadora do homem social, fruto de um determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas, e que aparece aos nossos olhos, por exemplo, através do tipo de atividade, do tipo de construção, da extensão e largura das ruas, estilo e arquitetura, densidade de ocupação, tipo de veículos, tipo de necessidades, usos, etc.

A paisagem é a manifestação formal da materialização do espaço geográfico resultante do processo de produção e reprodução humana. A partir da paisagem pode-se vislumbrar a vida cotidiana que se compõe no tempo e no espaço.

Segundo Yazigi (1998, p. 74)

A paisagem, indissociável da idéia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, com os fatores geográficos e tem importante papel no direcionamento turístico. Não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas que pesa muito no contexto de outros fatores (meios de hospedagem, bons preços, etc.), pois o turismo depende da visão.

Para o autor, a paisagem é mais do que uma visão, é a epiderme de toda condição histórica, social, econômica, política e cultural.

Como a porção visível do espaço, a paisagem constitui-se num dos elementos mais importantes da atratividade dos lugares para o turismo. "A paisagem é um recurso para a economia do turismo porque é, previamente, um valor social" (CASTRO, 2002, p. 121).

"A apropriação de uma determinada porção do espaço pelo turismo resulta da convergência de diferentes fatores (sociais, econômicos, culturais) e não, simplesmente, de seus atributos naturais". (CRUZ, 2000, p. 19).

Segundo Yazigi (2002, p. 23), "o que os turistas buscam, na realidade, não são unicamente paisagens, mas lugares que se revelam pelas paisagens, pois as culturas e o modo como elas criam diferentes paisagens, despertam o desejo do conhecimento e da experiência vivida".

Para Martinelli (2001, p. 161), no interior da demanda turística "se processa a busca das experiências por conhecer, as quais são motivadas pelo imaginário, cuja resposta se encontra na produção do espaço turístico, uma imagem como paisagem. E a promoção deste espaço vai ao encontro da imagem que se forma na mente das pessoas, em razão de suas fantasias".

Desta forma, o turismo se apropria da paisagem, e esta passa a ser comercializada segundo a concepção do imaginário contemporâneo, o qual é sugestionado por motivações e valores pré-estabelecidos, incentivando a visitação a lugares diferenciados, de forma que, quanto mais distante do cotidiano é o lugar, mais se aguça o imaginário e o desejo, pois se reveste de características exóticas.

A configuração paisagística de Presidente Epitácio, atrelado a um estilo de vida menos acelerado em relação aos grandes centros, apresenta-se como um motivador das visitas turísticas e do investimento por parte de pequenos empreendedores no local.

Grande parte dos proprietários das novas pousadas e pesqueiros são oriundos da cidade de São Paulo e suas proximidades. Ao reconhecerem o potencial turístico da região e encontrarem uma localidade mais tranqüila e diferenciada do ritmo de vida estressante em que viviam, optaram por fixar residência na cidade ou em seu entorno, instituindo seus próprios negócios.

Atualmente o município conta com aproximadamente 08 hotéis, totalizando 245 UH's (Unidades Habitacionais), com capacidade para 587 leitos, e cerca de 19 pousadas com estrutura voltada para pesca, com 195 UH's e disponibilidade para 768 hóspedes.

HOTÉIS	UH	Leitos
Yara	21	40
Maanaim Hotel	51	126
Nosso Hotel	18	51
Paraíso	23	45
Poti Hotel	42	100
Primavera	28	45
Thermas Hotel Fazenda	50	140
Tropical	12	40
8	245	587

<u>POUSADAS</u>		
Potosi	22	75
Acarai	16	40
Pousada QDG	18	72
Mãe D'Água	9	76
Pousada do Sol	13	52
Remanso	3	15
Por do Sol	3	15
Berruga	8	34
Beira Rio	9	36
Vitória Régia	9	38
Same	5	26
Wag	8	32
Sossego	5	21
Paranazão	6	30
Cururu	22	70
Recanto do Tucunaré	13	52
Pousada Samambaia	10	28
Grande Lago	6	27
Pousada Varanda	10	29
19	195	768

Há, também, alguns estabelecimentos mais restritos e vinculados a seus sócios, como o clube Marina Esporte Náutico Porto Príncipe, com 05 apartamentos e 20 leitos; A Associação Sabesp, com 08 apartamentos e 40 leitos; a AFAS - Associação dos Fazendários, com 14 apartamentos e 84 leitos; A Colônia do Sindicato dos Ferroviários, com 20 apartamentos e 90 leitos; o Camping Belvedere, com 25 apartamentos e 168 leitos; a Pescaria Estância (Anísio), com 04 apartamentos e 16 leitos; a Associação dos Ferroviários, com 17 apartamentos e 60 leitos; e a Cordeiros Marina, com 04 apartamentos e 16 leitos, que oferecem aluguel de barcos e hospedagem.

Nos períodos de alta temporada (períodos de férias e feriados, tendo seu pico na passagem de Ano Novo), os hotéis lotam, sendo necessário reserva com antecedência. Em períodos de baixa temporada a disponibilidade hoteleira se encontra ociosa, demonstrando sua dependência em relação à sazonalidade turística.

Todos os hotéis possuem infra-estrutura simples¹², porém confortáveis, e oferecem serviços de aluguel de barco com contratação de pilotos, sendo estes também pescadores locais.

Como se constituem em empreendimentos de menor porte¹³, sendo na maior parte das vezes gerenciado pelos proprietários, permite um convívio de característica “mais familiar”, principalmente quando se considera os turistas mais “assíduos”, ou seja, que viajam com mais frequência à cidade, num intervalo aproximado de seis meses ou 01 ano.

Quase todas as pousadas oferecem opções de lazer para a família, como piscinas e área verde para descanso e caminhada, permitindo os turistas voltados à atividade pesqueira viajarem com seus familiares. Geralmente as mulheres e as crianças ficam nas pousadas ou no parque de águas quentes (Thermas), enquanto os homens saem para pescar.

O turista ligado à pesca é o que representa o maior fluxo à Estância, e se deslocam para a atividade no rio Paraná, abaixo e acima do Município. Esses turistas pouco se utilizam dos restaurantes da cidade, preferindo fazer suas refeições no próprio local onde realizam a pesca, ou no restaurante da pousada onde estão hospedados. Algumas pousadas preparam a refeição de seus hóspedes conforme suas preferências, a qual é levada pelo piloto do barco contratado até o ponto de pesca, representando um atendimento diferenciado e personalizado para seus clientes.

¹² Os empreendimentos possuem poucas dependências para atividades recreativas ou entretenimentos. Possuem cômodos pequenos com acabamento simples e um mobiliário modesto e sem muitos itens. Os serviços oferecidos são restritos e tendem ao amadorismo (mão de obra não qualificada, pois não possuem formação técnica específica para a atividade turística).

¹³ Os hotéis e pousadas possuem pouca quantidade de UH's (Unidades de Habitação) - em torno de 51 unidades conforme demonstrado na tabela acima (excetuando-se apenas o Centro de Lazer Sesi que encontra-se desativado). As dimensões físicas dos mesmos também são modestas, possuindo pouca infra-estrutura.

- **Turismo de Pesca - Legislação.**

Devido ao grande potencial do turismo de pesca foi criado em 1997 pelo Ministério do Esporte e do Turismo, em parceria com a Embratur e o Ministério do Meio Ambiente (IBAMA), o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA), cuja missão é transformar a atividade de pesca amadora em instrumento de desenvolvimento econômico e social, através da geração de emprego e renda, aliado à conservação ambiental.

O programa busca parcerias com empresário, pescadores, populações ribeirinhas, universidades e institutos de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais e outros para projetos de turismo de pesca.

O PNDPA recebe apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, por meio do Projeto Pesca Amadora PNUD/BRA/97/012 **PNUD/BRA/01/037**, e conta com a parceria dos estados e municípios onde a pesca amadora tem se desenvolvido¹⁴.

Atualmente o PNDPA está sob a responsabilidade do IBAMA, na Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, Coordenação Geral de Gestão dos Recursos Pesqueiros, Gerência de Projetos Especiais.

A atividade conta com o desenvolvimento de setores específicos da economia mundial, relacionados aos equipamentos e mídia especializada, guias, locação de barcos e veículos e gastos com licenças de pesca.

O PNDPA atua para fortalecer a pesca amadora como uma importante atividade para o turismo, o comércio e a indústria e propõe, mediante o IBAMA, as seguintes ações:

- Proposição e adequação de instrumentos legais para a pesca amadora;
- Capacitação das populações ribeirinhas e costeiras como guias de pesca e capacitação de investidores para o desenvolvimento do setor;
- Prospecção de novas áreas para a pesca amadora;
- Busca de investimentos para o desenvolvimento do setor;
- Divulgação do Brasil no exterior, visando aumentar o número de turistas estrangeiros que pescam no Brasil;
- Fomento à realização de feiras e torneios de pesca amadora;
- Divulgação da importância da Licença para Pesca Amadora, visando o aumento de pescadores licenciados;

¹⁴ <http://www.ibama.gov.br/pesca-amadora/institucional/conheca-o-pndpa/>

- Educação ambiental, alertando sobre a necessidade de conservar o meio ambiente e como cada pescador pode ser parceiro dos órgãos ambientais nesse trabalho;
- Melhoria da fiscalização, por meio da transmissão de conhecimentos sobre pesca aos fiscais ambientais;
- Promoção de pesquisas para conhecer melhor a ecologia dos peixes esportivos.

Um dos documentos instituídos pela PNDPA foi a Licença para Pesca Amadora do IBAMA, válida em todo território nacional. O pescador, uma vez licenciado, pode pescar em qualquer região do país, sem a necessidade de pagar a licença estadual.

A licença de pesca amadora é individual e pode ser obtida via internet mediante pagamento de boleto bancário e é obrigatória para a utilização de molinete e carretilha e para a pesca embarcada, inclusive para os praticantes de pesca subaquática. Nestes casos a pesca sem licença implica em penalidades como pagamento de multa.

O pescador amador ao preencher as informações pessoais no formulário via Internet está automaticamente se inscrevendo no Cadastro Técnico Federal, obrigatório para qualquer atividade que utiliza recursos naturais.

O licenciamento possibilita o controle e a arrecadação de recursos para implementação de planos de gestão e de fiscalização do meio ambiente.

Além do licenciamento, uma das regras estabelecidas refere-se à época de defeso, ou seja, o período de proibição da pesca das espécies protegidas. Nas pescarias de água doce o defeso é estabelecido principalmente durante as migrações de reprodução (piracema), que abrange os meses de novembro a fevereiro, período em que os cardumes realizam as migrações para desova. Espécies como o tucunaré, uma das espécies mais encontradas na região de Presidente Epitácio não realizam migrações de desova, portanto tem sua pesca liberada o ano todo, desde que sejam respeitados a cota e o tamanho mínimo de captura. Esta liberação, porém, se refere à pesca com vara, mais propícia à atividade turística do que à profissional.

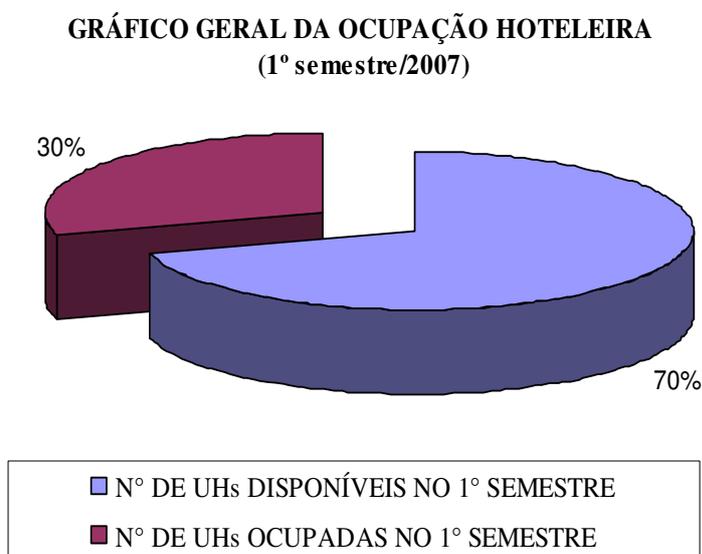
- **Dados específicos do turismo no município.**

O turismo de pesca é o segmento mais representativo de Presidente Epitácio. De acordo com a Secretaria Municipal de Turismo não há pesquisas efetivas nem dados precisos que apontem os percentuais relacionados aos segmentos turísticos praticados no município, entretanto, sabe-se que aproximadamente 80% das pousadas existentes estão atreladas à prestação de serviços diretamente relacionados com a pesca.

Também não há dados oficiais que demonstrem o percentual que a atividade turística ocupa na economia total do município. Entretanto, nota-se nitidamente o interesse público em fomentar esta atividade mediante incentivos a novos projetos e eventos. Além da divulgação e organização dos eventos e comemorações tradicionais, a Prefeitura Municipal vem desenvolvendo um trabalho constante no planejamento de novos eventos relacionados às atividades náuticas e esportivas, como Regata Fluvial, Campeonato de Jet Ski, Campeonato de Motocross, Campeonato de Som Automotivo, Copa Kart, Copa de Pára-quedismo, Festival de Pipas, Passeio Ciclístico e Jogos de Verão, como já indicamos anteriormente.

Embora o turismo de pesca seja bastante representativo na cidade, a taxa de ocupação das pousadas e hotéis ainda se situa bem abaixo de 50%, conforme indica os dados oficiais do município.

Figura 16



(Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio)

Tais dados evidenciam a sazonalidade da atividade turística, composta por períodos de intensa visitação e por momentos de evasão, revelando a fragilidade desta atividade para o setor econômico. Os pacotes oferecidos para a pesca esportiva geralmente concentram-se nos finais de semana e são mais intensos em determinados períodos do ano. A legislação específica sobre a pesca também restringe a demanda em momentos distintos, uma vez que impõe determinados empecilhos, conforme já citado anteriormente.

De acordo com as estatísticas da Secretaria do Turismo, as pousadas têm a menor taxa de ocupação entre os meses de maio a agosto. Os meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e fevereiro os índices se apresentam melhores quanto à ocupação, sendo setembro e dezembro os meses mais expressivos.

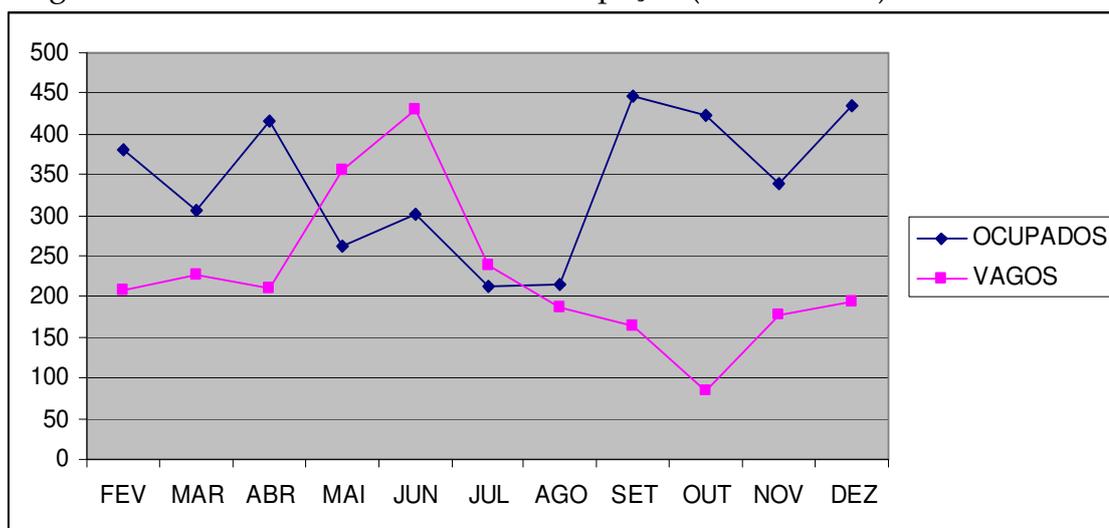
Em relação aos hotéis, os melhores meses se referem ao período entre setembro e dezembro, e os meses de maio e junho são os que apresentam menor índice de ocupação.

TABELA 02
Percentual de Ocupação de Pousadas / Hotéis por mês.

Categoria	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
POUSADAS	64%	57%	66%	42%	41%	47%	53%	73%	83%	65%	69%
HOTÉIS	50%	28%	37%	30%	24%	40%	46%	72%	67%	62%	81%

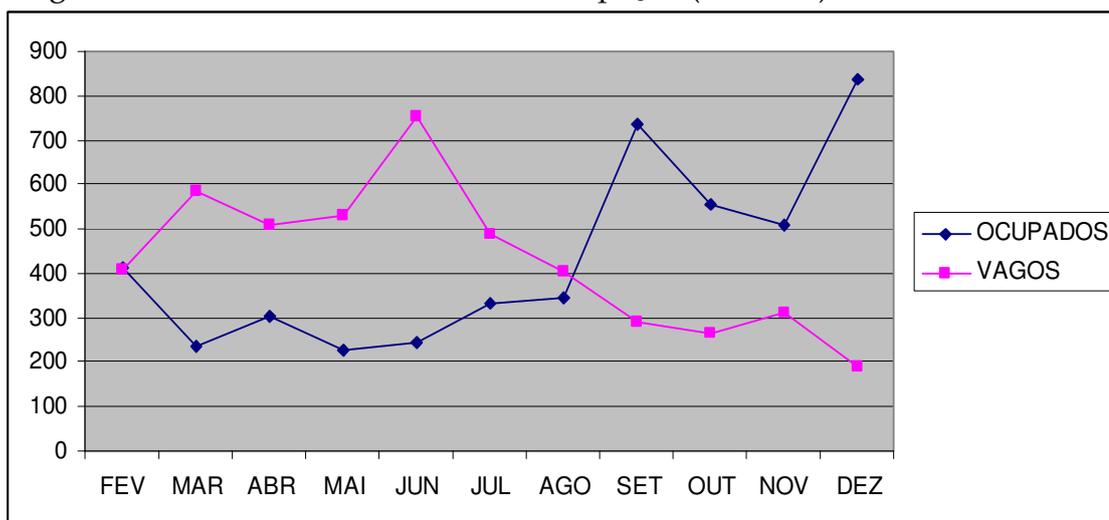
Na média do ano o índice de ocupação atinge cerca de 50% ao mês. Entretanto a ocupação mais efetiva se concentra nos finais de semana e nos feriados prolongados.

Figura 17: Gráfico referente Taxa de Ocupação (POUSADAS)



(Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio)

Figura 18: Gráfico referente Taxa de Ocupação (HOTÉIS)



(Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio)

Este índice é resultado de pesquisas realizadas pela Secretaria Municipal de Turismo durante o ano de 2007, e se referem aos meses de fevereiro a dezembro, não sendo computado o mês de janeiro/2007.

Destacamos que os maiores índices ocupacionais ocorrem justamente nos meses em que a pesca oficialmente estaria fechada (época de defeso), conforme já especificado anteriormente. Entretanto são os meses em que ocorre o tradicional

Festival da Pesca (de setembro a outubro) com concurso de Miss Epitácio e Miss Turismo Regional, que atrai muitos visitantes para a cidade.

A maior parte dos visitantes é proveniente do interior do Estado de São Paulo, e tem Presidente Epitácio como seu destino final. Em segundo lugar estão os visitantes provenientes do Estado do Paraná. O meio de transporte mais utilizado por quem visita Presidente Epitácio é o carro próprio, representado praticamente a totalidade.

A permanência dos visitantes no município, na maioria dos casos, ocorre por apenas um dia. O segundo índice de permanência refere-se aos finais de semana. Estes dados revelam que a maior parte dos visitantes vem das cidades próximas da região e que não realizam grandes percursos ou deslocamentos, uma vez que permanecem por pouco tempo no destino.

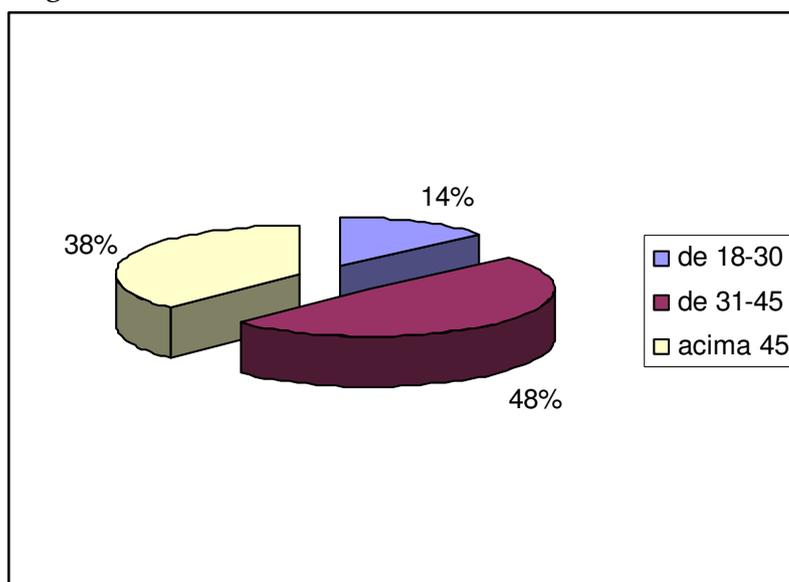
Os meses entre dezembro e fevereiro concentram um percentual maior de visitantes que estão no destino pela primeira vez, e os meios de hospedagem mais utilizados são os hotéis e pousadas. Praticamente é nulo o número de pessoas que se hospedam em casa de parentes.

As principais atrações que motivam a visita são a pesca e a natureza. A atração de menor expressividade refere-se ao fator cultural. A principal finalidade da viagem é o turismo / lazer.

De acordo com os dados apresentados, cerca de 80% (oitenta por cento) dos visitantes são do sexo masculino, sendo que praticamente a totalidade pertence ao estado civil de casado.

A faixa etária da maioria dos que visita a cidade encontra-se em torno dos 31 a 45 anos. Em seguida estão os que possuem mais de 45 anos.

Figura 19: Gráfico referente Faixa Etária dos Visitantes.



FONTE: (Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio)

Em relação ao grau de escolaridade dos visitantes, cerca de 46% possui 2º Grau, 42% possui Superior completo, 11% possui Pós Graduação e apenas 1% possui 1º Grau.

• Principais atrativos turísticos de Presidente Epitácio.

Atualmente os principais pontos de visitação turística em Presidente Epitácio são:

=> Ponte Maurício Joppert da Silva, que interliga os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Com a subida das águas possui aproximadamente 13 km de extensão, destacando-se na paisagem como atrativo turístico.

=> O Parque Figueiral, localizado às margens do Grande Lago a aproximadamente 5 km do centro da cidade. Apresenta infra-estrutura e equipamentos voltados para a prática esportiva e de lazer, em área de 58.000 m², com praia artificial, área de pesca e camping, lanchonetes, restaurante com vista panorâmica, mirantes, palco com camarins para shows artísticos e musicais, quadras poliesportivas, atracadouro e rampas para barcos e outros. Atualmente neste local, assim como era no antigo parque, são realizados os principais eventos do município, como o Festival Nacional de Pesca e Miss Turismo Regional.

Figuras 20 e 21 – Novo Parque Figueiral



Autor: Camargo, K.B.

=> A Orla Fluvial, localizada na Av. Juliano Lima, com extensão de aproximadamente 7 km e que interliga o Cais do Porto à Rodovia Raposo Tavares. Localiza-se nas imediações da Vila Tibiriçá e abriga clubes e associações, além de diversos equipamentos como ciclovia, pista para caminhada, mirante, lanchonetes, parques infantis, aparelhos de ginásticas, píer turístico, atracadouro e o sambódromo, que possui sistema de iluminação e anfiteatro.

Figura 22: Orla Fluvial – Vista Aérea (parcial)



Fonte: (Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio)

Bem em frente ao Píer Turístico está localizado um condomínio fechado, “Portal do Lago”, com infra-estrutura adequada para atender a uma demanda mais exigente, com padrões sofisticados de construção. Há um projeto de acesso subterrâneo e privativo do condomínio, passando por baixo da marginal e chegando a uma marina e praia particular dos condôminos. (ao lado do Píer Turístico). Vale ressaltar que os atuais proprietários são oriundos das outras cidades, principalmente de Presidente Prudente, da Capital Paulista e cidades do interior paulista, que têm como objetivo a construção de segundas-residências.

O Condomínio Portal do Lago está situado numa área estratégica neste sentido. Bem em frente às margens do Rio Paraná (antiga localização do Parque Figueiral), propicia aos seus moradores um visual de indescritível beleza.

=> Pesqueiro Peixe e Cia, que possui infra-estrutura adequada para a prática da pesca no sistema pesque e pague. Possui dois tanques com diversas espécies de peixes, além de um tanque infantil, quiosque, restaurante e parque infantil. Atualmente estão sendo construídos alguns apartamentos possibilitando ao empreendimento oferecer serviços de hospedagem.

=> Thermas de Presidente Epitácio, um complexo turístico à margem do Rio Paraná, distante 2,5 km do centro da cidade, na Estrada Vicinal Campinal, km 02. É composto por piscinas aquecidas naturalmente, sauna natural, toboágua com 186 metros de extensão, cascata artificial de águas quentes, salão de festas, quadras poliesportivas, área para camping, restaurante, estacionamento e um hotel de médio porte, denominado Thermas Hotel Fazenda, que pertencem à família Jacomossi, sendo que o hotel (Thermas Hotel Fazenda) é administrado diretamente pelos proprietários. A capacidade total do complexo é de aproximadamente 5.000 pessoas dia, sendo que é cobrado ingresso para não associados. Os hóspedes do hotel têm acesso livre ao clube. As águas são naturalmente quentes numa temperatura média de 70° C, que são misturadas com água fria, atingindo em média 35° C, para serem despejadas nas piscinas. Há apenas uma piscina de água fria. No hotel há duas piscinas de água quente, sendo uma aberta e uma coberta. Possui 52 apartamentos com capacidade para 159 leitos.

Figura 23: Entrada principal dos Thermas



Figura 24: Piscina aquecida - Thermas



Autor: Camargo, K. B.

Figura 25: Piscina fria - Thermas



Figura 26: Restaurante - Thermas

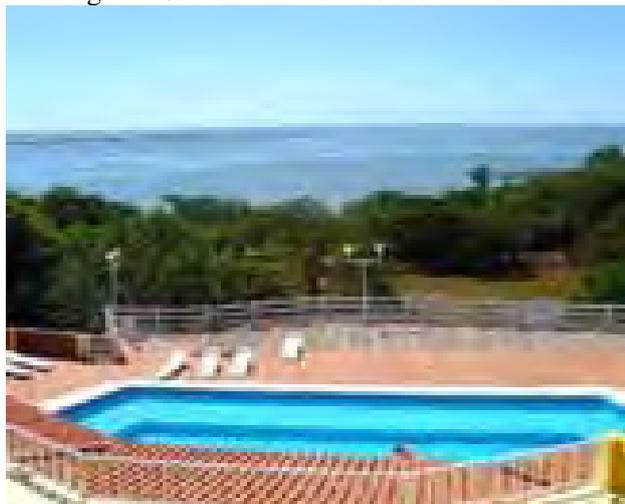


FONTE: (Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio)

Figura 27: Thermas Hotel Fazenda



Figura 28: Piscina Thermas Hotel Fazenda



FONTE: (Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio)

=> CEA - MITG - Centro de Estudos ambientais, ainda em fase final de construção pretende atender à demanda turística educacional e abrigará peças encontradas no sítio arqueológico do município.

Outra construção bastante significativa para o setor turístico é o Centro de Lazer do Sesi, situado numa área de 330.902 m com 19.703 m de área construída, localizado à margem esquerda da Ponte Maurício Joppert, sentido Epitácio - Bataguassú, na Av. Domingos Ferreira de Medeiros, 2-113, sendo um importante centro de lazer do Oeste Paulista, composto por piscinas, restaurante, quadra poliesportiva, campos de futebol de areia e de grama e salão de jogos. Tem infraestrutura para oferecer programação de esportes e lazer.

Possui uma área para camping com capacidade para 100 barracas, 28 trailers e 600 pessoas, com toda infra-estrutura, além de 24 chalés equipados com quatro camas, frigobar e ventilador de teto. Possui também núcleo de pesca com estrutura para motores, barcos e lanchas.

Junto com o centro de lazer, há um hotel, construído pela Fiesp, com cerca de 128 apartamentos e 12 bangalôs, totalmente equipados e mobiliados, prontos para receber hóspedes, entretanto se encontra desativado e nunca foi inaugurado. Já houve tentativas de negociação de venda ou locação do imóvel junto a investidores e redes hoteleiras internacionais interessadas em operar na cidade, porém, até o momento, continua de portas fechadas.

Atualmente o centro de lazer, que funcionava de terça-feira à sexta-feira, das 9:00h às 21:00h, sábados e domingos das 9:00h às 14:00h encontra-se desativado e praticamente abandonado, denunciando o descaso do poder público que deveria estar atento quanto a esta questão, pois representa um local estratégico de entretenimento para a população local além de proporcionar grande potencial à atividade turística.

Figura 29: Centro de Lazer do Sesi



FONTE: (Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio)

Além do potencial proporcionado pelo Rio Paraná, com o Grande Lago formado, outros Rios que banham a cidade e a região circunvizinha que são importantes para a prática da pesca como o Rio do Peixe, que possui 200 km de comprimento, com 2 a 10 metros de profundidade e que pertence à Bacia Hidrográfica Peixe e Aguapeí; o Rio Santo Anastácio, com 90 km de comprimento, com 2 a 10 metros de profundidade e pertencente à Bacia Hidrográfica Pontal do Paranapanema; e o Córrego Caiuazinho, com largura de 5 a 20 metros, e até 20 metros de profundidade. Nas proximidades há também o Córrego dos Bandeirantes, com 15 km comprimento; o Córrego do Veado com 95 km comprimento, o Córrego Anhumas com 95 km comprimento e o Córrego Água Sumida com 30 km comprimento, todos propícios à pesca esportiva;

A cidade possui também diversos grupos de artistas relacionados com arte cênica, música, poesias, artes plásticas e artesanato em geral que se destacam em feiras e exposições de trabalhos artísticos. A Casa do Artesão, localizada na Rua Porto Alegre em confluência com a Av. Presidente Vargas comercializa produtos dos artistas locais e constitui um importante ponto de visitação turística.

A apresentação de shows musicais, inclusive de grupos, bandas e cantores renomados e conhecidos nacionalmente também é constante no município.

No próximo item faremos uma abordagem acerca do setor turístico apontando assuntos que julgamos pertinentes a análise acerca do turismo que faremos posteriormente nos capítulos II e III.

• O Global e o Local: Desafios e Estratégias para o Desenvolvimento Turístico.

A inserção da atividade turística no contexto da economia mundial.

Como os demais setores da economia, o turismo passou, no decorrer do tempo, por diversas etapas em seu processo evolutivo, tanto do ponto de vista conceitual quanto ao que se refere à estrutura e métodos de planejamento e estratégias de implementação.

Tais alterações são oriundas das novas articulações mercadológicas, econômicas, políticas e sociais do mundo contemporâneo, vinculadas às tecnologias e descobertas científicas, as quais trouxeram inovações no processo produtivo e introduziram novas práticas de consumo.

Embora o fenômeno de deslocamento esteja presente na existência humana desde primórdios tempos, o turismo como fenômeno econômico e social é prática recente e sua expansão se dá numa sociedade burocrática de consumo dirigido.

Nos séculos XVIII e XIX, jovens aristocratas ingleses já realizavam viagens às principais cidades européias, com o intuito de promover educação e formação profissional, além do *status* social que as viagens lhes conferiam.

Os ingleses, importantes e ricos, consideravam detentores de cultura apenas quem tivesse sua educação ou formação profissional coroadas por um *grand tour* através da Europa, programa que se iniciava pela Holanda, passando, depois, à Bélgica e Paris, de onde os turistas passavam ao sudeste francês e daí a Sevilha, via Madri e Lisboa. A etapa seguinte se caracterizava pelos deslocamentos por pontos importantes da França, não contemplados na etapa anterior, pela Suíça, pela Itália, até chegar à velha Grécia. (ANDRADE, 1998, p. 09).

Embora tais práticas sejam reconhecidas como viagens, elas não possuíam as mesmas densidades de fluxos, nem as mesmas conotações ou características das

viagens turísticas atualmente concebidas, as quais se consolidaram como fruto de uma sociedade de consumo de massa.

A viagem turística atual é decorrente da sociedade industrial. Sociedade esta que provocou uma concentração de pessoas em cidades de tal sorte que a fuga deste meio ambiente tornou-se até mesmo uma questão de sobrevivência. (...) O berço do turismo está nas estruturas urbanas industriais criadas na Europa Ocidental e na América do Norte a partir de 1840. (CASTELLI, 1998, p. 12).

Com o advento da Revolução Industrial (final do século XVIII - 1760) e conseqüente aprimoramento dos meios de transporte (a princípio com a máquina a vapor e o transporte ferroviário), novas práticas de deslocamento foram introduzidas na sociedade. Em paralelo, a nova estrutura social urbana que se formava proporcionou novos modelos de consumo, que passaram a incentivar as viagens turísticas.

À medida que a classe burguesa se fortalecia, em virtude do crescimento produtivo e econômico oriundos do aprimoramento das técnicas industriais, os deslocamentos turísticos também se diversificavam, em termos de motivação e propósitos.

Enquanto que na aristocracia as viagens faziam parte da formação, na burguesia nascente elas se inseriam dentro de uma visão profissional. Do *'grand tour'*, motivado por desejos de formar-se, educar-se e divertir-se por parte do jovem de *'boa família'*, passa-se, a partir do século XVIII, para as viagens informativas de clara orientação econômica, ocultas por detrás das aparências culturais. A burguesia fez das viagens um instrumento para a sua própria emancipação (CASTELLI, 1998, p. 17-18).

Foram profundas as mudanças nas relações sociais ocorridas com o advento das máquinas e conseqüente aperfeiçoamento dos processos produtivos, inerentes à Revolução Industrial. Em primeira instância, as novas formas de trabalho exigiram deslocamento dos trabalhadores para um local específico de produção, impondo longas jornadas de trabalho.

“A Revolução Industrial introduziu na sociedade uma nova maneira de enfocar e equacionar o TEMPO. Ele passa a ser cronometrado”. (CASTELLI, 1998, p. 26).

Com as novas relações produtivas surgiu, também, a noção de necessidade de tempo livre, ou tempo que pudesse ser utilizado para práticas do lazer, descanso e atividades sociais. Com as conquistas trabalhistas e instituição de períodos de férias e

de descanso remunerado, houve um aumento das oportunidades para a prática de atividades relacionadas ao turismo.

Nos períodos relacionados ao inter e pós-guerra, os meios de transportes passaram por um novo processo de modernização e estruturação, promovendo e favorecendo ainda mais o deslocamento humano, agora permitindo alcançar distâncias maiores em espaços de tempo reduzidos.

Com a modernização dos meios de transporte, o tempo necessário para se percorrer determinada distância foi drasticamente modificado, interferindo na própria concepção do tempo e do espaço. Antes a velocidade de deslocamento era mais natural e vinculado ao ritmo do ser humano. No deslocamento pelo espaço, o modo de apreciá-lo era coerente com a percepção natural do homem. Os detalhes podiam ser vistos e apreciados sem pressa. As cores e os perfumes encontrados pelo caminho eram bem mais apercebidos. A passagem fugaz tornou o homem insensível a certos detalhes que dão sentidos e significados aos lugares, tornando a sensibilidade humana menos apurada.

A gama de informações que perpassa em rápidos deslocamentos não pode ser devidamente captada e degustada, tornando-se num amontoado de imagens, muitas vezes, sem grandes significados. São *flashes* momentâneos de conteúdos difusos, que o ser humano muitas vezes olha, mas não vê. Pois tudo corre tão rapidamente que não há tempo para absorver o que se passa ao lado, e assim, o homem não se apercebe que é ele quem passa alheio, mudo, indiferente.

As décadas de 1946 a 1976 foram denominadas como os “trinta gloriosos”, em virtude do excepcional dinamismo e estabilidade de crescimento apresentado, principalmente, nos países mais desenvolvidos (BOYER, 1998).

O crescimento industrial a partir do fordismo, permitiu o aumento da demanda potencial, mediante o fortalecimento do poder de compra, e desta forma, favorecendo um consumo massivo.

O auge do período Fordista (“os trinta gloriosos”), caracterizou-se pela produção em larga escala que promoveu o acesso massivo aos bens de consumo. Com a baixa dos preços relativos dos bens de consumo e aumento regular dos

salários diretos e indiretos, uma camada cada vez maior da população passou a ter acesso a oportunidades antes restritas às camadas mais abastadas.

Com a intensificação do processo produtivo e conseqüente aumento de produtos ofertados, tornou-se imprescindível incorporar outras camadas sociais na cadeia de consumo para que se absorvesse o excedente produzido. Assim, o que antes estava disponível apenas para determinadas classes sociais, com o aumento da produção, começou a ser ofertado para a massa dos trabalhadores, que já representava um grande potencial de consumo.

Uma das medidas eficientemente adotadas para se promover o acesso e o aumento do consumo entre as camadas sociais de menor poder aquisitivo foi a disponibilidade de crédito ofertado.

Segundo o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999: 132), a palavra crédito é originária do latim *creditu* e significa em sentido lato, segurança de que alguma coisa é verdadeira; confiança; boa reputação; boa fama; fé na solvibilidade; consideração; e em sentido econômico, a cessão de mercadoria, serviço ou importância em dinheiro para pagamento futuro ou a facilidade de obter empréstimos.

Desta forma, a venda a crédito ocorre quando o detentor do produto ou do serviço a ser ofertado o dispõe a terceiros mediante o compromisso formal (contrato) ou informal para pagamento no futuro.

O sistema de crédito é um componente importante da dinâmica do modo de produção capitalista, pois ao focalizar a base da pirâmide social e empresarial, o acesso ao crédito é utilizado como ferramenta orientada para o consumo e destinado à produção.

Entretanto, enquanto aparece como um produto do esforço do capital para resolver as contradições internas, ele traz consigo o potencial para crises futuras. O acesso ao crédito apenas posterga as reais dificuldades do presente, relacionadas à superprodução, podendo acarretar o fortalecimento das crises futuras, pois é insuficiente para resolver as contradições do sistema.

O sistema de crédito possibilita que uma grande parcela da população que não possui poder de compra suficiente tenha acesso ao consumo, além de ampliar a

capacidade de consumo em todas as classes sociais, incentivando, assim, a aquisição de bens e serviços.

O acesso ao crédito por camadas menos favorecidas financeiramente também possibilitou a popularização das viagens e dos passeios turísticos.

No “período áureo” do processo de industrialização fordista, surgiu, no turismo, a massificação das viagens, mediante a divulgação e comercialização de pacotes turísticos padronizados.

Nessa fase o turismo se converte em um fenômeno de deslocamentos massivos, gerando importantes conseqüências sociais, políticas, culturais, de meio ambiente e financeiras, parte delas benéficas e outras contribuindo para deflagrar relações conflitivas. (MOLINA, 2003, p. 24).

Neste momento o turismo se consolidou, mediante a articulação de diversas empresas que se constituíam para satisfazer aos interesses do mercado turístico, mediante a instituição de códigos conceituais e operacionais que priorizavam a uniformização, a centralização e a maximização dos processos e serviços. (MOLINA, 2003).

Foi quando o turismo internacional cresceu em ritmo bastante acelerado em relação a épocas anteriores, sendo denominado como “boom” turístico.

De acordo com Molina (2003, p. 25), neste período,

A organização do setor turístico nas empresas e nas instituições públicas e sociais caracteriza-se por seu caráter piramidal, monolítico e burocrático. Os canais de distribuição também se regem por estes conceitos fundamentais. Em conjunto, essa forma de estruturar o setor e seus agentes está de acordo com a lógica do mercado de massa.

Com as novas tecnologias e descobertas científicas, e conseqüente aumento da produtividade, intensificaram-se as articulações comerciais, que extrapolaram os limites territoriais estabelecidos em busca de novos mercados.

O modelo fordista, que floresceu no pós-guerra, dependia da subida constante dos salários para manter o mercado ativo. Entretanto, os salários não puderam crescer na mesma proporção da produção e dos lucros, originando a crise inflacionária. A “guerra comercial” crescente entre as potências econômicas mundiais instaurou a necessidade de um novo modelo, mais flexível, de forma a golpear a rigidez do processo produtivo.

A saturação dos mercados marcou o período subsequente aos “30 gloriosos”, com a crise do fordismo, resultando no enfraquecimento econômico subsequente.

Esse notável regime de acumulação e essa configuração sócio-política acabaram sendo desestabilizados pelo próprio sucesso, uma vez que os desequilíbrios e contradições, relativos às forças que haviam precipitado a grande crise dos anos 30, revestiram-se de uma forma original a partir da metade dos anos 60. (BOYER, 1998, p. 196).

A partir deste momento o sistema econômico mundial passou por novas transformações, resultando no estabelecimento de outras estruturas de produção e comportamentos de consumo.

De acordo com Amin & Robins (1994, p. 84),

O atual período de instabilidade¹⁵, que marca a crise do fordismo, dá origem a uma nova adaptação funcional e à concretização da era pós-fordista. A produção de massa deve, inevitavelmente, ceder lugar à flexibilidade, como princípio estruturante do novo período histórico.

Com a saturação dos mercados, surgiu a necessidade de diversificar a produção, no intuito de atender a consumidores diferenciados.

A saturação das necessidades primárias, que acompanhou o crescimento do poder de compra de amplas camadas da população inspira a renovação das normas de consumo em benefício de produtos mais diferenciados. Em um universo mais urbanizado, onde a instituição familiar se transformou consideravelmente, onde a taxa de atividade das mulheres tem se aliado com a dos homens, onde a taxa de escolaridade tem aumentado, e onde a expectativa de vida tem sido acrescentada, a demanda de serviços dos lugares tem aumentado consideravelmente nos âmbitos da formação, da cultura e do tempo livre, do turismo, dos cuidados médicos e dos serviços de proximidade destinados às pessoas. (TERTRE *et alii*, 2000, p.2).

Concomitantemente com tais transformações de cunho social e econômico, os setores econômicos também passaram por mudanças estruturais e organizacionais.

De acordo com Molina (2003, p. 22), com as transformações econômicas, sociais e históricas, a teoria e prática do turismo passou por três grandes etapas:

- 1) Pré-turismo: referente ao período das longas viagens dos jovens aristocratas europeus (*Grand Tour*);
- 2) Turismo Industrial: de acordo com as concepções industriais modernas;
- 3) Pós-turismo: vinculado ao período contemporâneo, mergulhado num contexto global onde a prática de consumo passa a ser mais específica, segmentada e personalizada.

¹⁵ O autor está neste momento referindo-se ao início da década de 90.

Para o autor, o período contemporâneo se consolida através das novas necessidades e exigências do mercado consumidor. Desta forma, o mercado turístico atual registra características históricas diferentes dos períodos anteriores, como:

- 1) alteração nos gostos e preferências da demanda, caracterizados pela busca de novas experiências;
- 2) liberação e integração dos mercados regionais, em resposta à implementação de um novo modelo mundial de desenvolvimento relacionado à expansão dos mercados;
- 3) um papel crescente adquirido pelas novas tecnologias, como componentes determinantes e essenciais da nova geração de produtos/serviços;
- 4) novas expectativas das comunidades locais. (MOLINA, 2003, p. 32).

As concepções e articulações do setor turístico modificaram-se de acordo com cada momento histórico, acompanhando cronologicamente as mudanças econômicas e sociais de cada período. Novos valores foram agregados a seus conceitos e práticas implicando em novas metodologias e enfoques.

O comportamento massificado do consumo padronizado, característico do regime fordista, cedeu espaço para uma nova forma de consumismo, agora diretamente relacionado com as novas exigências e expectativas particulares dos consumidores, favorecendo o atendimento personalizado de bens e serviços.

Este novo panorama esboça a complexidade da construção social da nova esfera produtiva, agora mais vinculada à inovação e qualidade diferenciada e menos aprisionada à padronização do período anterior.

“A mudança de modelo, entre os anos de 1960 e 1990, pode ser apresentado como a passagem de uma ‘lógica produtiva’ à uma ‘lógica da qualidade’ ”. (ALLAIRE, 2002, p. 158).

Para o autor, a atividade turística, seguindo esta nova tendência de mercado, também se diversificou, abrindo um leque de atividades estruturadas em segmentos específicos direcionados a grupos e demandas diferenciadas com particularidades comuns.

Para não incorreremos numa visão simplista a respeito do desenvolvimento da atividade turística e do próprio modo de produção capitalista do qual é parte integrante, aludiremos opiniões de outros autores a esse respeito.

Verificando o modo capitalista de produção em diferentes momentos a partir da Revolução Industrial, podemos destacar 04 modelos distintos de organização da

produção, os quais traduziram tendências e métodos administrativos: o Taylorismo, o Fordismo, o Pós-fordismo, e o Toyotismo.

Abaixo, através de uma tabela, resumiremos algumas características inerentes a cada fase, destacando suas principais especificidades:

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO PROCESSO PRODUTIVO INDUSTRIAL.

<u>Características</u>	<u>TAYLORISMO</u> (2ª metade Sec XIX).	<u>FORDISMO</u> (anos 1950 - 1960).	<u>PÓS-FORDISMO</u> (anos 1970 - 1980).	<u>TOYOTISMO</u> (final anos 1970).
FILOSOFIA	Adm. Científica. Racionalização do trabalho industrial.	Produção em Massa. Mecanização do proc. Produtivo.	Modelo flexível com base na tecnologia da informação.	Flexibilização da produção (<i>Just in time.</i>)
PROCESSO PRODUTIVO	Planejamento da Produção. Otimização de Tempo.	Fabricação em série, em linha de montagem. Padronização e simplificação. Grandes plantas fabris e investimentos.	Produção em série e multilocalização. Descentralização da produção.	Fabricação de menores quantidades de produtos. Personificação dos produtos.
MÃO DE OBRA	Super-especializada, segmentação dos gestos e momentos	Alta especialização. Segmentação das tarefas.	Especialização e início do processo de flexibilização	Flexibilização. Multifuncionalização da mão-de-obra.
QUALIDADE DOS PRODUTOS	Pouco Controle.	Pouco controle (por amostragem)	Maior preocupação com qualidade.	Qualidade Total. Controle Visual e supervisão das etapas produtivas.

O crescimento dos movimentos sociais, os protestos estudantis e as atividades contra-culturais ajudaram, também, a enfraquecer a estabilidade do Fordismo, que somados à competitividade nos mercados internacionais, ao aumento dos custos do bem-estar social e à crise do Petróleo e sua conseqüente recessão em 1973, impuseram ao capitalismo uma fase de desaceleração, caracterizando um momento de crise.

A elevada competição global e as crises políticas e econômicas trouxeram novas estratégias dirigidas para o aumento da flexibilidade em escala global, permitindo a mobilidade de capital e a liberdade para colonizar e mercantilizar praticamente todas as esferas, destruindo as fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando a descentralização da produção.

O momento posterior ao Fordismo e denominado de Pós-Fordismo refere-se assim, às novas condições que emergiram a partir da crise do Fordismo.

Desta forma, o Pós-Fordismo global foi um modelo que permitiu que as corporações ganhassem mobilidade obtendo vantagens sobre a qualidade dos novos instrumentos que foram empregados para evitar a rigidez na economia e na sociedade. As novas estruturas flexíveis favoreceram a racionalização financeira, a concentração de recursos e a proteção contra futuras mudanças econômicas e permitiu, ao mesmo tempo, se obter vantagens através de novos instrumentos financeiros e fiscais.

Com a flexibilização pode-se produzir na proporção em que há demanda para o consumo. Reconhecer a necessidade da demanda ou induzi-la a tal necessidade permite uma produção em menor escala e com menos custos de estoque.

A crise da concorrência e da competitividade aliadas às desestabilidades nos âmbitos sociais, econômicos e políticos levaram à formulação de novas estratégias para a cadeia produtiva. Assim, cada setor produtivo passou a estabelecer seus critérios na composição de seus produtos de forma a destacar as características peculiares que lhe auferissem um padrão de qualidade capaz de manter sua competitividade no mercado. Estas metamorfoses compõem os mecanismos de ajustes que o capitalismo necessita para se impor soberano.

O destaque para a qualidade total e para as especificidades incorporadas aos produtos e aos lugares são as novas estratégias para orientar e incentivar o consumo.

O que a princípio se apresenta como uma evolução natural do padrão de exigência e de especificidades nos gostos e no comportamento dos consumidores, nada mais é do que a consolidação do ideal capitalista de superar suas próprias crises mediante a aplicação de novas tendências. Ou seja, os consumidores “desenvolveram o hábito” de exigir maior qualidade dos produtos ou a requerer determinadas características distintas nos produtos na medida em que as organizações produtivas passaram a destacar as especificidades de seus produtos como garantia da qualidade ideal, pois esta argumentação se revelou uma arma eficaz na guerra da concorrência mundial acirrada, condicionando, assim, tal comportamento dos consumidores.

De acordo com Harvey (2005, p. 224-225) a renda e o poder monopolista são processos inerentes e imprescindíveis à manutenção do modo de produção capitalista. Para o autor “o poder monopolista da propriedade privada é tanto o ponto de partida como o ponto final de toda atividade capitalista”.

Dentro desta linha de entendimento, Harvey argumenta que a globalização diminuiu significativamente a proteção monopolista historicamente assegurada pelos custos de transportes e de comunicação. Entretanto, como o capitalismo não pode existir sem poderes monopolistas, busca meios de reuni-los.

Um destes meios é a centralização do capital em megaempresas, ou o estabelecimento de alianças mais amplas para dominar os mercados (como é o caso do setor automobilístico), ou ainda, a intervenção mediante leis internacionais de comércio, a fim de se assegurar os direitos monopolistas de propriedade privada, como é o caso das patentes. (p.226).

Neste sentido, o autor avança em seu raciocínio argumentando que, embora haja ressalvas, atualmente, “a idéia de ‘cultura’ está cada vez mais enredada com as tentativas de reassegurar tal poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintas e irreplicáveis” (p.227).

Desta forma, segundo Harvey (2005, p. 229) “a incessante busca por rendas monopolistas impõe a procura de critérios de especialidade, singularidade, originalidade e autenticidade em cada um desses domínios”.

A atividade turística como um setor eminentemente vinculado ao modo capitalista de produção está intrinsecamente inclusa nestes movimentos, de forma que as manifestações culturais e a forma paisagística passaram a constituir os ícones para a divulgação dos lugares enquanto destinos turísticos “únicos”.

Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas, assim como no das características ambientais especiais (incluindo, é claro, os ambientes sociais e culturais construídos)? (HARVEY, 2005, p. 232).

Desta forma, ao se vincular marcos especiais de distinção a determinados lugares, estabelece-se sobre eles um importante poder de atração, tanto de capitais como de fluxos de visitas. Num mundo acirradamente competitivo a luta para se acumular marcos de distinção especial é contínua e intensa.

Estes fatores movimentam e aceleram as formas de se promover o setor turístico, tanto no que se refere à projeção dos lugares como das práticas vinculadas aos mais diferentes nichos de mercado.

Assim entendemos que a denominada “segmentação do mercado turístico” nada mais é do que a aplicação de novas estratégias de venda num mercado altamente competitivo, onde características e especificidades locais devem ser salientadas, e determinadas práticas devem ter um enfoque especial. Os pacotes turísticos criados e vendidos atualmente continuam ligados a uma lógica produtiva; entretanto há a necessidade de se atrelar a eles características especiais, vinculando-os aos gostos de demandas específicas, e assim auferindo aos mesmos um caráter qualitativo.

Algumas práticas atualmente são divulgadas como vinculadas à natureza (turismo ecológico, de aventura ...), ou vinculadas a um estilo de vida (turismo rural), ou a fatores históricos e culturais (turismo cultural). Não importa a denominação dada, o fato é que estes argumentos sintetizam as novas estratégias de mercado para incentivar o consumo e abarcar o maior número possível de consumidores, de forma a salientar características que “tornem especiais”, aqueles que as praticam. Pura estratégia de mercado.

A segmentação do mercado turístico surgiu em virtude da concorrência dos lugares, portanto foi preciso destacar as especificidades de cada lugar ou as características singulares de cada tipo de pacote. Promover esta chamada segmentação, também é uma forma de iludir o consumidor no sentido de forjar um atendimento diferenciado para supostas demandas específicas, com gostos e interesses especiais.

De acordo com Boyer (2003, p. 31), “o turismo contemporâneo é herdeiro das formas elitistas que passou de um pequeno número às massas sem revolucionar o

conteúdo”. Para o autor a invenção dos lugares e das práticas do turismo, ainda é elitista, sendo uma soma de histórias singulares (p.40).

Segundo esta idéia as elites precedem as práticas turísticas destacando os lugares e formas de entretenimentos, os quais são difundidos posteriormente às demais camadas sociais.

Para Boyer (2003, p. 63), o movimento do desenvolvimento do turismo se dá em três fases, sendo: a invenção da distinção; a difusão e apropriação dos modelos por camadas inferiores; novas invenções de distinção.

Assim sendo, na história do turismo a invenção da distinção se refere à descoberta de lugares que passaram a ser foco de visitas turísticas de acordo com seu estigma próprio, vinculado às suas características naturais ou culturais específicas. Estas práticas partiram da elite para depois se massificar, ou seja, as escolhas do turismo vão se difundindo do alto da camada social para baixo.

Foi assim que surgiu o turismo na Riviera Francesa e na Ilha da Madeira e as práticas de turismo nas montanhas (nos Alpes, nos Pirineus), sendo promovido a princípio pela elite britânica. Por ser locais de visita das elites se tornaram famosos, com nomes conhecidos e imagens fortes. Quando outras camadas sociais se apropriam destas localidades, as elites tendem a buscar novas invenções de distinção. Por isso é que no turismo sempre há lugares ou práticas específicas que estão em evidência, ou “na moda”.

Estas “invenções turísticas” também podem ser direcionadas a grupos específicos com o intuito de melhor direcionar a venda e a comercialização de pacotes turísticos.

Para Boyer (2003, p.63), “No final do século 20, as práticas e os gostos do turismo inventados anteriormente pelos guias culturais foram transferidos não a indivíduos, mas sim a grupos sociais que se apropriam deles em função de seu nível cultural ou de suas aspirações [...]”.

Estas considerações também podem estar aludidas à segmentação do mercado turístico, pois há uma estratégia do setor vinculado à produtividade vigente que pretende incrementar o consumo dos lugares e a intensificação do turismo.

Por outro lado, a nova dinâmica das organizações produtivas aponta para uma melhor exploração dos ativos específicos locais, permitindo intervenções territoriais capazes de favorecer o desenvolvimento de seus próprios recursos.

Tais observações demonstram que o turismo como atividade e prática é resultante do processo histórico das relações sociais e econômicas vinculadas ao modo de produção capitalista, o qual, no decorrer do tempo, vai criando novos mecanismos como forma de renovar seu “re-estabelecimento”, e assim vai produzindo novas formas de consumo.

Conforme afirma Boyer (2003, p. 16), o turismo constitui-se num tipo diferenciado de consumo, pois não visa a satisfação de uma necessidade fundamental do homem e se realiza em outro local, ou seja, o deslocamento se torna essencial para se concretizar o ato de seu “consumo”.

Por outro lado, conforme afirma o autor, nenhum lugar por si só é turístico. Não se vincula a um lugar o desejo de visitação se a ele não for atribuído um significado, um “sentido turístico”, ou um conteúdo simbólico que lhe confira um sentido diferente. A atra o pelos lugares se d  não apenas pelos atributos que possui, mas pela imagem que lhe conferem.

No caso específico de Presidente Epitácio, se nos anos anteriores   década de 1980 (quando se oficializaram os eventos), as atividades realizadas tinham um caráter espontâneo, no sentido de que as pessoas participavam dos festejos e comemora es tendo como maior interesse a distra o, o divertimento e o contato com outras pessoas, com prazer em desfrutar de tudo o que o local tinha a oferecer mediante iniciativa própria, com a institui o do turismo enquanto atividade funcional, foi necessário “criar” uma imagem do lugar, e “vendê-la” (através da m dia em propagandas e folhetos publicitários), com o intuito de “convencer” às pessoas que devem e/ou necessitam conhecer e visitar tal localidade.

Instaura-se, assim, o desejo de “consumo” daquele espaço, e as atividades deixam de ser espontâneas para se tornarem oficiais, artificializadas, como “réplicas” ou “caricaturas” da manifesta o popular. Ou seja, os espaços especializados de lazer

passam a ser comercializados, e o que é manifestação e comemoração espontânea de uma população, passa a ser “espetáculo” a ser assistido pelos visitantes.

O turismo, para Boyer (2003, p. 16), é um produto da evolução sócio-espacial, marcadamente presente no sistema capitalista de produção: “Turismo - conjunto dos fenômenos resultantes da viagem e da estadia temporária de pessoas fora do seu domicílio, na medida em que este deslocamento satisfaz, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial”.

Consideramos interessantes os aspectos acima abordados principalmente para melhor compreensão de como a atividade turística passou, com o decorrer do tempo, por determinadas alterações no que se refere à sua concepção e diretrizes de planejamento. Entretanto, o aspecto primordial de nossa análise diz respeito ao entendimento de que tal atividade faz parte integrante do processo de produção capitalista, reconhecendo que suas bases de sustentação e que permitiram sua insurgência e desenvolvimento começaram a ser esboçadas a partir da industrialização.

De acordo com a OMT (Organização Mundial de Turismo = agência especializada das Nações Unidas desde 2003),

Turismo é uma atividade humana intencional que envolve deslocamento temporário de pessoas, onde o indivíduo permanece por mais de 24 horas e menos de um ano fora do local de sua residência, para a realização de qualquer atividade e satisfação de qualquer necessidade, sem a intenção de lucro e se utiliza de meios de transporte, hospedagem e alimentação, dentre outros.

Entretanto o conceito de turismo ainda apresenta muitas controvérsias. Para Knafou (1999, p. 63), “a palavra *turismo* é particularmente polissêmica, evocando ao mesmo tempo uma atividade humana e social, hoje convertida em fundamental [...]”. (grifo do autor). Para o autor, a definição do turismo é *flu*, pois “ele utiliza equipamentos cujo monopólio não lhe pertence (transportes, hospedagens, alimentação, etc.)”. Para o autor, as definições internacionais propõem definições muito amplas. Desta forma, as próprias estatísticas quanto ao turismo apresentam distorções, uma vez que “englobam atividades que, fundamentalmente, não são do turismo”.

Para Cruz, (2006, p.202), “o turismo enquanto prática social cooptada pelo mercado, assumiu, ao longo do tempo, as mais variadas diversificações, aproximando-se do conceito de viagem, a ponto de confundir-se com este”. Desta forma, todo mundo que viaja, é considerado turista, independente da motivação do deslocamento, originando os “incontáveis segmentos mercadológicos em que se organiza a atividade nos dias atuais”.

A prática da atividade turística implica, portanto, em deslocamento e estada, e conseqüentemente, depende de recursos financeiros.

O sistema capitalista enquanto modo de produção não é estático, ou seja, não permanece o mesmo o tempo todo. À medida que evolui durante o seu desenvolvimento, vai se transformando para continuar hegemônico, criando novos mecanismos de ação que servem para aumentar o grau de convencimento de sua própria ideologia e permitir sua perpetuação.

As mutações que ocorrem no sistema capitalista são possíveis porque é capaz de produzir para sua própria reprodução, e assim garantir sua continuidade enquanto modo de produção, de forma que as relações de produção que lhe são próprias permanecem, mesmo que modificadas.

O sistema capitalista se “auto-alimenta” para sua própria sobrevivência, instaurando um movimento constante na sociedade mediante a (re)produção das relações de produção e garantindo, assim, a permanência do capitalismo, mesmo que transformado e adaptado. O novo surge, desta forma, não como uma nova produção, mas como a anterior modificada, uma vez que intrínseco ao processo, novos elementos e valores são inseridos, promovendo a base para uma nova produção, num movimento contínuo e constante.

Entretanto, apesar das metamorfoses sofridas, o modo de produção capitalista mantém alguns elementos em suas características fundamentais, os quais expressam sua essência enquanto sistema.

Um desses elementos é a mercadoria, que embora sofra mutações no decorrer do processo, sempre permanece. A princípio se consolidava como um bem necessário à satisfação das necessidades humanas. Com o passar do tempo, incorporou o lucro

no seu valor de troca, e transformou-se, cada vez com mais intensidade, numa necessidade criada para o consumo.

No decorrer dos tempos, o desenvolvimento tecnológico permitiu a produção em larga escala com uma diversificação sem precedentes. Tornou-se, então, imprescindível a criação de novas necessidades, e a apropriação de determinados elementos (inclusive imateriais) para se transformarem em mercadorias.

Neste ínterim, porções do espaço de reprodução da vida, com todas as características que lhe concernem uma essência, que possuam algum recurso natural, cultural ou histórico capaz de atrair o desejo de visitação, passaram a ser cooptados pelos interesses financeiros e econômicos atrelados ao sistema de produção capitalista, e transformados em mercadoria a ser consumida, e desta forma, mercantilizam-se os lugares e a imagem dos lugares, a paisagem, a cultura, e até mesmo o modo de vida, através da atividade turística.

Conforme afirma Sanchez, (1991, p. 219), "A incorporação do espaço de  cio ao processo econômico implica a configuração de uma atividade produtiva que o transforme em mercadoria. Desta perspectiva, o turismo se implanta como um novo setor produtivo".

O turismo surge, então, como uma nova forma de consumo, mediante a apropriação do espaço, de elementos e formas pré-existentes, transformando-os em mercadorias novas para o consumo, cuja necessidade é gerada pelas relações de produção (re)produzidas. Concatena não apenas os produtos materiais palpáveis, mas também os bens intangíveis presentes no meio das e nas relações sociais. Não apenas se apropria do espaço, mas também lhe estabelece novas funcionalidades e novos valores, introduzindo uma função produtiva ao espaço do qual se apropria.

Como terceiro setor da economia, o de serviç os, sendo aquele que mais se destaca e se desenvolve atualmente, o turismo se impõe como uma atividade promissora e lucrativa, permeada por sofismas que idealizam soluções e repostas. Entretanto, é apenas mais um artifício do sistema que para continuar se reproduzindo, estabelece novas normas de conduta e cria novas necessidades de consumo, atingindo o ápice da mercantilização da vida.

Por outro lado, o crescimento da atividade turística somente foi possível, dentro dos moldes e parâmetros atuais, em virtude do desenvolvimento dos meios técnicos que possibilitaram os longos deslocamentos vencendo grandes distâncias.

O desenvolvimento e aprimoramento dos meios de transportes foram imprescindíveis para possibilitar deslocamentos longos em períodos de tempo reduzidos, alterando a própria concepção quanto à relação espaço e tempo. Desde a invenção da máquina a vapor até aos trens modernos de levitação magnética, com a invenção do automóvel e dos meios de transportes aéreos e marítimos, as longas distâncias deixaram de ser empecilhos, permitindo o intercâmbio de pessoas e objetos para praticamente qualquer local do globo terrestre.

Muitas das dificuldades inerentes aos trajetos também foram amenizadas pelas novas tecnologias, que englobam desde a construção de estradas, pontes, túneis e viadutos até à inovação de sistemas de segurança e de orientação, como os sistemas de navegação via satélite (GPS - *Global Positioning System*), que estimulam e favorecem a prática do deslocamento.

No próximo item apontaremos alguns tópicos inerentes ao avanço das técnicas e sua importância no desenvolvimento e desdobramentos das atividades inerentes ao sistema de produção capitalista. Consideramos esta abordagem importante para compreensão de como as técnicas e a lógica tecnocrata influenciam e direcionam os setores produtivos e como modelam e induzem ao estilo de vida da atualidade.

A técnica e a lógica do capital na dimensão do lazer.

O período contemporâneo pode ser percebido como um momento de contradições oriundas de divergências ideológicas e políticas e fragilidades sociais. Vive-se num mundo conturbado, repleto de controvérsias e contradições.

Diariamente a mídia revela descobertas científicas e fatos que surpreendem pela possibilidade de rompimento com barreiras outrora intransponíveis, mas, por outro lado, o desconforto e a instabilidade social aumentam, pois os acontecimentos estão marcados, cada vez mais, pela intolerância, violência e incompreensão.

Ao mesmo tempo em que as técnicas se aprimoram, e que os processos se tornam mais eficientes, no sentido de produzirem resultados específicos e condizentes com os propósitos pré-estabelecidos, a humanidade vivencia um processo crescente de rupturas/fragmentações, uma vez que a desigualdade se acentua e a polarização de classes sociais se intensifica.

Enquanto o conhecimento avança em prol de descobertas inimagináveis em tempos remotos, a vida cotidiana se encontra cada vez mais abalada. Vivencia-se a ruína de estruturas que outrora constituíam o alicerce de relacionamentos e de identidades. O desenvolvimento da técnica é cada vez mais audaz, entretanto, o homem tem se tornado incapaz de recompor sua própria humanidade.

É como afirma Sloterdijk (1999, p. 86-93) “Cada vez mais os indivíduos podem ser descritos, de acordo com o modo de vida e autoconsciência, como ilhas normatizantes”. Isto porque os padrões de comportamento e estilos de vida produzidos permitem “gerar indivíduos que necessitam cada vez menos da sociedade”. É o que o autor denomina de “homem sem retorno”, no sentido de que esta sociedade se apresenta e se vê como uma “forma sem substância”, onde o futuro não é mais determinado pela valoração do presente, pois, “do antigo, se assumem menos qualidades e mais quantidades, mais chances de partida do que virtudes concretas”.

As grandes descobertas científicas e tecnológicas não são capazes de solucionar os grandes problemas humanos. Como o autor comenta, “o processo industrial no todo destrói mais ‘reservas’ naturais e humanas do que ele próprio pode produzir ou regenerar”. (p. 91).

A tecnologia avança a cada dia, e, em contrapartida, o individualismo tem se apoderado cada vez mais desta sociedade. “O indivíduo individualizado até o limite quer uma vivência que se auto-recompensa; ele leva sua vida como consumidor final de si mesmo e suas chances”. (SLOTERDIJK, 1999, p. 88-89). É a constituição da sociedade do descartável, da efemeridade, da alta produtividade que torna vazio os significados. O desenvolvimento da técnica permite constantes inovações, descobertas.

A técnica pode ser entendida como o modo de fazer, ou seja, como um instrumento da ação humana, utilizado para transformação e apropriação da natureza, em prol de satisfazer, de forma constante e contínua, as suas necessidades.

De acordo com Corbisier (1968, IX),

“A técnica corresponderia assim a uma exigência de racionalização, a uma forma superior de ‘saber fazer’, cuja aplicação seria característica precisamente nos setores da atividade humana em que a máquina não funciona”.

O desenvolvimento da técnica constitui um processo histórico, pois nos primórdios da humanidade elas eram rudimentares, mais relacionadas à domesticação de animais e manuseio de sementes. Com o passar do tempo elas evoluíram, alcançando alto grau de complexidade, o que levou ao aumento da produção de objetos e da exploração dos recursos naturais, ampliando, desta forma, a capacidade de transformação do meio.

Como processo, cada momento histórico foi importante e imprescindível no sentido de acrescentar possibilidades e conquistas que sinalizaram o caminho do desenvolvimento tecnológico alcançado atualmente.

De acordo com Ellul (apud Corbisier, 1968, IX), alguns fatores foram decisivos no processo de eclosão da “revolução tecnológica” que ocorreu a partir do século XVIII. Para ele, um elemento fundamental foi exatamente o acúmulo de experiência e de capacidade inventiva, funcionando como um depósito do saber, armazenado com o tempo, constituído como produção histórica do conhecimento.

Outros elementos por ele apontados como “pré-requisitos” necessários para que o fenômeno técnico despontasse foi o crescimento demográfico, uma vez que o crescimento populacional instaurou novas exigências e necessidades; e a aptidão do meio econômico, ou seja, a estabilidade das bases da vida econômica que possibilitou a concentração da pesquisa em objetos determinados, e a mobilidade que permitiu a adaptação às descobertas e às invenções.

O quarto elemento, segundo Ellul, foi a plasticidade do meio social, ou seja, a destruição dos tabus e dos grupos sociais, que permitiu os grandes deslocamentos populacionais para os centros industriais e urbanos, local de concentração do desenvolvimento tecnológico.

O último fator apontado pelo autor é a consciência técnica, ou seja, a visão das possibilidades da técnica e o desejo de alcançar seus objetivos.

Todos estes elementos conjuntamente determinaram as possibilidades que culminaram no momento “ideal” da denominada “revolução tecnológica”.

Assim como afirma Santos (1999, p. 40), “toda a técnica é história embutida. A técnica é o tempo congelado e revela uma história”.

A medida em que as técnicas foram sendo aprimoradas, mais mediada se tornou a relação entre o homem e a natureza. Através de mecanismos e processos específicos oriundos do desenvolvimento tecnológico e científico, a intervenção humana nos meios naturais tem se dado de forma cada vez mais abrupta e intensiva, tendendo à “artificialização” da natureza, desestabilizando seu ritmo e alterando suas manifestações.

Por outro lado, com o processo de globalização, que tudo aproxima num mundo quase sem fronteiras, a técnica universalizou-se, e institucionalizou sua lógica em todas as direções.

Assim como afirma Lefèbvre (1991, p. 56-57),

[...] a consciência e as formas de consciência (sociais e individuais) derivam da técnica *sem a mediação* de um pensamento que domina a técnica, de uma cultura que lhe confere um sentido. Através da imagem e do objeto (e do discurso sobre a imagem e sobre o objeto), a consciência, social e individual, *reflete* a técnica. [...] “Mais precisamente, *o olhar sobre o objeto técnico, olhar passivo, atento apenas ao funcionamento, interessado somente pela estrutura (desmontagem, remontagem), fascinado por esse espetáculo sem segundo plano, completo, na sua transparente superfície, esse olhar torna-se protótipo do ato social.*”

Desta forma, a técnica e a lógica pertinente ao seu desenvolvimento, vinculada a interesses econômicos de reprodução do capital, invade quase todas as dimensões da vida humana, mesmo nos lugares mais remotos, modificando as estruturas sociais e o modo de pensar e agir. Com a instauração de novos processos produtivos vinculados à alta tecnologia e velocidade informacional, novos elementos e objetos são incorporados ao espaço, introduzindo novos valores e padrões de comportamento.

Mediante as materialidades produzidas, o espaço geográfico retrata a forma como uma sociedade se organiza, tornando patente suas resistências e suas possíveis

transformações. Conforme afirma Carlos, (2001, p. 14), “[...] o tempo se acelera em função do desenvolvimento da técnica - que requer a construção de novos espaços - que vai redefinindo as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo a prática sócio-espacial”.

Neste sentido, diferentes lugares são reestruturados a partir da instalação de objetos destinados a atender as novas demandas de consumo e as exigências vinculadas ao processo produtivo inerente à tecnologia avançada e aos interesses mundiais, estabelecendo, assim, novos vínculos e inter-relações impostas pela racionalidade técnica.

Para Carlos (2001, p. 18),

No mundo moderno, **a prática sócio-espacial revela a contradição entre a produção de um espaço em função das necessidades econômicas e políticas e ao mesmo tempo a reprodução do espaço da vida social**. No primeiro caso, a reprodução do espaço se dá pela imposição de uma racionalidade técnica assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação que produz o espaço como condição/produto da produção, revelando as contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento, o que impõe limites e barreiras a sua reprodução. (Grifo nosso).

Assim sendo, ao mesmo tempo em que diferentes sistemas de objetos de engenharia são incorporados ao espaço, em função das imposições do sistema capitalista contemporâneo, novas estruturas firmam e reforçam novos sistemas de ações e interação social, e promovem novos modelos de comportamento e valores.

Conforme afirma Santos (1997, p. 27),

O conteúdo (da sociedade) não é independente da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois, têm um papel na realização social.

Como a tecnologia segue aos interesses do sistema capitalista, seu desenvolvimento está mais atrelado aos interesses de reprodução do capital, e menos vinculado às necessidades humanas, o que impõe uma lógica e uma dinâmica contraditória, na qual, prevalece a busca incessante pela eficácia dos processos e a otimização da produção, deixando para segundo plano os verdadeiros valores oriundos do relacionamento humano, do convívio social.

Neste sentido, não apenas novos objetos são criados, mas também são produzidas necessidades que impelem ao seu consumo, tendo em vista a realização do lucro, caracterizando o processo de produção, distribuição e consumo.

A lógica do sistema invade as diversas esferas da vida humana, de forma que até mesmo as atividades relacionadas ao lazer passam a ser capturadas pelos interesses do mercado, que criam a necessidade de sua prática, vendendo-a como mercadoria. Desta forma, diversas localidades passam a ser estruturadas para a prática do lazer e do turismo, mediante a instalação de objetos que muitas vezes não condizem com a lógica do lugar, causando estranhamento aos seus moradores.

As atividades relacionadas ao lazer, que a princípio deveriam ser atividades livres, desinteressadas e prazerosas e que pudessem proporcionar o desenvolvimento do homem enquanto ser humano, hoje estão atreladas à lógica do mercado, que além de vender a imagem da necessidade de sua prática, também cria ambientes específicos para sua atuação, implementando espaços de lazer normatizados que rompem com a prática do lazer espontâneo.

De acordo com Camargo (1999, p.10-14), as atividades de lazer possuem propriedades que as caracterizam como atividades de lazer. Sendo elas:

- *Escolha Pessoal*: embora toda ação humana seja, de certa forma, influenciada ou determinada por fatores culturais, sociais, políticos e econômicos, no lazer há um grau maior de liberdade de escolha. É um tempo precioso, onde se pode exercitar com mais criatividade as alternativas de ação ou de participação.
- *Gratuidade*: na busca de atividades de lazer há uma escolha mais desinteressada em relação a outras atividades. É um tempo onde se pode exercitar mais o “fazer-por-fazer”, sem que haja necessariamente um ganho financeiro em vista ou um preço sério a pagar.
- *Prazer*: as atividades do lazer são hedonísticas, ou seja, prazerosas.
- *Liberção*: o lazer é sempre liberatório de obrigações. É quando busca-se compensar ou substituir algum esforço que a vida social impõe. Na sua forma mais crua ele é compensatório, ou seja, representa a liberação da fadiga e de reposição das energias para o trabalho posterior.

O lazer só é possível quando é motivado pelo desejo e o prazer de ser participante, constituindo-se numa experiência pessoal, que não se repete no tempo nem no espaço. Quando as pessoas estão atreladas às atividades de lazer de forma

lúdica, são mais criativas, pois em momentos prazerosos produzem coisas de melhor qualidade. O lazer relacionado ao tempo livre é um tipo especial de oportunidade de repousar, de enriquecer-se pessoalmente, de poder realizar algum tipo de escolha, de despovoar o espírito de preocupações com o trabalho ou problemas, de aproximar as pessoas e de revelar sentimentos ocultos. (ANDRADE, 2001).

Tais características esboçam o significado real e verdadeiro do lazer, entretanto hoje podemos constatar que a concepção quanto a sua prática encontra-se muitas vezes distorcida, pois não se caracteriza mais pela espontaneidade e gratuidade que lhe são intrínsecas. Atualmente a manifestação de tais atividades encontra envolta pelos ideais da sistematização, são programadas e normatizadas, a participação já não se restringe mais ao prazer de ser participante e as motivações geralmente estão atreladas a interesses que estão além da ludicidade.

Segundo o sociólogo Dumazedier, citado por Requiá, o lazer é conceituado como:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de bom grado, seja para repousar, seja para se divertir, seja para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, depois de ter-se liberado de suas obrigações profissionais, familiares ou sociais. (apud REQUIXA, 1980, p. 34).

Foi a partir das novas relações produtivas que surgiu a noção de necessidade de tempo livre, ou tempo que pudesse ser utilizado para práticas do lazer, descanso e atividades sociais.

Em períodos anteriores à Revolução Industrial, pode-se considerar que também existia uma consciência em relação ao tempo, no sentido de especificar determinados objetivos para cada ciclo ou período da vida, de forma que havia o tempo de trabalho (plantio e colheita) e o tempo para atividades de prazer ou divertimento, relacionado aos festejos, com danças e cantares, em comemoração à farta colheita. Entretanto, no dia a dia, corriqueiramente as atividades se mesclavam, pois o ambiente doméstico e familiar também era o local onde se produzia e se trabalhava, de forma que a produção era ligada ao núcleo familiar, obedecendo ao ciclo natural do tempo. Em tal sociedade, tradicionalmente rural, não havia uma separação entre as várias esferas da vida do homem.

O tempo natural e humano do campo foi suplantado através da indústria, que impôs um tempo artificial e alienado de produção, onde o trabalho não pode mais ser permeado pelo entretenimento, pelo lúdico. A própria organização do espaço de trabalho inibe qualquer tentativa de diversão e entretenimento. (CAMARGO, 1999, p. 36).

Segundo Camargo (1998, p. 27), a ludicidade e diversão sempre acompanharam a história humana, desde os seus primórdios, podendo ocorrer em qualquer momento da existência, até mesmo na hora do trabalho ou em plena obrigação familiar, entretanto, *tempo livre, recreação e lazer* são termos que dizem respeito a fenômenos modernos.

Atualmente tem se intensificado a declaração da importância do tempo livre e do lazer na vivência humana, principalmente como propiciador do re-equilíbrio físico e mental, submete-se assim, o tempo livre ao fator econômico.

Entretanto, o tempo para o lazer não deve ser valorizado de acordo com os interesses do sistema econômico contemporâneo, ou seja, como simples instrumento para impulsionar maior produtividade e lucratividade, dentro de uma lógica capitalista.

O tempo livre utilizado para o lazer deve estar relacionado com as expectativas e necessidades de quem dele usufrui. O importante para a prática do lazer diz respeito à sua qualidade, ou seja, de que forma as pessoas usufruem destes momentos.

“O tempo livre, o lazer, o repouso e as viagens assumem seus significados plenos quando suas razões fundamentam-se nos valores do espírito, da inteligência, da sensibilidade e do afeto”. (Andrade, 2001, p. 86).

Entretanto, surgem dúvidas a respeito de como a sociedade atual tem utilizado seus momentos de “não trabalho”, uma vez que, principalmente no Brasil, país de grandes desigualdades e graves problemas relacionados à infra-estrutura de base, como moradia, saneamento básico, educação e saúde, haja também carência de espaços democráticos para a prática do lazer, além da lamentável constatação de que parcelas da sociedade não tenham plenamente desenvolvida a “cultura” para o lazer. Autores como Requixá (1980, p. 27) afirmam que:

A ampliação social do lazer leva-nos a indagar se os homens - beneficiários diretos da democratização do lazer - estão dela fazendo o uso mais adequado, e, conseqüentemente, se os homens estão sabendo utilizar as horas liberadas do trabalho, empregando-as na satisfação de suas aspirações mais autenticamente humanas; ou se estão apenas, desvirtuando-as, na medida em que procuram preenche-las com novas formas de comprometimento, mas com respostas meramente condicionais; ou ainda, se, em face do tempo livre, devido à falta de habilidade para usá-lo, à dificuldade de encontrar nas atividades que empreendem, a plena satisfação almejada, não acabarão por defrontar-se com o enfado, a angústia ou o tédio dos momentos desesperadamente vazios.

No caso específico desta pesquisa, pudemos verificar que a prática do lazer até um determinado período se desenvolvia de modo mais espontâneo, cujas atividades despontavam mediante iniciativa da própria comunidade, e que a partir de um determinado momento (mais especificamente após a década de 1980, com a intervenção do poder público) tais atividades se revestiram de um aspecto mais formal, ou seja, passaram a ser direcionadas, planejadas e normatizadas. Este fato além de mudar a manifestação de determinadas práticas, pode também alterar os propósitos pelos quais existiam e as motivações que davam sentido a estas ações.

Capítulo II

Os (des) caminhos do Crescimento Econômico.

- **Transformando o Território - A Construção da Usina Hidrelétrica Eng^o Sérgio Motta (Porto Primavera):**

Os problemas sócio-ambientais oriundos da construção e operação de Usinas Hidrelétricas e a conseqüente formação de seus reservatórios são de natureza extremamente complexa.

Além das perdas ambientais inerentes à inundação de terras produtivas, utilizadas para agricultura, pecuária, pesca, extração de argila ou de areias, destrói-se ecossistemas naturais, ricos em fauna e flora, além de alterar a qualidade da água, o clima e os índices pluviométricos locais.

A dinâmica dos ambientes aquáticos é alterada, transformando a qualidade das águas e prejudicando a navegação e a atividade pesqueira. Diversos recursos produtivos são inundados (como os depósitos de argila que tinham um papel significativo na região em estudo), e intensifica-se o processo de erosão à jusante e de assoreamento à montante da hidrelétrica, em virtude da elevação do lençol freático.

Há perdas que são imensuráveis do ponto de vista financeiro ou monetário, pois não se recuperam com o tempo, nem podem ser cambiados por alternativas ditas compensatórias, as quais surgem como propostas minimizadoras da perda de um passado que não se reconstitui.

Localizada no Rio Paraná, A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta é a segunda maior hidrelétrica do Estado de São Paulo e possui a barragem mais extensa do Brasil (10.186,20 m de comprimento).

Figura 30 – Foto: Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta



Usina Hidrlétrica Eng.º Sérgio Motta – Fonte: CESP/1998

Seu projeto de construção estava inserido no denominado “Plano 90” da ELETROBRÁS¹⁶ em 1974, e inicialmente tinha como data prevista para entrar em operação o ano de 1981.

Em 1976 a Companhia Energética de São Paulo (CESP) iniciou o estudo de viabilidade técnico-econômica dos aproveitamentos de Rosana, Taquaruçu e Porto Primavera (atual Eng^o Sérgio Motta). Em 1978 a CESP obteve a concessão da usina.

O projeto de construção da barragem foi iniciado pela CESP em 1980, ainda durante a ditadura militar no Governo de Paulo Salim Maluf no estado de São Paulo tendo como previsão de entrada em operação o ano de 1985.

Em 1980 a crise do petróleo iniciada pelas instabilidades do governo islâmico anti-ocidental no Irã e a moratória mexicana de 1982 desencadearam uma inevitável recessão que atingiu principalmente os países subdesenvolvidos da época, o que levou à paralisação das obras da Usina Primavera já no início do Governo de Franco Montoro (1983). Neste momento a data de inauguração da usina foi marcada para outubro de 1987 (Plano 2000 da Eletrobrás). Posteriormente, na atualização do Plano 2000 da Eletrobrás, a data foi postergada para 1988. Em 1983 nova reavaliação foi efetuada, re-programando a data de entrada em operação para 1991, em virtude da crise financeira enfrentada pela CESP. As novas datas estipuladas foram 1992, 1994, maio de 1995, 1996, maio de 1997, acompanhando os novos Planos elaborados pela Eletrobrás.

Entretanto diversos foram os fatores que interferiram e modificaram seu cronograma, desde os identificados e divulgados como fraudes e desvio de verbas, até aos relacionados às inseqüentes e errôneas medidas causadoras de diversos desastres ambientais, exigindo a reformulação de determinadas etapas. Sua construção tornou-se célebre pelos elevados custos e pela enorme escala de impactos ambientais causados.

¹⁶ ELETROBRÁS (Centrais Elétricas Brasileiras S.A) foi criada em 1961 para coordenar as atividades de planejamento, financiamento e execução da política nacional de energia elétrica, no Governo de Juscelino Kubitschek, cujo governo tinha como slogan “Energia e Transporte”. O “PLANO 90 da ELETROBRÁS foi parte integrante do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) formulado no Governo Geisel (1974-1979). O Plano 90 projetou um ritmo de crescimento de consumo de energia elétrica superior a 12% a.a. para o período de 1975-1980 e em torno de 10% a. a. para o período de 1980-1990. Assim sendo, programou diversas obras em vários rios brasileiros.

A construção da usina estendeu-se por quase vinte anos, uma vez que teve sua data de início de operação adiada por diversas vezes, o que lhe denota certa particularidade. No decorrer deste período inúmeras mudanças ocorreram no Brasil e no mundo, inclusive o próprio sistema de governo brasileiro, que passou da Ditadura Militar à Democracia. Desta forma, não houve mudanças só na legislação ambiental do país, mas também nas instituições, nos agentes e nos atores sociais. Assim, muitos dos efeitos sócio-ambientais só foram realmente avaliados nas fases finais de sua implementação, o que nos leva atualmente ao questionamento: *“Se esta obra fosse elaborada hoje, seria aprovada ou recusada pela sociedade?”*.

Na época do desenvolvimento do projeto e mesmo no início da construção da usina, a “consciência ambiental” era incipiente e não havia obrigatoriedade de licenciamento ambiental prévio. Foi ao longo da década de 1980 que a “consciência ambiental” desenvolveu-se mais significativamente, principalmente com relação à destruição de áreas de grande biodiversidade, portanto, no começo a mobilização popular ainda era pequena.

Como não havia exigência legal para a realização do EIA-RIMA (Estudo de Impactos Ambientais - Relatório de Impactos do Meio Ambiente), tais estudos e relatórios foram realizados apenas em 1994, e demonstraram claramente que, embora a crise energética projetada justificasse sua construção, a grandeza dos problemas por ela causados ao ambiente e ao meio sócio-econômico regional, seria razão para seu abandono, colocando em dúvida sua viabilidade ao se avaliar a relação custo-benefício.

A partir deste momento (1994) com a contratação do Estudo de Impactos Ambientais iniciou-se um tumultuado processo de debates e reivindicações com diversas audiências públicas que revelaram grandes discordâncias e poucas negociações (e não claras) acerca das mitigações sociais e ambientais e das compensações ambientais propostas, causando um permanente estado de insatisfação por parte da população atingida.

Entre 1997 e 1998 cresceu a mobilização dos atingidos, das organizações não governamentais e o dos sindicatos, culminando na realização diversas liminares que

retardaram ainda mais o início do enchimento do lago, mesmo com as obras em condições para o início de operação da Usina.

De acordo com o proposto pelo RIMA, a CESP deveria cumprir um processo que implicava na preparação das populações através de uma campanha de informações e esclarecimentos e negociações coletivas, preparadas especialmente para a população mais atingida. Entretanto, ao invés disto, a CESP preferiu buscar acordos rápidos privilegiando negociações diretamente com os prefeitos e câmara municipais, tomando assim, estratégias de empresa privada.

O período decorrente entre o início e o término da construção caracterizou-se por uma situação de transição prolongada devido aos sucessivos adiamentos da obra gerando prejuízos para a região em virtude das incertezas geradas as quais impediram ou dificultaram um planejamento das atividades econômicas e da vida das pessoas. A Usina foi inaugurada em 23 de fevereiro de 1999, com três turbinas montadas, sendo duas funcionando com 65% de sua capacidade.

A área de inundação do reservatório atingiu vários municípios tanto no estado paulista, como Castilho, Paulicéia, Panorama, Presidente Epitácio, Teodoro Sampaio, assim como municípios sul mato-grossense entre eles Três Lagoas, Brasilândia, Anaurilândia, Bataguassu, atingindo também algumas ilhas do rio Paraná.

O enchimento do reservatório e formação do lago ocorreu em duas etapas, denominadas de cotas. A primeira cota de 253 m acima do nível do mar foi concluída em dezembro de 1998 e a segunda etapa, na cota 257m, ocorreu em março de 2001.

Chegou a ser divulgado que a CESP teve de apressar o andamento das fases para participar, em tempo, das privatizações do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma vez que o atraso na inundação foi apontado como um dos principais entraves à privatização da companhia¹⁷. O enchimento da cota inundou cerca de 1.300 propriedades rurais, afetando diretamente cerca de 1.310 pessoas.

A CESP é a maior produtora de energia elétrica do Estado de São Paulo e a terceira maior do Brasil, possuindo atualmente 06 (seis) usinas hidrelétricas

¹⁷ <http://www.terra.com.br/economia/2000/12/04/112.htm>

integradas ao SIN (Sistema Interligado Nacional): um sistema de coordenação e controle formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte, e que congrega o sistema de produção e transmissão de energia elétrica no Brasil. O SIN é um sistema hidrotérmico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas e com proprietários múltiplos (estatais e privados).

Das seis usinas hidrelétricas que pertencem a CESP, três estão instaladas no Rio Paraná: Ilha Solteira, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e Engenheiro Souza Dias (Jupiá).

Abaixo demonstramos a relação entre as áreas de alagamento e o retorno potencial instalado em MHz:

TABELA 4
Aproveitamento das Principais Usinas Hidrelétricas.

Usinas:	Lago em hectares:	Potência instalada em MHz	Percentual de aproveitamento(*)
Itaipu	200.000	12.500	6,25 %
Jupiá	33.000	1.400	4,24 %
Sérgio Motta	225.000(**)	1.800	0,80 %

(*) Percentual de retorno energético inversamente proporcional à área de alagamento.

(**) Equivalente a 2.250 km².

Fica evidente que em relação à quantidade de área alagada, a Usina Sérgio Motta é a que representa menor expressão em termos de retorno energético, o que justifica sua classificação como a “terceira pior” usina hidrelétrica do mundo em termos de custo / benefício no aspecto área alagada / energia produzida, só perdendo para usina de Balbina (rio Uatamã – Bacia Amazônica) e uma usina do Egito. Vale ressaltar que sua construção custou aos cofres públicos cerca de nove bilhões de dólares (cerca de 12 bilhões de reais).

Com a subida das águas e a formação do “Grande Lago” (como é conhecido regionalmente), foram inundados cerca de 2.250 km², ou 225 mil hectares, aumentando o leito de Rio Paraná em quase nove vezes. Possui cerca de 25.000 (vinte e cinco mil) hectares a mais que o lago de Itaipu constituindo-se no maior lago

artificial do Brasil. Mesmo sendo expressivamente maior que Itaipu, tem uma capacidade máxima de 1.800 megawatts, ou seja, gera quase sete vezes menos energia, evidenciando assim, a ineficiência do projeto e instigando ao questionamento quanto às especificidades de seu plano em detrimento às perdas e danos incalculáveis que instaurou.

A população ribeirinha foi a maior vítima das conseqüências desta obra, pois viu seus interesses, necessidades e reivindicações sendo relegados ao acaso nas mais diversas ocasiões. Diversos processos foram abertos, desde 1990, com o intuito de impedir o enchimento do lago, na tentativa de se evitar certos agravos irreparáveis à natureza e à sociedade. Entretanto, em novembro de 1998 a CESP apressou-se nas etapas de inundação da área, após conseguir derrubar a liminar do Ministério Público de Presidente Prudente que a impedia de concretizar tal ato, mesmo não possuindo, neste momento, licença ambiental do IBAMA para tanto, a qual apenas foi obtida pela companhia em dezembro de 2000 (dois anos após o início da primeira fase do represamento das águas).

Diversas ações judiciais foram propostas contra o fechamento das comportas visando assegurar o cumprimento das ações compensatórias sociais e ambientais prometidas pela CESP antes do enchimento do reservatório, no intuito de se evitar que tais promessas fossem postergadas indefinidamente.

O histórico de implementação da usina está “recheado” por contradições e divergências, oriundas primordialmente da má administração pública em vistoriar e acompanhar o desenvolvimento de seus projetos, o que permite atitudes e procedimentos abusivos, repletos de injustiças e fraudes e moldurados pela corrupção e desvios de recursos públicos. Às vezes isto ocorre, inclusive, em conivência com o poder público.

De acordo com Scarpinella (1999, p. 99), as alianças realizadas entre parte dos quadros de dirigentes das concessionárias de eletricidade estatais com os prestadores de serviços (consultorias e empresas de engenharia, empreiteiras e fabricantes de equipamentos para o setor elétrico) condicionaram a forma como os contratos foram firmados, de modo que se tornaram irreversíveis, garantindo assim, segundo

políticos da oposição, propinas para executivos das empresas e políticos da situação e seus partidos. Também ocorreram denúncias de superfaturamentos feitas informalmente por técnicos da CESP, porém sem maiores repercussões junto ao público.

Não foi, entretanto, sem resistência ou reivindicações que os residentes vivenciaram as mudanças ocorridas no seu meio e testemunharam a destruição de áreas que lhe eram valiosas.

Surgiram diversas manifestações públicas, principalmente dos pescadores, que se viram injustiçados pelo descaso dos órgãos competentes e pela diminuição substancial do volume da pesca. Em 1999 numa passeata pelas principais vias da cidade, levaram faixas com os dizeres: *“Pescador amador some de Epitácio com a falta de peixe – Cadê o Peixe CESP?”* Nesta época as reivindicações incluíam barcos, redes, entreposto de pesca, barracões para guarda dos barcos, assistência técnica e ensino a fim de proporcionar a adaptação necessária ao novo processo ecológico instaurado pela formação do lago. Reclamavam da falta de resposta da CESP às suas reivindicações e ausência de apoio da prefeitura, que se esquivava em recebê-los. Alguns diziam: *“Estamos a caminho da miséria absoluta...”*¹⁸

Também foram montados na época (1998) alguns acampamentos em frente ao Escritório Regional da CESP situado na Rua São Paulo. As reivindicações eram basicamente as mesmas: definição de moradias, indenizações justas, aprendizado para navegação e pesca, equipamentos adequados, respeito e dignidade e designação correta para local de partida e chegada de suas embarcações¹⁹.

Alguns moradores das ilhas também se sentiram injustiçados pelas indenizações oferecidas e recorreram ao Ministério Público e à Justiça reivindicando seus direitos. A Ilha Japonesa ficava em frente às Thermas e nela estava localizada a figueira mais antiga da região. Seus moradores, que conviviam com ela há mais de 44 anos, sofreram muito com sua perda. Nas ilhas tinham espaço para praticar agricultura de subsistência e esta era uma reivindicação necessária quando fossem transferidos para outras áreas.

¹⁸ Jornal CORREIO DO PORTO, publicação de maio/1999.

¹⁹ Jornal CORREIO DO PORTO – publicação de Maio/1998, p.03.

Porém denúncias em jornais mostraram que as indenizações da CESP fizeram “nascer propriedades”, ou seja, no intuito de receber indenização, dezenas de pessoas construíram, da noite para o dia, barracos de madeira ou alvenaria, currais, casas, cercas e baias para bois e cavalos, em vários locais da região do Campinal. A grande incoerência é que alguns proprietários destes ranchos e das ilhas, embora não morassem nelas, e sim na cidade, receberam suas indenizações antes mesmo dos ilhéus.

As duas condições oferecidas a princípio aos ilhéus das Ilhas Japonesa e Veado foi aceitar as indenizações ou se submeter à relocação provisória sob barracas de lona no município de Paulicéia, que fica a 76 quilômetros de Presidente Epitácio, para aguardar o reassentamento. Evidentemente o descontentamento, a insegurança e a revolta tomou conta dos moradores.

As reivindicações estavam sempre atreladas ao direito de reaver uma situação digna de sobrevivência, com direito ao trabalho e à moradia. Entretanto a falta de informações e dados precisos sobre as negociações entre a CESP e a população impactada gerou insegurança entre os ilhéus, ribeirinhos, pescadores e demais segmentos sociais e comerciais envolvidos. Por falta de instrução muitos dos moradores assinaram contratos sem o devido entendimento do que estavam autorizando e a CESP em diversos casos não forneceu cópia do contrato aos mesmos, e desta forma o que estava por vir em muitos casos era uma grande incógnita aos diretamente envolvidos. O poder público da época se ausentou em diversas circunstâncias negando o apoio prometido numa conduta contraditória em relação à negociação anteriormente assumida.

- **Um lugar, uma represa ... Um significado que extrapola os sentidos.**

O Rio Paraná sempre foi de singular importância para a história da cidade, desde seu surgimento até o direcionamento das atividades econômicas na região. Atualmente ele representa muito mais do que um símbolo histórico, ou o ícone das principais atividades econômicas que impulsionaram o crescimento da pequena vila que deu origem à cidade. Ele significa um ponto de convergência que reúne os

principais elementos que resgatam a formação de uma identidade. O Rio Paraná retém um conteúdo histórico que remete às diferentes fases de um passado, o que possibilita a construção de uma memória coletiva, cujo imaginário se encontra permeado por sentimentos de afetividade e afinidade pelo mesmo. Sua primazia não se dá apenas pelo valor paisagístico, por seus recursos hídricos ou pelas possibilidades de sustento que proporciona, mas, principalmente por estar contido num processo histórico de formação de uma comunidade.

Se num primeiro momento o rio representou um grande *obstáculo* para interligar o Estado de São Paulo a Mato Grosso do Sul, período em que o interior do Estado de São Paulo se constituía num “sertão desconhecido e desabitado”, atualmente se destaca pela importância de seus recursos hídricos que propiciam a navegação, atividades extrativistas como a pesca e a geração de energia, dentre outros.

Hoje, entretanto, um novo valor lhe tem sido atribuído. A imagem de sua beleza paisagística, e mais especificamente a do “Grande Lago” formado às margens da cidade de Presidente Epitácio em decorrência da construção da barragem, vem sendo capturada, veiculada e divulgada como “espetáculo a ser consumido”, apreciado e contemplado segundo o imaginário contemporâneo vinculado à “indústria do turismo”, que reduz determinadas porções do espaço a símbolos ou mesmo “paraísos” a serem visitados.

Pode-se perceber o vínculo da população local com seu meio natural, principalmente com o rio, através de determinados hábitos praticados, como o de alguns pescadores que em períodos de festas como Natal ou Ano Novo, preferem se refugiar em algumas ilhas ou locais quase desabitados, para “em meio ao silêncio, ouvir os pássaros, o ‘cantar’ das águas e vislumbrar o pôr do sol” que, conforme afirmam alguns moradores, “só existe em Presidente Epitácio”.

O vínculo identitário entre os habitantes com o lugar, construído no decorrer no próprio processo histórico de apropriação da região, é bastante significativo. Esta interação da população com o lugar, permeada pelo sentimento de “bem querer” em relação ao seu próprio meio, de forma que se sentem pertencentes àquele território, e

dele fazendo parte, pode ser testemunhada pelas manifestações artísticas, que expressam um pouco do sentimento que norteia os residentes em relação ao local em que estão inseridos.

Quando a população “chorou” o desaparecimento de algumas áreas, não foi apenas a perda de seu caráter ambiental ou de suas formas físicas, como a das figueiras centenárias existentes no antigo Parque Figueiral, mas foi por tudo o que estas porções do espaço representavam para a própria comunidade, revestidas de significados históricos e culturais. De certa forma, foi como perder um pouco de sua própria identidade, pois eram espaços que lhes eram próprios, que já faziam parte do viver local. Pertencer àqueles espaços expressava uma vivência comum, uma experiência unificadora da identidade local. Ao perder partes de seu território, a comunidade sentiu que estava perdendo um pouco de “si mesma”.

Enquanto se preparavam para a subida das águas, alguns escritores e poetas manifestaram o descontentamento e o pesar que invadiu quase toda a população local. Tais manifestações expressam sentimentos e atitudes dos residentes, que, também em virtude da inexistência de outras opções de entretenimento e/ou de espaços de consumo (como *Shopping Centers*) característicos da dinâmica capitalista de produção dos grandes centros, ainda reconhecem no seu meio natural o local dos seus lazes, dos encontros e da manifestação do seu cotidiano.

Em alguns versos escritos ou cantados, pode-se perceber melancolia e saudade de uma paisagem que não veriam mais:

“Leva brisa mensageira, para além do poente, o amargo dessa despedida, a revolta do verde que agoniza, o estertor do animal que sucumbe, o lamento do pássaro que perdeu o ninho e o cheiro da flor que não mais perfuma. Resta-nos uma história chamada saudade, esta saudade você não leva brisa ribeirinha. Ela faz parte do nosso patrimônio sentimental. Não morra nunca ...”.

(*Cantares de Desencantos – UMA CIDADE ANTES E DEPOIS DO LAGO – “Tributo ao Rio Paraná”* - João Brillhante, Poeta, escritor e jornalista epitaciano - 27 de março de 1998- homenagem ao 49º Aniversário da Cidade).

“ [...]

Estou perdendo minha identidade

Pra suprir a demanda de eletricidade

Não tenho mais espaço para ser represado

Assim o homem está realizado

Os peixes, a piracema estão condenados
 E o lazer dos pescadores já anda minguado
 A pesca virou mero passa-tempo
 Poucos exemplares ficaram de exemplo

Mas o progresso é um caminho sem volta
 Se a natureza sofre pouco se importa
 Em todas as tardes, quando o sol vai indo
 Seus últimos raios de luz em minhas águas refletindo,
 Repitam a frase que este poema lhes dá
 Me chamem com amor de MEU RIO PARANÁ”.

(O POETA REVELA O RIO – “Tributo ao Rio Paraná”: Lourival S. Bortolin – Professor de Geografia - 27 de março de 1998).

“Presidente Epitácio – Terra de Encantos Mil.
 E quem sabe, o Coração do Meu Brasil?
 O Paranazão, com suas águas, ora tranqüilas, ora em redemoinhos,
 levando o que encontrar na frente;
 o seu céu eternamente azul;
 o seu solo de terras vermelhas;
 e o seu Parque Figueiral, com suas figueiras centenárias de beleza emocionante!
 Aqui, não existe pranto.
 Tudo é belo e sutil.

Basta que com os olhos da alma, contemplemos o cenário do Parque Figueiral.

Mãos humanas não comporiam um cenário tão lindo,

como o que a Natureza oferece aos que têm a felicidade de conhecê-lo.

Deus criou a Natureza e determinou que ela morasse nesse recanto maravilhoso!

Contemplando o Paranazão, no seu ambiente encantado,
 qualquer um de nós se transformará num poeta-sonhador.

Presidente Epitácio, minha preciosa “Jóia Ribeirinha”,
 serás sempre, a Terra do meu coração”.

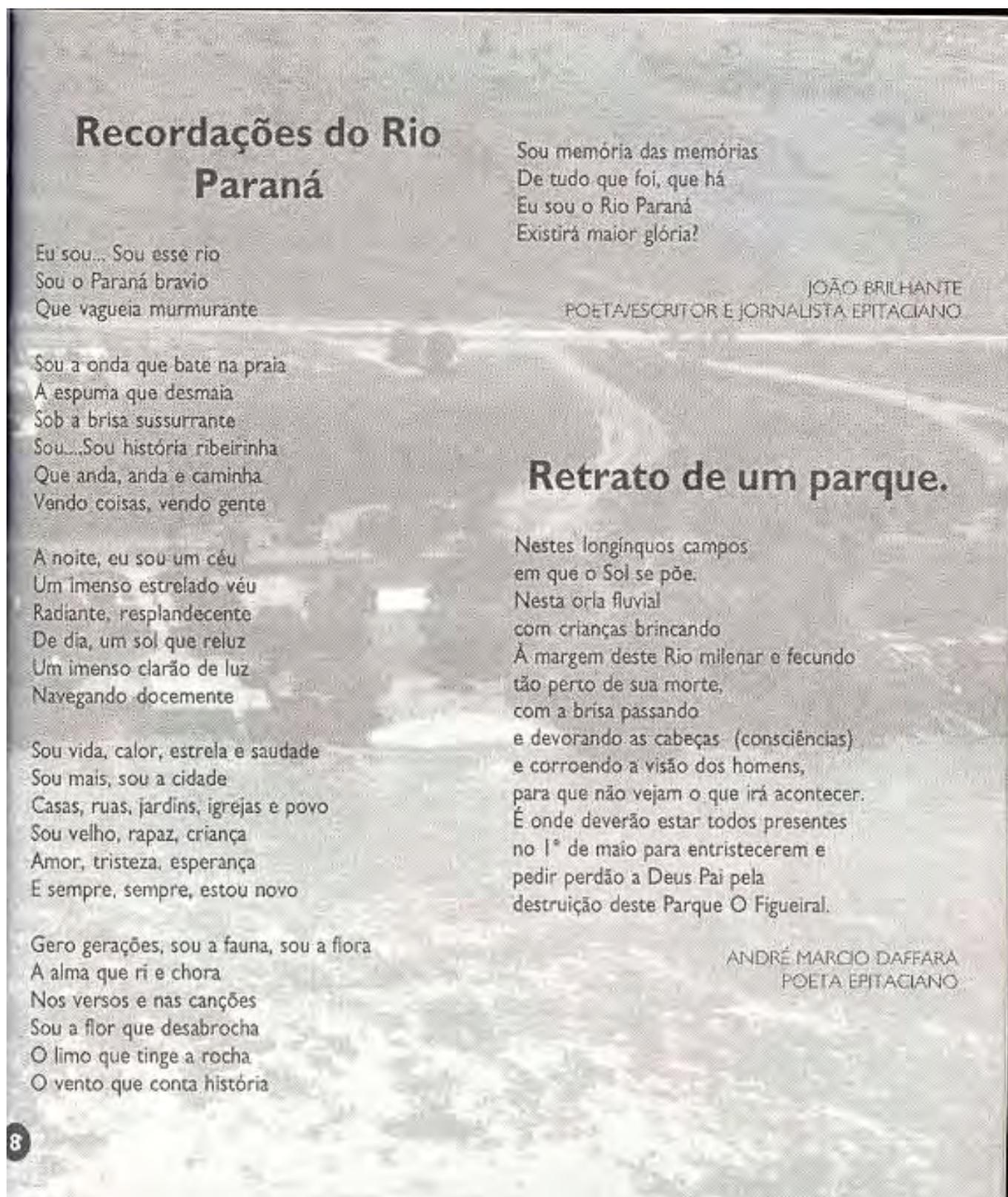
(UMA CIDADE ANTES E DEPOIS DO LAGO – “Tributo ao Rio Paraná” – “Presidente Epitácio – Terra do meu coração”: Firmina B. de Oliveira - 27 de março de 1998). (Grifo nosso).

Figura 31: A Ponte e o Rio vistos a partir do Antigo Figueiral



Largada Festival da Pesca – Óleo sobre tela, 50cm X 100cm - de Luiza Szucs, 1996
 (O ARTISTA REVELA O RIO – Tributo ao Rio Paraná)

Figura 32: Homenagem ao Figueiral .

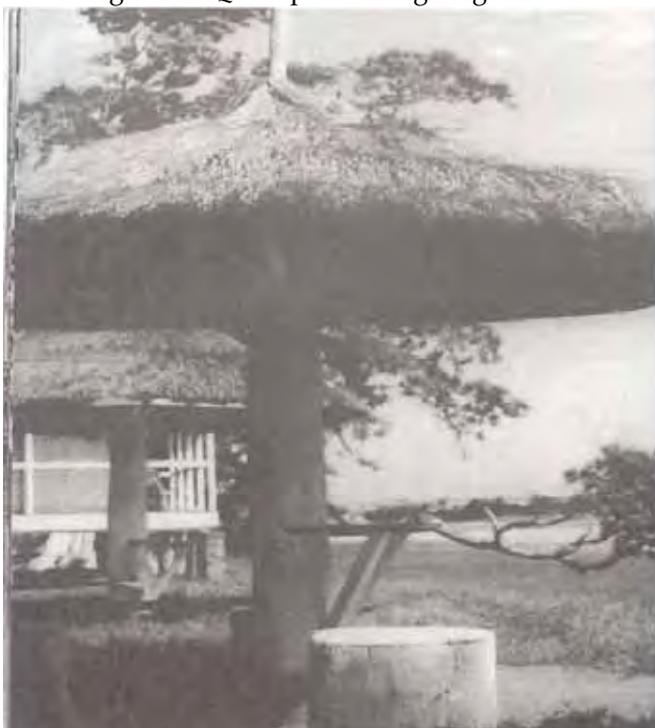


Homenagem ao Figueiral (O POETA REVELA O RIO - "Tributo ao Rio Paraná": João Brillhante // André Márcio Daffara - 27 de março de 1998).

Figura 33: Antigo Figueiral visto do Rio



Figura 34: Quiosques - Antigo Figueiral



Fotos Antigo Figueiral (O POETA REVELA O RIO - "Tributo ao Rio Paraná"1998)

Figura 35: A Ponte e o Rio vistos a partir do Antigo Figueiral



Antes do Fim – Óleo sobre tela, 40cm X 60cm - de Lísia T. Giglio, 1994
(O ARTISTA REVELA O RIO – Tributo ao Rio Paraná)

- **O passado no presente, um pouco do ontem e do hoje ...**

A cidade de Presidente Epitácio nasceu como região portuária e pela necessidade de intersecção de caminhos, entre São Paulo e Mato Grosso do Sul. Cresceu como local de paragem transitória e de passagem, portanto compreender o significado histórico da formação desta cidade implica também em refletir a transitoriedade que perpassa sua história.

Em meados do século XIX (em torno de 1858), o governo brasileiro já expressava sua preocupação em ocupar a área que compreendia o interior do Estado de São Paulo até Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), até então desabitada e vulnerável à expansão do Paraguai.

Para efetivar a ocupação o governo brasileiro (imperador D. Pedro II) ordenou a criação de “Colônias Militares”, principalmente a fim de proteger os rios navegáveis. Todavia esta tentativa não obteve o devido sucesso.

Num segundo momento, a necessidade de transporte de gado e sua comercialização entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, exigiu a construção de uma estrada para interligar algumas cidades paulistas, e um Porto com infra-estrutura adequada para efetuar o transporte fluvial de cargas e passageiros. Foi neste momento, com o início da construção do Porto Tibiriçá em 1907 que surgiram, conforme alguns autores como um marco embrionário, as primeiras instalações que deram origem à cidade de Presidente Epitácio.

Até então, a comunicação dos habitantes do Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) até a capital de São Paulo e Rio de Janeiro só era possível pelo Paraguai ou por Uberaba. O transporte de gado entre as fazendas da região da bacia hidrográfica do rio Paraná e São Paulo ocorria pelo Triângulo Mineiro, o que demandava muito tempo e expressava um gasto elevado, consumindo grande parte do valor gerado.

O crescimento econômico e a expansão do mercado consumidor na capital paulista, já nesta época, despertaram o interesse para se construir uma conexão mais direta entre os mercados do sul de Mato Grosso e São Paulo. A abertura da Estrada

Boiadeira e a construção de um Porto que permitisse a comunicação fluvial entre estes dois mercados foram a resposta encontrada na época.

As dificuldades iniciais não foram pequenas, principalmente porque a região era habitada pelas tribos dos índios Coroados, Caiuás e Xavantes. Estas tribos eram temidas até mesmo pelos carreiros e tropeiros da época.

A Estrada Boiadeira foi concluída e o Porto Tibiriçá (homenagem a Francisco Tibiriçá), ficou pronto em 1908. Porto Tibiriçá ganhou forte impulso em virtude do crescimento dos negócios na região, como a compra de gado no Mato Grosso e venda aos criadores do Estado de São Paulo. Ao seu redor nasceu o patrimônio batizado de Vila Tibiriçá, onde se iniciou a construção de embarcações para navegar os rios Paraná, Pardo, Ivinhema e Piquiri.

As edificações surgiram na diretriz da atual via Marginal, entre os km um e três. Eram construções de madeira, abundante naquele tempo. Entre 1908 e 1914, foi instalada caldeira a vapor para movimentação das máquinas e produção da energia elétrica consumida na vila, e construída rede de água e estradas.

A ocupação mais efetiva do Sudoeste do Estado ocorreu, entretanto, com a abertura da estrada de ferro Sorocabana, iniciada pelo Governo Federal por razões políticas e militares, antecedendo as lavouras de café. Sua inauguração ocorreu em 1922, mas neste período Porto Tibiriçá já possuía uma infra-estrutura construída com escritórios, armazéns, almoxarifado, oficina mecânica, estaleiro para construção de embarcações, hotel, repúblicas para solteiros, hospital, casa de bombas de recalque e caixa d'água²⁰, enfim, ao redor do porto foi-se formando a vila que deu origem à cidade.

O principal motivador da colonização desta região estava nitidamente atrelado ao interesse econômico vinculado à comercialização e transporte de gado entre os dois Estados. Tanto que a empresa proprietária do local, das estruturas e das embarcações, e que detinha o monopólio dos serviços de travessia mediante concessão outorgada pelo Estado durante quase 20 anos, possuía também, propriedades vinculadas à criação de gado. A empresa, denominada Diederichen &

²⁰ Conforme relato do historiador Wilson Cruz (Anotações sobre Porto Tibiriçá, 2002) – citado por Benedito de Godoy *in* História de Presidente Epitácio, 25.

Tibiriçá (posteriormente CVSPMG - Companhia de Viação São Paulo - Mato Grosso), realizava compra e venda de gado, transporte pela Boiadeira (na qual se pagava pedágio pelo uso), travessia em balsa pelo Rio Paraná e oferecia o uso de pousos e pastos.

Os objetivos da empresa vinculavam-se à exploração da indústria de navegação e transporte do Rio Paraná e seus afluentes e ao comércio de gado (para criação e corte), de gêneros alimentícios e de primeira necessidade. Em meados de 1910 a CVSPMG iniciou a construção de suas embarcações em estaleiro próprio.

Aos poucos a vila formada foi crescendo recebendo moradores que vieram de vários pontos do país. Os primeiros habitantes da vila se dedicavam quase exclusivamente à extração de madeira, adquirida pela Sorocabana. A situação geográfica privilegiada de Presidente Epitácio, na divisa com os estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, e o fácil escoamento da madeira pelo Rio Paraná favoreceram a instalação, em meados de 1947, de várias serrarias, propiciando progresso ao município²¹. Grandes empresas madeireiras se instalaram, e armadores se aparelharam para o transporte fluvial de madeira, gado e cereais. Com as empresas de navegação surgiram também as indústrias de construção naval. Tais fatores incentivaram ainda mais a vinda de famílias que se radicaram na cidade, confiantes nas oportunidades que surgiam. Os serviços de carga e descarga ofereciam farta mão de obra atraindo grande número de trabalhadores.

Os trabalhadores de Porto Tibiriçá eram descendentes de alemães que trouxeram cultura e tecnologia de origem européia, avançada e rara na época. Estes conhecimentos se somaram aos dos brasileiros, em geral nordestinos oriundos da Bahia, que trouxeram em suas bagagens a experiência da navegação fluvial no rio São Francisco. Assim, as oficinas fabricavam peças não existentes nos mercados mais próximos. Usava-se muito o torno mecânico, a freza, e a solda elétrica. Tinham trabalho ferreiros, caldeireiros, carpinteiros, pintores, ajustadores, mecânicos, maquinistas e outros profissionais. Fabricavam-se da coroa dentada ao mais simples parafuso de rosca soberba.

²¹ Destacamos que a criação do Município de Presidente Epitácio ocorreu no ano de 1948.

Existiam, nas duas margens do rio, dois sinaleiros em forma de enormes bolas, em chapas galvanizadas, pintadas de vermelho e verde. Quando içadas, avisavam que havia passageiros, veículos ou boiadas para fazer a travessia do rio. Um rebocador saía do Tibiriçá levando uma balsa vazia própria para transporte de gado. Ela retornava com seus currais laterais cheios. No corredor central vinham veículos, passageiros e a tropa das comitivas. De três a seis horas eram consumidas na travessia, dependendo da condição do tempo ou da estação de cheia do rio.

Na outra margem, em Mato Grosso do Sul, o Distrito de Porto XV de Novembro completava o trajeto de travessia sobre o Rio Paraná. Neste lado do rio, assim como nas imediações de Vila Tibiriçá, ocorriam festas e comemorações, com piqueniques e shows musicais. Estes eventos estavam relacionados a festejos religiosos ou vinculados a datas comemorativas, como o dia do trabalho.

Desde o seu surgimento, quando ainda se constituía apenas como uma pequena vila ao redor do porto, algumas áreas foram sendo apropriadas pelos moradores locais e da região ao redor para a prática de atividades relacionadas ao lazer como festivais, confraternizações e festas. Estes locais sempre estiveram diretamente vinculados às margens do rio, tanto do lado paulista como do lado sul-mato-grossense.

A Casa de Gerência²², com direito a mirante para observação do movimento das embarcações em travessia, também servia de ponto para realização de piqueniques.

A Festa de 1º de Maio era uma das maiores festas da região desde a década de 1930. Era freqüentada por visitantes que vinham desde Assis até as barrancas do Rio Paraná de trem ou caminhão, percorrendo um trecho de aproximadamente 212Km (destaque no mapa abaixo). No lado paulista, o local sede deste evento era o Parque Figueiral, localizado nas imediações de Vila Tibiriçá. O governo do Estado liberava passagens de trem para os visitantes e a CVSPMG disponibilizava embarcações para a travessia até Porto XV, onde havia diversas atividades e entretenimentos.

²² A “Casa da Gerência” foi demolida no ano de 1972. Ela estava localizada entre a rodovia marginal e o antigo escritório. Uma casa com padrões europeus, muito grande, que hoje seria uma relíquia para Presidente Epitácio.

Figura 36: Mapa Localização e percurso entre Presidente Epitácio e Assis.



http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_04/Reg04_Asis.htm

<http://200.144.29.101/website/webrota/viewer.htm>

A festa religiosa de “Nossa Senhora dos Navegantes” com início em 1944, (inicialmente ocorrendo em 02 de fevereiro, e a partir de 1951 em 15 de agosto, em virtude das enchentes que ocorriam no Rio Paraná e Pardo o que inviabilizava sua realização em fevereiro) contava com diversos tipos de embarcações previamente ornamentadas, que saindo em procissão homenageavam a padroeira dos navegantes. O destaque, até os dias atuais, é para a procissão fluvial que conduz a imagem da Santa, saindo do Estado de Mato Grosso do Sul (atual Nova Porto XV de Novembro) até o Cais do Porto de Presidente Epitácio, seguindo daí em procissão até a igreja Matriz, onde é rezada uma missa. Ao término do ato litúrgico retorna-se ao Cais e em procissão fluvial chega-se até Nova Porto XV de Novembro. As atividades sacras são acompanhadas por shows, barracas de comida e bailes.

Outra festa típica da região era a “Festa da Praia”, iniciada em 1963, e se realizava no mês de setembro, período de estiagem, quando o rio propiciava o

surgimento de inúmeras praias, formando um grande cenário paisagístico onde se realizavam diversas atividades culturais e recreativas, com música, canto, exposições, danças, gincanas e desfiles de modas. O local ideal para a manifestação destas festividades era o Parque Figueiral.

Desde sua origem, portanto, festejos e comemorações ocorrem com frequência em Presidente Epitácio, mediante o envolvimento da comunidade local e regional, constituindo-se numa particularidade da cidade. Tais festas surgiram na própria localidade, sendo organizadas no seio da comunidade e representando os movimentos e os interesses do convívio local e suas manifestações.

Algumas festas e comemorações perduram até hoje, entretanto atualmente fazem parte do planejamento administrativo público, compondo o calendário oficial de eventos da cidade. Como característica de cidades de pequeno e médio porte, as comemorações contagiam toda a comunidade, a qual acaba se envolvendo e divulgando cada festividade.

A festa é um ato coletivo e, portanto, um fenômeno social que congrega os ideais do imaginário coletivo, sendo assim, um lugar da memória, do ponto de encontro, de liberdade e de confraternização. Implica em interação, e é este sentido de participar que diferencia a festa do espetáculo que coloca o indivíduo como um mero espectador.

Há muitos sentidos para a festa, pois nas festas se celebram momentos e fatos especiais e se revivem acontecimentos importantes, além de se promover o acolhimento aos que chegam. As festas ocorrem de modo extra-cotidiano, porém mantêm os elementos característicos da vida cotidiana. Quando é organizada no seio de uma comunidade, a festa vincula-se aos símbolos do lugar, compondo a identidade do grupo social que a promove. As festas populares expressam as formas identitárias de grupos sociais, pois elas aproximam e atraem os indivíduos de mesma identidade.

Entretanto, quando estas manifestações são associadas à introdução do turismo, a elas são incorporados novos elementos e o foco da festa muda, passando a ser direcionado em virtude do interesse pela geração de divisas monetárias. A

própria estrutura física da festa pode sofrer modificações mediante o redimensionamento do espaço e dos serviços oferecidos, podendo acarretar na perda da autenticidade de sua manifestação. Quando ocorre a mercantilização da festa, esta se transforma em espetáculo.

Em períodos anteriores à década de 1980 tais eventos ainda não eram planejados por nenhum órgão específico, nem possuíam caráter oficial. Embora ocorressem anualmente, sempre no mesmo período do ano, não eram alvos de planificação e especulação, tinham um sentido “amador”, de caráter mais espontâneo. Representava um momento especial para a população de toda a região (composta pelas cidades e pelos vilarejos vizinhos), pois propiciava a oportunidade do encontro e de práticas prazerosas de lazer, de diversão, com diversas brincadeiras e atividades espontâneas, promovendo e intensificando o vínculo entre seus moradores e estabelecendo, com o tempo, uma interatividade emotiva entre a população e seu meio, ou seja, com o rio e demais áreas naturais onde tais festividades ocorriam.

Foi durante a década de 1980 que o poder público, por iniciativa do então Prefeito Roberto Bergamo, tomou algumas medidas no sentido de transformar a cidade num local de interesse turístico, pois vislumbrava neste ramo uma das melhores oportunidades de crescimento para o município. As primeiras iniciativas tomadas foram adequar o serviço público na área de limpeza e pavimentação e promover a organização e divulgação dos principais eventos da cidade, como o Festival Nacional da Pesca (Fest Tur), com o Concurso de Miss Turismo Oeste Paulista.

O Festival Nacional de Pesca teve seu início em 1984, realizada entre os meses de setembro e outubro, no Parque Figueiral (antigo). Os pescadores que participavam concorriam a prêmios, que iam desde materiais de pesca a barcos e motores. Com a subida das águas em função da construção da usina as águas do Rio Paraná deixaram de ter a correnteza de antes, eliminando algumas espécies, como o

Dourado. Atualmente tal festa é realizada no novo Parque Figueiral e os peixes são capturados, medidos, pesados e fotografados, sendo em seguida devolvidos ao rio²³.

Outras comemorações que atualmente fazem parte da agenda de eventos da cidade são:

→ JANEIRO: Reveillon, com queima de fogos de artifício e shows musicais, realizado na Orla Fluvial.

→ FEVEREIRO/MARÇO: Carnaval: tradicional na cidade, com desfiles de blocos e shows musicais.

→ MARÇO: Aniversário da cidade (27 de Março): durante toda a semana há comemoração com diversos eventos, como o Desfile das Escolas Municipais e o campeonato de Kart - Copa Kart Epitácio, e Jogos de Verão, com competições diversas.

→ ABRIL: Encenação da Paixão de Cristo: com encenação ao ar livre, realizado na Orla Fluvial.

→ MAIO: Festa do Trabalhador e Copa de Pára-queda: ocorre no parque “O Figueiral” com jogos esportivos, oficinas infantis, shows musicais, exposições e demonstrações. Neste mês há também a Travessia a nado do Rio Paraná, partindo da margem mato-grossense até o Parque Figueiral.

Festa do Peão Boiadeiro e Rodeio da Orla: realizada pelo sindicato Rural na Orla Fluvial e reúne os melhores peões brasileiros.

→ JUNHO: Festa Arraial do Padroeiro e Festa de São Pedro, com missa campal, procissão pelas principais ruas, quermesse, queima de fogos, festas em quadrilhas, xotes, casamentos caipiras, fogueiras e balões para homenagear o padroeiro da cidade. Há mostras de Danças Folclóricas, feiras de artesanato e concurso de Forró com participantes da cidade e região. A Bênção do Padroeiro é dada pelo Pároco do município na abertura do evento, tendo fogueira e distribuição de pipocas e quentão gratuitamente.

²³ Dados obtidos no livro “História de Presidente Epitácio” – Benedito de Godoy, 2002.

→ JULHO: Férias Culturais, com apresentações de grupos musicais, danças, peças teatrais, exposição de fotos e artesanatos e feira de livro.

→ AGOSTO: Festa de Nossa Senhora dos Navegantes: com procissão fluvial que conduz a imagem da santa de Mato Grosso do Sul (Bataguassu – Nova Porto XV) e São Paulo (Presidente Epitácio), seguida de cortejo formado por grande número de embarcações enfeitadas.

→ SETEMBRO: Festa do Rei Pintado e Concurso Miss Epitácio.

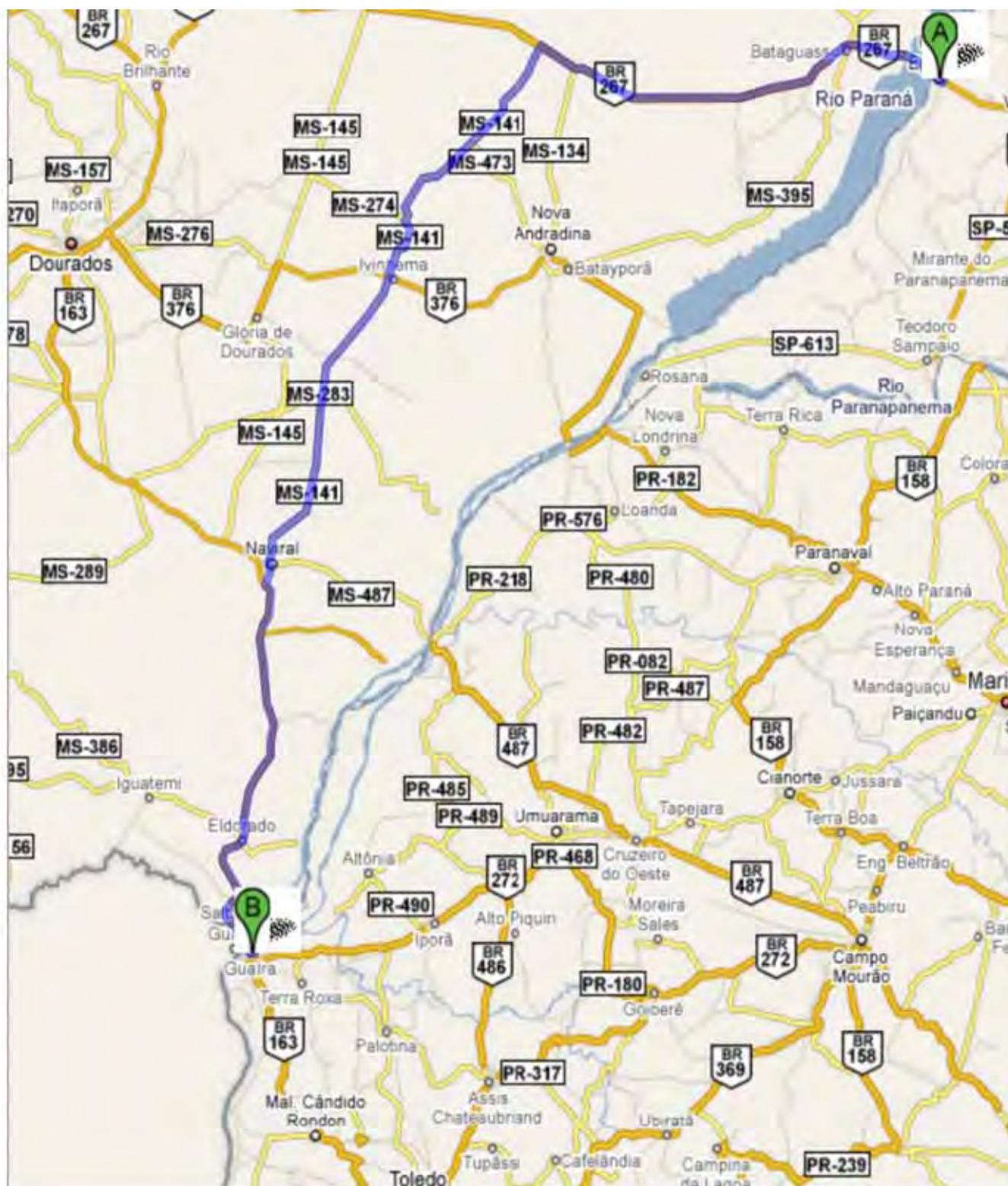
→ OUTUBRO: Fest Tur – Festival de Turismo, e concurso de Miss Turismo Regional.

No feriado de Corpus Christi a Avenida Presidente Vargas é totalmente coberta com pó de serra, palha de arroz e muita tinta para a referida procissão.

Como o município surgiu como um Porto, o transporte fluvial sempre foi de grande significado para Presidente Epitácio. Em relação à navegação, além do transporte de carga e de passageiros, havia também roteiros hidroviários interessantes que marcaram seu passado²⁴, como as viagens com destino a Sete Quedas e Foz do Iguaçu, cujo percurso era de aproximadamente 400 km. Outros destinos incluíam Jupuíá (140 km), Porto Tupi (160 km) e Rio Brillhante (360km), cujos trajetos podem ser verificados nos mapas a seguir. Presidente Epitácio chegou a ter 36 empresas de navegação voltadas ao lazer, representando um período de apogeu e crescimento econômico e social vinculado à atividade de navegação.

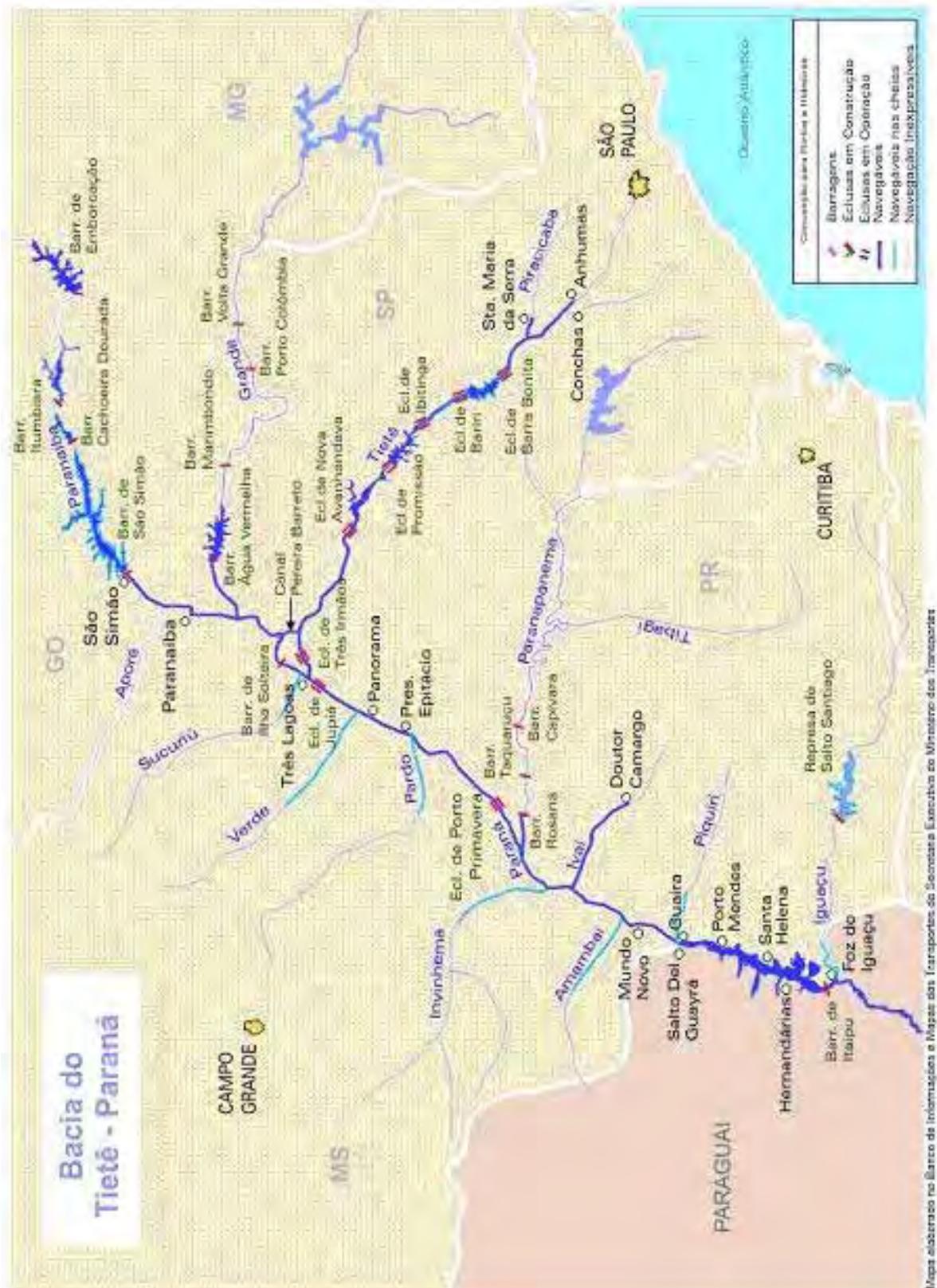
²⁴ De acordo com Queiroz (2003 p.08), em 1912 o Governo Federal abriu concorrência e lançou um decreto obrigando a empresa que ganhasse a concorrência para a navegação do Alto do Paraná e seus afluentes, a efetuar algumas rotas mensais obrigatórias, dentre elas: A) Linha do Paraná (de Jupuíá ao salto das Sete Quedas, com escala obrigatória em Porto Tibiriçá); B) Linha do Rio Pardo e Anhandáú (entre o porto Tibiriçá e Porto Alegre); C) Linha do Ivinhema e Brillhante (de porto Tibiriçá a porto Iguassu, pelo Rio Brillhante).

Figura 38: Localização Presidente Epitácio - Guaíra.



Fonte: <http://maps.google.com/>

Figura 39: Localização Presidente Epitácio - Jupia.



http://209.15.138.224/brazil_maps/m_agua_Tiete_Paranax.htm

Em relação às embarcações, algumas possuíam características bastante sofisticadas para a época, como o vapor Tibiriçá, com acomodações confortáveis e cozinha internacional, possuía camarotes com luz elétrica, ventiladores, venezianas, camas e pias individuais, escadarias de madeira envernizada, amplos corredores laterais, salão de jogos, sala de estar, sala vip e salão de restaurante luxuoso onde imperava a cor dourada, sendo classificado naquele momento, na categoria turismo-luxo²⁵. Trafegou pelo o Rio Paraná até a década de 1970. Em 1973 foi modificado e transferido para Barra Bonita para a inauguração da Eclusa da Hidrovia Tietê-Paraná. Permanece nesta cidade até os dias de hoje fazendo passeios turísticos.

O navio Tibiriçá foi construído em Porto Tibiriçá, em torno da década de 1940, conforme pode ser constatado no relato abaixo:

[...] um esforço extraordinário, digno de admiração, não somente pela eficiência como pela vasta zona sobre que já se estende. É surpresa agradável para o viajante deparar, em plena selva, perto de Presidente Epitácio, uma pequena cidade de casas de madeira, em franca florescência, que é um centro industrial capaz de emular com muitos que possuímos no litoral. Referimo-nos a **Porto Tibiriçá**, recanto encantador, de ruas largas e arborizadas, com iluminação elétrica – coisa que Presidente Epitácio não tem – e que possui um estaleiro naval, cuja capacidade pode ser avaliada pelo fato de ter sido ali construído o *Tibiriçá*, o maior navio que faz a navegação no Alto Paraná, elegante e confortável ‘gaiola’ (ANDRADE , 1941, p. 77-78, *apud* Queiroz, 2003, p.11).

Vale destacar que no início do povoamento da cidade surgiram duas vilas ao redor de dois portos, cujos locais atualmente compõem o município de Presidente Epitácio. Ao redor do Porto Tibiriçá surgiu a vila Tibiriçá, localizada na diretriz da atual via Marginal, entre os km um e três, onde atualmente está a Vila Bordon. Suas estruturas e construções se compatibilizaram com a necessidade do porto, com toda estrutura voltada para manutenção, abastecimento e estadia das embarcações.

Conforme já citado, sua população foi a princípio formada por europeus, principalmente alemães, que trouxeram tecnologia para o fabrico das embarcações, e depois por imigrantes nordestinos, oriundos da Bahia, detentores de conhecimento e experiência de navegação fluvial no rio São Francisco.

A cultura dos descendentes de alemães muito contribuiu para o desenvolvimento da localidade, principalmente porque já detinham um

²⁵ Dados obtidos no livro “História de Presidente Epitácio” – Benedito de Godoy, 2002.

conhecimento técnico avançado para a época (entre 1920 e 1930), no que se referia à fabricação de embarcações.

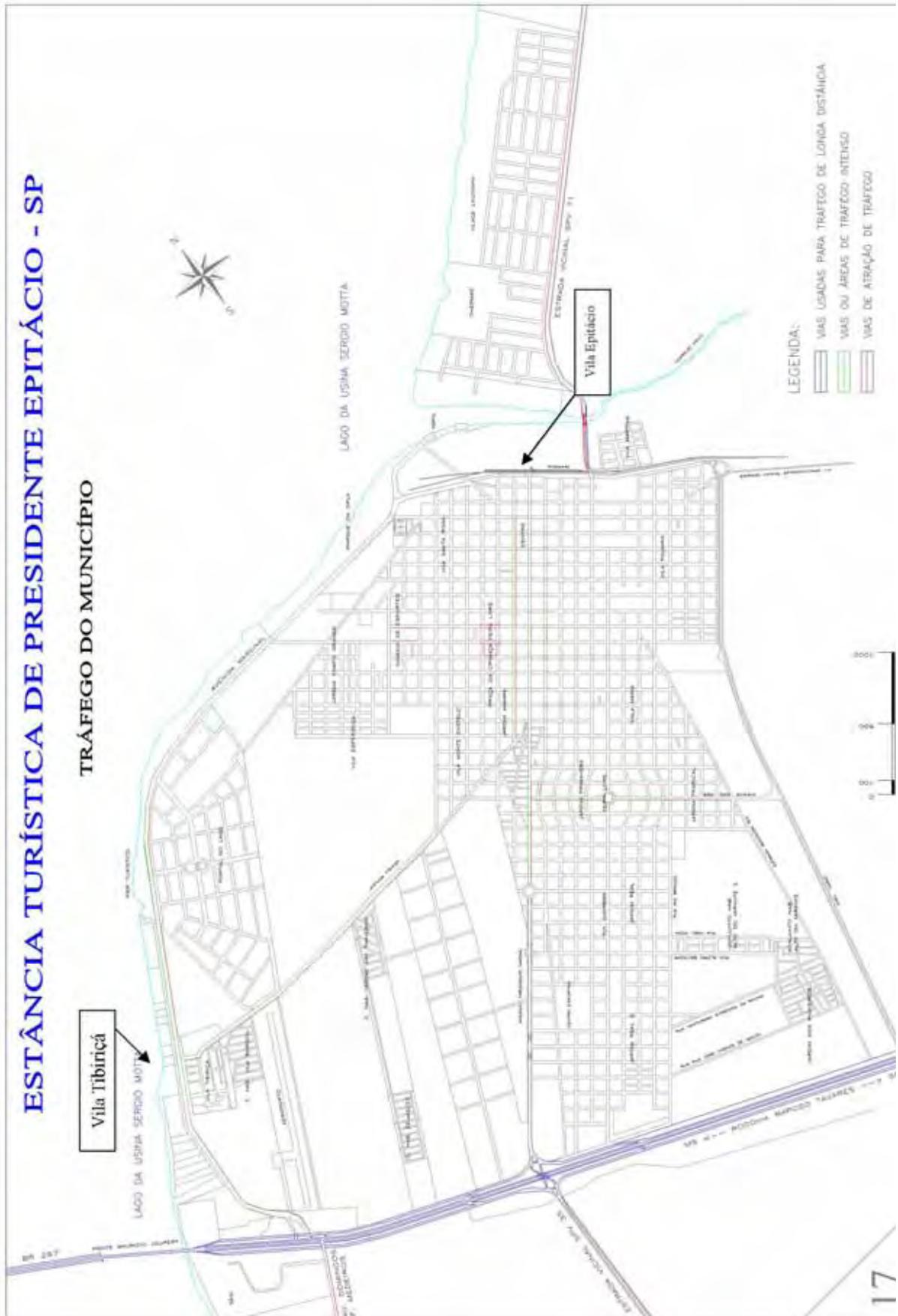
O outro vilarejo que começou a se formar (Vila Epitácio) estava localizado próximo aos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, onde atualmente se encontra o Cais do Porto. Ali o comércio era mais variado, incluindo venda de lotes, o que não ocorria na Vila Tibiriçá. O porto deste local possuía mais calado e por estar próximo à linha do trem, passou a sediar o embarque e desembarque de passageiros e a carga e descarga de embarcações.

No Vilarejo surgiram, também, mais opções para o divertimento, como bares e boates. Desta forma, como havia mais circulação de dinheiro, vários habitantes de Vila Tibiriçá investiram em imóveis nesta localidade. A ligação entre os dois vilarejos ocorria pelo rio ou pela estrada Boiadeira, cujo trajeto coincide com o local onde hoje se encontra a Prefeitura.

Analisando o mapa atual da cidade podemos constatar que a expansão urbana se deu mais acentuadamente a partir da Vila Epitácio, seguindo basicamente em linha reta em direção à Rodovia Raposo Tavares, sendo a Avenida Presidente Vargas a via principal, que corta todo o eixo central urbano. Nela está localizada a área mais importante do comércio, agências bancárias e supermercados, tendo um movimento de carros mais intenso.

Com o tempo a Vila Tibiriçá foi sendo abandonada pelos funcionários, até ser vendida a um frigorífico que se instalou na cidade, passando a se chamar inicialmente Vila União e depois Vila Bordon. Atualmente o Conjunto Habitacional Vila Bordon pertence ao pequeno bairro Vila Tibiriçá, que ainda possui casas de madeira e ruelas sem asfalto.

Figura 40: Localização da Vila Tibiriçá e Vila Epitácio.



Os ciclos econômicos em Presidente Epitácio se caracterizaram primeiramente pelo transporte de gado vindo de Mato Grosso do Sul a São Paulo, que implicou na construção do Porto e da estrada Boiadeira.

A madeira nesta época era abundante na região e sua extração transformou-se numa atividade bastante expressiva, implementando a instalação de inúmeras madeireiras e serrarias. A construção de casas de madeira prevalecia neste momento, constituindo-se numa característica da cidade.

Com o esgotamento das madeiras, tiveram início os ciclos agrícolas, como foi o caso do café, algodão, tomate e melão, depois a agropecuária passou a ter um papel mais significativo na economia local.

A cultura do café foi introduzida pelos pioneiros, entretanto entre as décadas de 1970 e 1980 diminuiu-se drasticamente seu cultivo em virtude dos prejuízos causados pelas pragas (como ferrugem) e por geadas intensas, praticamente dizimando a lavoura na região.

O plantio de algodão se deu durante as décadas de 1970 e 1980. As dificuldades financeiras e deficiências tecnológicas propiciaram a redução do plantio que atualmente praticamente inexistente.

O plantio de melão, durante a década de 1980, foi de muita importância para a cidade, sendo um produto de exportação em virtude de sua qualidade. Atualmente esta cultura é insignificante.

Durante aproximadamente 20 anos (até 2001), o tomate foi cultivado com qualidade e tecnologia, permitindo uma safra superior à média brasileira (de 120 a 150 toneladas por hectare, sendo a média brasileira de 65 toneladas por hectare). Essa cultura não pôde mais ser realizada após a construção da usina em função da alteração micro-climática que ocorreu com o aumento do nível do lago.

As atividades relacionadas ao lazer e ao turismo também se entrelaçam com a história de Presidente Epitácio, como as festividades e comemorações envolvendo a população local e regional.

Entretanto, a atividade turística no Município teve seu impulso mais significativo na década de 1980, conforme já citado, quando algumas festas como a

Festa do Rei Pintado, cuja participação popular foi maciça, chamaram a atenção do Poder Público local quanto à necessidade de organização, planejamento e melhor infra-estrutura para os eventos.

Foi, portanto, após este período (década de 1980), que a atividade turística passou a ser considerada como a “grande vocação” e futuro promissor da cidade, atraindo investimentos do poder público e da iniciativa privada. Após as intervenções da CESP com a construção e adequação de áreas funcionalizadas para a prática do lazer e do turismo foi dado um novo impulso através da divulgação de tais estruturas.

Também, a partir da década de 1980, a população local foi sendo acrescida pelo contingente dos operários da CESP. O movimento trazido pelas atividades executadas e o incentivo ao comércio local promovido também por esta população flutuante instaurou uma expectativa de crescimento econômico e social promissor, dando a impressão de que o município estava entrando numa nova fase de desenvolvimento e progresso.

Outro fator bastante relevante para o desenvolvimento do turismo na cidade foi a construção do parque aquático *Thermas de Presidente Epitácio*.

As águas quentes foram descobertas na região na época do governo de Maluf (Paulo Salim), cujo interesse era a busca de Petróleo no Estado de São Paulo. O Grupo *Jacomossi*²⁶, neste momento, ganhou a autorização exclusiva sobre a água, sendo o único a explorar o uso destas águas termais.

Com a construção do clube (1986) e conseqüentemente com a propaganda e divulgação realizada, as visitas turísticas passaram a ser mais intensas, principalmente por permitir a possibilidade de entretenimento para a família toda, e não apenas para os interessados pela pesca. Surgiram pequenas pousadas ao redor do *Thermas*, que ofereciam atividades relacionadas à pesca e estrutura familiar, possibilitando, ao mesmo tempo, acesso às dependências do clube pela sua proximidade.

²⁶ O Grupo *Jacomossi*, na época, possuía outros empreendimentos deste tipo em cidades como *Presidente Prudente*, *Araçatuba* e *Londrina*, e dispunham da venda de *Títulos Integrados*, o que permitia o acesso, pelos associados, a qualquer um dos parques aquáticos. Atualmente a família passa por grandes dificuldades financeiras e são proprietários apenas dos empreendimentos de *Presidente Epitácio*.

Embora atualmente o principal atrativo da cidade seja o turismo de pesca, as águas quentes foram o que impulsionaram o turismo no município. O Thermas de Presidente Epitácio, portanto, foi o grande precursor do desenvolvimento da atividade. Representa um importante equipamento turístico voltado ao lazer, sendo uma opção inclusive para a família do turista pescador.

Neste aspecto, um dos problemas enfrentados nos últimos meses foi justamente o impedimento da utilização das águas termais tanto pelo hotel como pelo clube, tornando-se num grande inconveniente para a atividade turística.

Conforme alegado pelos proprietários do empreendimento, com a construção da barragem e subida do leito do rio, as instalações do poço foram afetadas, comprometendo o funcionamento do “bombeamento” das águas que começaram a ser desperdiçadas mediante um vazamento significativo ocorrendo dentro do Rio Caiuá, causando prejuízos ambientais, como matança de peixes e representando perigo para pescadores e moradores dos arredores (uma vez que a água sai a uma temperatura de aproximadamente 70° C), exigindo manutenção e reestruturação adequadas. Entretanto, a princípio houve sérios desentendimentos entre a CESP e o proprietário do empreendimento no sentido de se estabelecer quem seria responsabilizado pela situação e, conseqüentemente, quem arcaria com os custos necessários.

Como não houve solução plausível na época, a utilização das águas termais continuou, porém de forma inapropriada, até que o órgão competente pela fiscalização e autorização de uso lacrou o poço, e desta forma, o empreendimento perdeu o direito de concessão. Num período de aproximadamente 01 ano o clube e o hotel ficaram impedidos de utilizar as águas quentes. O hotel durante este período utilizou caldeira para aquecer a água das piscinas.

Tal situação prejudicou a freqüência de sócios e visitantes tanto no clube quanto no Thermas Hotel Fazenda, aumentando ainda mais as dificuldades financeiras já apresentadas pelos empreendimentos, e diminuindo o potencial turístico do município.

Recentemente (no mês de junho) o empreendimento providenciou um religamento provisório. O clube foi reaberto ao público e o hotel voltou a se utilizar das águas, porém, como esta situação é provisória, ainda aguardam uma solução definitiva para o caso.

Atualmente o poder público municipal tem interesse em participar dos trâmites legais e burocráticos e vem atuando junto aos órgãos competentes para a regularização e liberação definitiva do uso destas águas. Está, inclusive, oferecendo os valores financeiros necessários para que o caso seja solucionado mediante a reforma e reestruturação adequada. Em contra partida o empreendimento possivelmente perderia o monopólio sobre a utilização das águas, que passaria a ser distribuída para os demais empreendimentos turísticos. Estes fatos se encontram pendentes e em via de negociação no momento, representando, portanto, uma incógnita quanto ao futuro deste e dos demais empreendimentos, bem como dos novos rumos que a atividade turística pode tomar no município que hoje se concentra nas atividades relacionadas à pesca e aos esportes náuticos realizados no Rio Paraná, ou mais precisamente, no “Grande Lago”, às margens da cidade.

De acordo com a Secretaria do Turismo, atualmente apenas 30% das águas disponíveis são aproveitadas pelo Thermas de Epitácio, sendo o restante descartado. Portanto, torna-se viável, após o encamisamento do poço das águas quentes, promover esta distribuição para os outros empreendimentos, como forma de fomentar o turismo na cidade. Entretanto há um caminho bastante burocrático a ser percorrido, uma vez que não são poucas as exigências do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), órgão responsável pelos registros das concessões e das empresas de mineração. O DNPM é uma instituição pública que fiscaliza a pesquisa, produção e a comercialização dos bens minerais do país.

Tal regulamentação talvez represente o marco para uma nova fase do turismo na cidade, pois poderá acelerar o processo de crescimento e desenvolvimento da atividade, abrangendo novas áreas, setores e interesses.

Entretanto, também se cogitou a possibilidade de o poço ser lacrado definitivamente, tornando impossível a re-utilização destas águas, o que implicaria

na ruína do clube e comprometerá significativamente as atividades do Thermas Hotel Fazenda e demais pousadas ao seu derredor, prejudicando as expectativas do setor turístico. Somente será possível constatar tais resultados mediante a concretização de processos ainda pendentes.

Em outubro de 2006 foi promulgada e assinada a Lei Complementar nº 50/2006, com o intuito de “Promover a revisão do Plano Diretor da Estância Turística de Presidente Epitácio”, quando objetivos e diretrizes da Política Municipal de Turismo foram estabelecidas.

Um dos objetivos estipulados foi articular programas e ações turístico-culturais, explorando as diversidades, como a bacia do rio Paraná; promover programas, projetos e ações turísticas integradas com a dinâmica das atividades sociais, econômicas, culturais e de lazer realizadas no município; e incentivar segmentos de maior dinamismo e de maior agregação de valor do turismo receptivo, especialmente em novos nichos como turismo de aventura, de eventos, de melhor idade, esportivo, cultural, científico, náutico, étnico-cultural e de negócios.

Para se alcançar tais objetivos foram destacadas algumas diretrizes a serem seguidas, sendo elas: definição do produto turístico da cidade e sua segmentação; geração de imagem de fácil identificação com o produto definido e de fácil divulgação, assimilação e consonância com os diferentes mercados e segmentos potenciais, garantindo a diversidade cultural e étnica da cidade; reconhecimento das áreas não consolidadas e atrativas para o turismo como prioritárias para investimentos em infra-estrutura, controle urbano dos espaços públicos e incentivos à preservação de suas características singulares, levando-se em conta os interesses sociais com geração de emprego, renda, preservação do patrimônio histórico e ambiental.

Os objetivos e as diretrizes prescritos nesta ocasião serviriam de base para a elaboração do Plano Diretor de Turismo da Estância Turística de Presidente Epitácio, o qual deveria ser finalizado em 2008, entretanto ainda não começou a ser escrito.

Um dos projetos elaborados e que está começando a ser divulgado e conhecido é o Circuito Turístico Oeste Rios. O projeto implementado pelo escritório

regional do Sebrae-SP em Presidente Prudente tem como governança as Prefeituras Municipais e as Associações Comerciais da região, com seus respectivos representantes.

O Circuito Turístico Oeste Rios é composto por dez municípios: Presidente Prudente, Presidente Epitácio, Panorama, Paulicéia, Rosana, Teodoro Sampaio, Martinópolis, Santo Expedito, Iepê e Rancharia, todos localizados no extremo oeste do Estado de São Paulo.

A proposta do Projeto é promover a sustentabilidade dos negócios turísticos, culturais e artesanais no território, a partir da melhoria de gestão e operação dos produtos turísticos atrativos e complementares existentes e da criação de novos produtos turísticos, culturais e artesanais, com o intuito de diversificar não somente a oferta turística da região, mas também a economia do território²⁷.

Os roteiros que fazem parte do Circuito Turístico Oeste Rios são: Roteiro das águas: náutico, pesca, lazer aquático e balneários; roteiro de campo, rural e agroturismo; roteiro natureza, ecológico e aventura e roteiro cultural, com museu arqueológico, igrejas e centro cultural.

O circuito está sendo formado por meio de cursos e consultorias turísticas nas micro e pequenas empresas da região, cuja economia se baseia no setor primário, com destaque à pecuária e cana-de-açúcar.

Em 23 de julho (último) ocorreu uma das reuniões em Presidente Epitácio, quando foi ministrado por técnicos do Sebrae o curso “Saber Empreender”, destinado a pequenos comerciantes e empreendedores locais com interesse de se engajar no projeto.

Tal projeto caminha na mesma direção das propostas do poder municipal em promover o incentivo às ações turísticas integradas envolvendo setores estratégicos do núcleo regional.

²⁷ <http://www.orinho.com/noticias/exibir.php?noticia=40>

- **A Nova Configuração paisagística: entre Perdas e Danos.**

Com a subida das águas cerca de 21.000 ha. (20% de sua área total) do município de Presidente Epitácio foram inundados, inutilizando grande parte das áreas produtivas, além da perda de patrimônios históricos e arqueológicos. Por não serem mais aproveitadas, os órgãos financeiros também deixaram de conceder financiamentos para áreas tidas como de risco, diminuindo, assim, os investimentos na região e fazendo retrair a produção agrícola do município.

Em relação às ilhas que desapareceram, sendo 22 só na localidade de Presidente Epitácio, a proposta inicial previa a realocação de espécies animais presentes nas ilhas e regiões de varjões existentes, entretanto, pelo difícil acesso às matas fechadas e às ilhas, muitas tentativas de resgate foram frustradas. O varjão inundado constituía um importante ecossistema com características similares às do Pantanal, sendo o habitat de pelo menos quatorze espécies em extinção, como a onça-pintada e o jacaré-de-papo amarelo.

Por outro lado, algumas ilhas serviam como pontos de visitação turística em virtude da beleza das praias que formavam, representando perda de um grande potencial turístico.

A área inundada comportava, também, uma das maiores e melhores reservas de argila da América do Sul e possuía aproximadamente cento e dezoito sítios arqueológicos que abrigavam centenas de famílias ribeirinhas.

O clima local também sofreu modificações com a subida das águas, diminuindo a quantidade das chuvas no município de Presidente Epitácio, embora em seu entorno elas continuem intensas.

A qualidade da pesca também sofreu alterações de acordo com os pescadores. Isto se dá como conseqüência inevitável dos represamentos que alteram a quantidade das espécies animais existentes, induzindo a uma proliferação excessiva de algumas espécies e redução ou eliminação de outras.

No início do enchimento do reservatório a pesca ficou bastante comprometida. Os principais pontos de pesca foram perdidos ou modificados, dificultando a

atividade pesqueira. Atualmente os peixes estão mais espalhados pela represa e após a procriação e reposição de determinadas espécies mais adaptadas às condições lânticas das águas do reservatório, típicos de ambientes lacustres, o volume de peixe está numa quantidade mais apropriada à pesca. Entretanto, houve significativa alteração das espécies de peixes encontrados. Algumas espécies não proliferaram em reservatórios, e desta forma, muitas consideradas como mais “nobres” pelos pescadores, pela maior importância econômica (como é o caso do “Peixe Dourado”), já não são encontrados no Rio Paraná nestas proximidades.

As transformações ocorridas com a subida das águas foram diversas e as perdas inumeráveis. Entretanto, destacaremos algumas que marcaram a história de Presidente Epitácio por terem sido símbolos locais, ícones repletos de significados e valores, que traduziam a experiência vivida de um cotidiano comum, que vão deixar saudades, pois jamais serão substituídos no âmago do sentimento daqueles que vivenciaram e desfrutaram de sua existência.

O Estaleiro e o Restaurante Damaceno.

Em 1998, mesmo antes do início da subida das águas, por uma precipitação da CESP o antigo estaleiro Centro-Oeste sofreu seu desmanche. Não foi apenas o estaleiro que desapareceu, com ele foram os prédios de residências e o escritório da antiga Meca, os bares da zona portuária e o restaurante Damaceno.

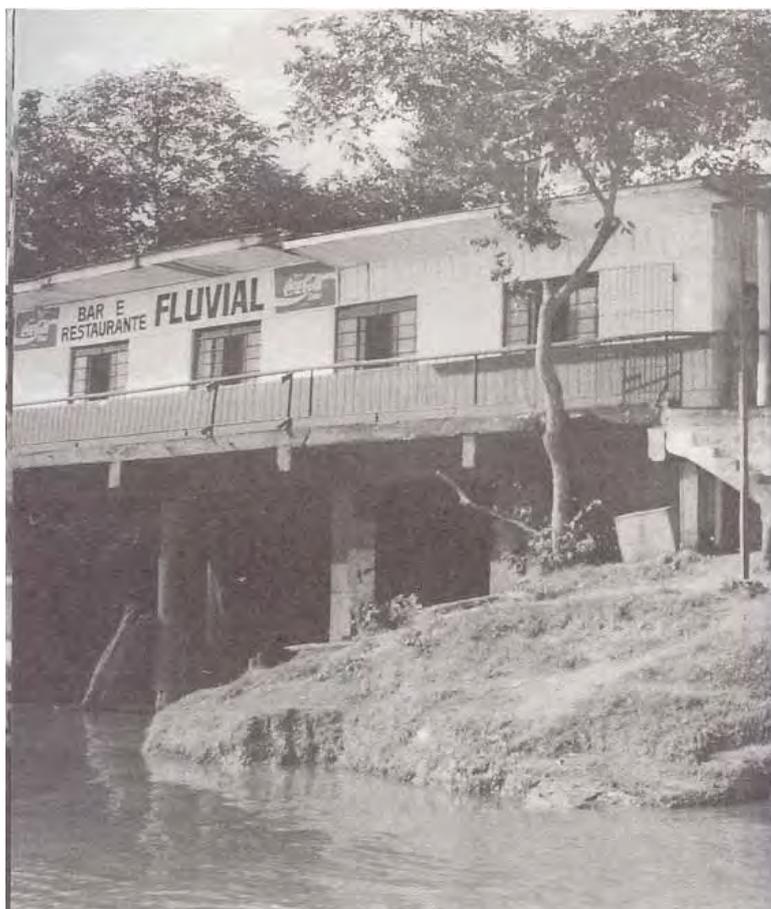
O restaurante que flutuava sobre o rio era parte integrante do local, e servia pratos típicos à base de peixe, muito bem preparados e apreciados pelos moradores e visitantes. A destituição do estaleiro resultou na sua ruína e significou uma grande perda inclusive para a atividade turística, pois era bastante freqüentado pelos visitantes da cidade. A indenização paga pela CESP mal permitiu o pagamento dos funcionários, levando o proprietário a dívidas que o impediram de dar continuidade ao negócio.

Sem o estaleiro os armadores foram obrigados a levar suas embarcações até Guairá, a 550 quilômetros de distância, ou a Pederneiras, a mais de 900 quilômetros,

sempre que necessitavam de fazer o reparo de suas embarcações, chatas, empurrador, draga ou lancha de porte.

Por outro lado, não dispendo de um estaleiro, Presidente Epitácio ficou apenas com a navegação local, pois as embarcações começaram a passar ao largo, não parando nem mesmo para abastecimento.

Figura 41: antigo Restaurante Damaceno



FONTE: (Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio)

Os Navios que "fizeram a história" Presidente Epitácio.

A cidade que nasceu como porto não pode desprezar a importância de seu cais, do estaleiro e dos navios que ajudaram a escrever sua história. A navegação fluvial, que foi contínua na região, impulsionou o crescimento e o desenvolvimento de Presidente Epitácio. Com a construção da Ponte Maurício Joppert o transporte de

carga deixou de ser primordial, cedendo espaço ao transporte de passageiros, principalmente com fins turísticos.

A empresa Navtur estava na cidade desde a década de 1970, sendo proprietária de 04 navios de turismo, dentre eles o “Anhembí”, o “Tibiriçá” e o “Epitácio Pessoa”.

O ano de 1998 foi trágico para esta atividade em consequência das intervenções da obra da CESP. O primeiro inconveniente surgiu com a ação das empreiteiras que afunilou o acesso ao atracadouro e ao posto que atendia barcos, turistas e clientes da cidade, arruinando seus negócios e desalojando cerca de 20 catraieiros. Com a desarticulação do cais do porto, do atracadouro e do estaleiro os navios ficaram sem possibilidades de atracar e de efetuar os reparos necessários, impossibilitando o trabalho dos postos de serviços, dos boteiros e demais empresas relacionadas à navegação.

Em abril de 1998 o Navio Anhembí despediu-se de Presidente Epitácio e seguiu com destino a Castilho, para atender ao turismo local. O turismo fluvial foi duramente atingido em Presidente Epitácio, e sua importância para o setor foi totalmente ignorada pelos órgãos municipais que não demonstraram apoio nem interesse.

Conforme afirmou o Sr Wilson Cruz, administrador da empresa Navtur na época *“Não se consegue falar com ninguém. Nem com a CESP e nem com a Prefeitura. Parece que todos lavam as mãos. É como se não estivesse o navio, o cais e os turistas. Estamos aqui onde nos instalamos em 1970 fazendo viagens e recebendo turistas. O navio, o Figueiral e as Termas sempre foram os pontos mais procurados. Somos, por assim dizer, equipamento turístico que administradores de juízo deviam preservar”*²⁸.

Em outubro de 1998 com muito pesar o navio “Epitácio Pessoa” que representava um ícone para o local, também se despediu com destino a Barra Bonita. Compelida pelas dificuldades encontradas, pela falta de condições e pelo descaso da CESP e da Administração Pública, a empresa Navtur resolveu transferir o último navio da empresa que ainda permanecia na cidade.

²⁸ Jornal CORREIO DO PORTO, maio de 1998, p.05.

O “Epitácio Pessoa” trafegou entre Presidente Epitácio e Guairá e posteriormente entre Presidente Epitácio – Panorama – Jupiá por quase 33 anos. Foi construído pelo Estaleiro Murtinho Mendes Gonçalves S/A sob encomenda do hoje extinto SNBP – Serviço de Navegação da Bacia do Prata e lançado ao rio dia 19 de maio de 1965²⁹. Caracteriza-se por ser a única embarcação estilo navio de passageiros, dispondo inclusive de camarotes. De acordo com a empresa o navio partiu para não mais voltar.

Figura 42: O Barco Epitácio Pessoa



O Figueiral e o Epitácio Pessoa – Óleo sobre tela, 60cm X 90 cm - de Leontina P. de Oliveria, 1995
(Acervo da Autora).

(O ARTISTA REVELA O RIO – Tributo ao Rio Paraná)

O Parque Figueiral.

Uma das grandes perdas para os residentes da cidade de Presidente Epitácio foi o complexo de lazer conhecido como Parque Figueiral, situado na barranca do Rio Paraná, a 03 km do centro da cidade. O parque possuía infra-estrutura como barracas, lanchonetes, praia, área de *camping*, chuveiros e estacionamento. Tinha área verde, composta de vegetação rasteira e figueiras centenárias, que embora não

²⁹ Idem

fossem frutíferas, eram enormes, típicas do sertão, e se estendiam sobre um tapete verde de grama.

Este parque ficava ao lado de Tibiriçá, e era freqüentado diariamente por aqueles que apreciavam o pôr do sol. Segundo relatos de alguns moradores “o Figueiral era lindo e mágico, em todas as estações do ano. Tinha um entardecer que pintava no céu, durante o ano, 365 quadros totalmente diferentes uns dos outros. Nas noites de luar essa magia se tornava mais profunda, misteriosa e sedutora”³⁰. Conforme afirma Dalmo: “No futuro quem viveu o verdadeiro Figueiral nunca vai poder descrever as belezas naturais que ele possuía. O próprio Rio Paraná, com seu fluxo natural jamais vai voltar a ser o que era: as enchentes, as vazantes, as praias maravilhosas que se formavam no leito, nada será como antes...”³¹

O parque e as figueiras faziam parte da história da cidade. Nas suas mediações nasceu Vila Tibiriçá, e na época em que foi povoado, o local era ponto de parada das comitivas de boiadeiros que faziam o percurso de São Paulo a Mato Grosso do Sul.

Na década de 1960, neste parque surgiu a Festa da Praia, que posteriormente deu origem ao Festival Nacional da Pesca. O local era o ponto de encontro para piqueniques, banhos e apresentações musicais. Sempre se destacou como um local de lazer das famílias epítacianas.

Com a subida das águas o Parque Figueiral foi tragado pela inundação, sendo necessário a construção de um outro recinto para abrigar tais festividades. A inundação do antigo Parque Figueiral foi motivo de diversos protestos e manifestações, causando grande descontentamento na população local.

Em substituição ao antigo parque foi construído o novo Parque Figueiral, localizado no lado oposto em relação ao antigo.

Embora a construção deste espaço tenha se realizado a partir de um projeto elaborado, com melhor infra-estrutura que o anterior, os moradores da cidade expressam, com pesar, sua preferência pelo espaço antigo, uma vez que era um local

³⁰ SANTOS, Dalmo Duque “Epitácio na Memória – História do Porto Tibiriçá, Presidente Epitácio e do Oeste Paulista” – Texto: “Nada será como antes”. <http://portotibirica.blogspot.com/2008/01/indice-do-textos.html> (consultado em 15/01/08: 15:40).

³¹ IDEM

de formas físicas naturais, que “nasceu e cresceu” em função da dinâmica social da comunidade e de suas manifestações culturais. O acesso era facilitado pela proximidade do centro da cidade, permitindo maior permanência. Por outro lado, por ser um espaço aberto, que se estendia seguindo o leito do rio, não impunha a exigência de portaria e controle de entrada, o que ocorre hoje com o atual parque, causando a sensação da existência de fronteira e diminuição de liberdade de acesso.

A construção do novo parque ao lado oposto do núcleo central da cidade causa a sensação de que é necessário “sair da cidade” para se chegar até ele. Conforme pudemos observar “*in loco*”, mediante atitudes e comentários dos moradores, este fato desencadeou, principalmente no início, certa estranheza e desconforto na população local que sempre demonstrou afinidade e interação afetiva com o Figueiral, no qual a presença era constante.

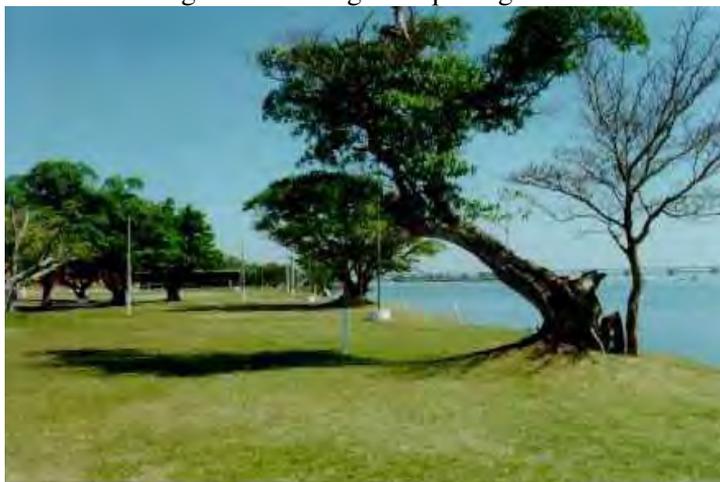
O acesso ao parque atual se dá através da Estrada Vicinal Campinal, onde também está localizado o complexo turístico *Thermas de Águas Quentes*, porém este a alguns quilômetros antes. A dificuldade do acesso se torna mais evidente quando se constata a inexistência de transporte rodoviário municipal, embora tenha sido construída uma ciclovia em toda extensão desta vicinal, amenizando o acesso pelos ciclistas. Vale ressaltar a predominância do uso de bicicletas, tanto na área central como em seus arredores.

Antes de se chegar ao Novo Parque Figueiral (entre as *Thermas* e o parque), está situado um loteamento, “*Village Lagoinha*” que, coincidentemente ou não, foi lançado em período próximo à etapa final de construção e inauguração do parque. Ao lado deste novo loteamento, entre o loteamento e o Novo Figueiral, está localizada uma marina, com diversos barcos e lanchas, permitindo aos novos moradores, possibilidades e facilidades de acesso ao rio.

Figura 43 - Antigo Parque Figueiral



Figura 44 - Antigo Parque Figueiral



Autor: Iralla, Mário C (Orinho)

Figura 45 - Antigo Parque Figueiral



Figura 46 - Antigo Parque Figueiral



Autor: Iralla, Mário C (Orinho)

Figura 47 - Antigo Parque Figueiral



Figura 48 - Antigo Parque Figueiral



Autor: Iralla, Mário C (Orinho)

Figura 49 – Guarita Novo Parque Figueiral



Autor: Camargo, K.B.

Figura 50 – Projeto Novo Parque Figueiral



Reserva Florestal da Lagoa São Paulo.

Trata-se de uma Reserva Florestal Estadual, um verdadeiro paraíso que abriga várias espécies de peixes, aves e outros animais como macacos, capivaras, antas e jacarés. A lagoa representa uma das principais áreas de conservação ecológica do Estado e a única do Rio Paraná, exercendo papel importante na preservação de várias espécies ameaçadas de extinção, como o cervo-do-pantanal e o macaco bugio. Recentemente foi descoberto, em seu interior um sítio arqueológico tupi guarani datado de aproximadamente 1000 anos.

Foi criada em 1942 ocupando originalmente 14.414 hectares e abrigava um rico ecossistema de várzeas e varjões e fauna característica de ambientes aquáticos. Devido ao enchimento do Lago da Usina Engenheiro Sérgio Motta, ela sofreu considerável redução de tamanho, de forma que restaram apenas 3.500 hectares originais da Reserva considerada um pequeno Pantanal. Da área remanescente 371 hectares estão sobrepostos à Reserva Florestal da Lagoinha, Engenho e Porto Velho, pertencente ao Incra e está sob a administração da Apoena (Associação em Defesa do

Rio Paraná, Afluentes e Mata Ciliar)³². Também teve sua área separada em duas glebas - Lagoinha e Palhada.

Está localizada a 12 km da sede do município, podendo ser alcançada por terra e por água. Em abril de 2004 verificou-se a ocupação ilegal de parte da reserva, com a presença de 20 barracos de pescadores ilegais, cerca de quatro mil cabeças de gado e 42 ocupantes acarretando muito lixo e sujeira. Foi efetuada a desocupação da área e providenciado o cercamento de divisa para se evitar novas invasões. Concomitantemente foi iniciado o projeto de recuperação ambiental para o reflorestamento da mata ciliar e controle de erosão³³.

O Projeto prevê o reflorestamento até 2008, com 500 mil mudas de espécies arbóreas nativas, sendo uma parceria entre a Apoená, a Companhia Energética de São Paulo (CESP) e Incra, com o envolvimento da Procuradoria da República em Presidente Prudente, Promotoria de Justiça Regional de Meio Ambiente do Pontal do Paranapanema, Prefeitura Municipal, ONGs Programa da Terra (Proter) e Instituto Brasileiro de Ciências do Ambiente (IBCAmb). Participa também a Polícia Ambiental, que faz a fiscalização da reserva em conjunto com os próprios assentados dos programas de reforma agrária³⁴.

Como a área é parte de um assentamento do Incra os assentados estão diretamente ligados à recuperação. Atualmente projetos agro-florestais são desenvolvidos nos lotes de 60 das famílias.

Mesmo reduzida e fragmentada a reserva ainda abriga algumas espécies ameaçadas de extinção, como o cervo do pantanal e o jacaré do papo amarelo, além de acolher grande variedade de aves aquáticas e pantaneiras, moradoras e migratórias. Entretanto, estima-se que durante o enchimento da barragem cerca de 1000 cervos tenham sido mortos.

O que restou da Reserva Florestal Lagoa São Paulo, entretanto, foi fruto da conquista pela redução da cota 259 inicialmente estabelecida pela CESP na segunda

³² <http://www.rma.org.br/v3/template/downloads/boletins/2005/32/caso.htm> (consultado em 10/02/05 15:12).

³³ Jornal da cidade: A Fronteira - Caderno Front. – sábado, 10 de abril de 2004. p. 01.

³⁴ <http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=34911> (consultado em 16/02/08 15:00).

etapa do enchimento, para 257 metros, poupando cerca de 40 mil hectares do alagamento. Apenas 02 metros que fizeram grande diferença.

Figura 51 e 52 – Reserva Florestal da Lagoa São Paulo (antiga).



Fonte: (www.presidenteepitacio.com.br)

Termo de Compromisso.

Para amenizar as perdas e os danos causados para o meio ambiente e para a sociedade, o poder público municipal e a CESP assinaram um Termo de Compromisso para estabelecer um conjunto de obras e medidas a serem realizadas na região, formando um conjunto de aproximadamente 30 programas, divididos em duas categorias: obras compensatórias e mitigatórias.

Entretanto, jamais tais obras poderão de fato compensar ou minimizar as perdas ou danos instaurados. Analisando a negociação realizada entre a CESP e a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio pode-se constatar que as propostas oferecidas ficaram muito aquém dos prejuízos ambientais, naturais e sociais causados, demonstrando o despreparo do poder público da época em requerer alternativas e possibilidades mais viáveis e condizentes com a prejudicial realidade que lhe fora imposta.

As obras compensatórias são geralmente voltadas para a sociedade, em forma de benefícios, mesmo que elas não estejam diretamente ligadas ao problema causado

com a inundação e mediante a implementação de programas de reparação de perdas ambientais. São obras efetuadas para compensar os efeitos negativos causados nas áreas de influência da construção da usina, e desta forma devem ser feitas entre os atingidos e a empresa empreendedora, mediante negociações.

As propostas mitigatórias de impactos ambientais são constituídas por medidas práticas através da implantação de programas de conservação, recuperação e proteção ambientais, em áreas que sofreram a influência do reservatório. São consideradas como obras necessárias para mitigar ou minimizar os efeitos negativos do empreendimento e portanto devem ser feitas, refeitas ou relocadas, não podendo ser negociadas por outro tipo de operação.

Como medidas compensatórias e mitigatórias alguns programas podem ser citados, como:

a) Implementação e Gestão de Programas Físico-Bióticos:

- = Programas de Controle de Erosão-Assoreamento,
- = Programa de Proteção das Encostas Marginais,
- = Programa de Recuperação das Águas Degradadas.

b) Implementação de Programas Sócio-Econômicos:

- = Programas de Recomposição e Melhoria da Infra-Estrutura de Saneamento Básico;
- = Programa de Remanejamento da População Atingida,
- = Programa de Reposição e Ampliação dos Equipamentos de Lazer,
- = Programa de Resgate Arqueológico.

c) Implementação de Programas de Monitoramento:

- = Monitoramento da Estabilidade das Encostas Marginais;
- = Monitoramento do Nível Freático e de Qualidade da Água Subterrânea,
- = Monitoramento do Clima Local,
- = Monitoramento Sismológico.

Uns dos primeiros acordos assinado com a CESP data de 18 de junho de 1993. Entretanto passou por inúmeras alterações, com aditivos e retificações. A CESP se

comprometeu também a prestar assistência técnica aos pescadores, adaptando se necessário, equipamentos à condição do reservatório, e a acompanhar e orientar tecnicamente os ilhéus atingidos, fornecendo aragem, gradeamento e correção do solo, inclusive indenização às culturas que não pudessem ser colhidas. Entretanto a história nos mostra que tais comprometimentos não foram totalmente fornecidos.

A respeito das obras mitigatórias e compensatórias propostas pela CESP, podemos relacionar as seguintes:

→ Obras Compensatórias:

- Construção de Escola para 1º e 2º graus;
- Relocação do Cais do Porto;
- Infra-estrutura para o Retroporto, com 02 Carreiras;
- Construção do Píer Turístico;
- Urbanização da Rodovia Marginal, Parque da Orla;
- Ciclovia com passagem sobre o Ribeirão Caiuá;
- Construção e pavimentação do Anel Viário trecho Norte Sul;
- Poços de Rede de abastecimento de Água na Agrovila Lagoa São Paulo.
- Galeria Rua Rio Branco; Galeria da Av. Tibiriçá;
- Ampliação e Reforma do prédio da Santa Casa;
- Pavimentação da estrada que liga o Distrito do Campinal à Ponte Rio do Peixe;
- Construção e Pavimentação asfáltica interligando o novo Cais do Porto até o entroncamento com a vicinal;
- Recapeamento da Estrada Vicinal Presidente Epitácio - Campinal;
- Recapeamento de pavimentação urbana;
- Recapeamento e ciclovia Presidente Epitácio - Novo Parque Figueiral.

→ Obras Mitigatórias:

- Reassentamento Rural Fazenda Santo Antonio;
- Reassentamento Rural Fazenda Lagoinha;

- Construção de Área de Lazer do Novo Parque Figueiral;
- Porto Fluvial;
- Canal de Navegação;
- Proteção das Encostas;
- Construção do Matadouro Municipal;
- Encabeçamento Ponte Maurício Joppert;
- Relocação do Sistema de Água (convênio com SABESP).

Tais obras evidentemente agregam valores ao território e motivam mudanças de diretrizes concernentes ao desenvolvimento regional. Promovem significativa valorização das terras marginais que normalmente passam a ser procuradas para implantação de áreas de lazer, especialmente nas zonas de fácil acesso, que permitem a ocupação de casas de veraneio, clubes ou pousadas.

A atuação da CESP, a partir da construção destas obras, também tem sido a de estimular o aproveitamento múltiplo das novas estruturas instaladas, principalmente as inseridas nas porções territoriais que permitem uma beleza cênica capaz de potencializar o uso do local para atividades voltadas à navegação, à recreação e ao turismo.

Desta forma a CESP atuou (e vem atuando) como um agente modificador do espaço, mediante a modernização, criação e a atração de outros equipamentos urbanos e rurais que surgem como forma de amenizar os danos causados e criam motivações para o surgimento de novas atividades nos níveis local e regional, como a ampliação do setor de serviços, o lazer e o turismo.

Embora as obras mitigatórias e compensatórias venham com o propósito de minimizar e recompensar pelas perdas e danos oriundos da construção da usina, e mesmo podendo trazer motivações para o desenvolvimento regional e inclusive proporcionar melhoria de vida para determinados setores da população, fica evidente que o preço pago pelos grupos sociais diretamente atingidos evidentemente não serão condizentes com a contrapartida oferecida pela CESP como indenização ou compensação.

Enquanto a maioria da população atingida foi a que habitava as ilhas e as margens do Rio Paraná (deslocada para assentamentos ou indenizada financeiramente), grande parte das obras modernas construídas foi direcionada à sede do município, num descompasso que revela a falta de sincronismo entre os mais beneficiados e os mais atingidos, causando descontentamento por parte desta população.

Num âmbito geral, as novas condições criadas e motivadas pela construção da usina constituem-se num processo contraditório que implica na destruição de uma situação para a construção de outra. Destituição e (re)adaptação, aniquilamento e inserção de novas dinâmicas, que modificam e fazem surgir elementos que engendram outros estilos de vida e novas relações sociais, pelo menos para uma boa parte da população desta região.

Um motivador econômico que atualmente tem movimentado os ânimos e interesses no município de Presidente Epitácio está nitidamente atrelado ao setor turístico, sendo esta atividade encarada como a “grande vocação” da região, em virtude de sua beleza paisagística e dos recursos e atrativos naturais. Este fato, entretanto, tem gerado um acréscimo considerável no valor dos imóveis localizados próximos às encostas, áreas hoje consideradas como “nobres”, aumentando, assim, a especulação imobiliária.

Capítulo III

As possibilidades do presente.

- **O Estado como Agente de mudanças.**

Nesta etapa da pesquisa temos por objetivo elucidar o presente após o resgate e compreensão do processo histórico e social que norteou a formação da população de Presidente Epitácio enquanto sociedade.

É o momento de melhor compreender a realidade atual e as possibilidades ainda não realizadas. O passado e o presente se fundem através da análise e da decomposição da realidade, permitindo reconhecer a gênese contraditória das relações e concepções que ainda persistem. Mediante a identificação das diferentes temporalidades do presente torna-se possível resgatar as contradições não resolvidas e indicar as virtualidades ainda não realizadas, ou as alternativas que não foram concretizadas ou alcançadas.

Cada momento histórico é resultado e condicionante de fases subseqüentes e distintas, numa sucessão de fatos que se entrelaçam e se organizam em conformidade com os interesses e os propósitos que estão em jogo. Entretanto, os elementos, as características e as concepções do presente, embora simultâneos em sua manifestação, não são simultâneos na sua origem, ou seja, suas gêneses não têm a mesma datação. Assim, é necessário se resgatar as concepções de relações que não foram incorporadas pelo poder e que permanecem e resistem como resíduos enquanto virtualidades bloqueadas, mas que representam possibilidades de transformação, de superação.

Entretanto, as mudanças somente são passíveis de serem alcançadas se houver entendimento e consciência de que alternativas existem, pois as possibilidades estão postas. Porém, a manipulação do poder não contempla todas as faces existentes, apenas as que mais lhe convêm e que dão sustentação à sua permanência. Por isso uma postura crítica é fundamental num processo de mudança.

Dentro deste ponto de vista pretendemos apontar a complexidade da atuação do Poder Público e suas implicações no cotidiano das populações, uma vez que as decisões e intervenções do Estado são capazes de redirecionar as trajetórias futuras.

Os atores sociais detentores da autoridade e do poder direta ou indiretamente determinam e impõem as regras e diretrizes que devem reger e orientar a conduta social almejada e condizente a cada grupo social.

O Estado é um dos principais agentes sociais capazes de intervir e modificar o rumo das ações e dos acontecimentos através da determinação de normas constitucionais, da implementação de Políticas Públicas e do estabelecimento das instituições e instâncias reguladoras, responsáveis pela regulação da dinâmica econômica, política ou social.

As ações do Estado estão atreladas a diferentes propósitos e vinculadas a interesses particulares, coletivos ou partidários. Estas ações, entretanto, independente dos mecanismos e dos motivos que as engendram têm repercussão na prática e na instância do vivido, pois ao mesmo tempo em que restringem a liberdade pelo estabelecimento de limites e imposição de regras, também priorizam determinados valores criando mecanismos que induzem à auto-afirmação de elementos ou de grupos que se estabelecem mediante seu poder da influência ou pela capacidade de barganha.

Em outras palavras, as ações do Estado em todas as suas instâncias (federal, estadual, municipal) podem inibir, coagir, limitar ou reduzir a liberdade de ação, as decisões e atitudes individuais ou coletivas, e ao mesmo tempo incentivar, induzir e ampliar poderes e privilégios e dar maiores autonomias a setores estratégicos.

Toda normativa estatal e decisão política repercutem em mudanças ou adequações no modo de vida e nas perspectivas locais. Porém, como as decisões do Estado nem sempre são compostas de imparcialidades e neutralidades, nos resta o questionamento quanto ao papel do Estado na atualidade. A que interesses e propósitos serve, a quem privilegia, quais são as trocas e os favores propostos e com que finalidade são oferecidos. Enfim, quais são os resultados e como são as conseqüências?

- **O Papel do Estado.**

O papel do Estado é complexo e repleto de controvérsias.

Diversos são os atores que compõem o organismo estatal e que alicerçados em instrumentos de poder instáveis são capazes de gerar e engendrar estratégias eficazes em seus propósitos.

O Estado e o poder público são constituídos por diversos setores e órgãos que estrategicamente organizados e hierarquizados formam um conjunto coeso que se estabelece em diferentes escalas e instâncias.

De acordo com Harvey (2005, p.80), “necessariamente o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade”. Ou seja, para ele, os homens criaram, na forma do Estado, um instrumento para sua própria dominação. Conforme a teoria Maxista do Estado, os diversos instrumentos de dominação, como a lei, o poder de tributação e de coação, podem, pela luta política, ser transformados em instrumentos para dominação de classe.

Seguindo este raciocínio, o Estado pode impor regras, estabelecer leis e diretrizes que sejam condizentes com os interesses de classes, privilegiando determinados grupos em detrimento a parcelas menos expressivas no âmbito econômico e político. O Estado, portanto, não atua imparcialmente na consolidação de suas estratégias.

De acordo com Engels (1941:155), citado por Harvey (2005, p. 79-80),

O Estado não é, de modo algum, um poder de fora, imposto sobre a sociedade; assim como não é a ‘realidade da idéia moral’, ‘a imagem e a realidade da razão’, como sustenta Hegel. O Estado é o produto da sociedade num estágio específico de seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa auto-contradição insolúvel, e está rachada em antagonismos irreconciliáveis, incapazes de ser exorcizados. Entretanto, para que estes antagonismos não destruam as classes com interesses econômicos conflitantes e a sociedade, um poder aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da ‘ordem’; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado.

O Estado, portanto, pode ser usado como instrumento de dominação de classe. Porém esta estratégia de classe não se descortina sem uma camuflagem capaz de tornar nebulosa sua manifestação. Ela se reveste de fantasias e esconde seu verdadeiro rosto. Para tanto cria sofismas e ilusões capazes de convencer e

manipular a ação dos demais agentes, ou seja, são criadas ferramentas ideológicas com alto grau de convencimento utilizadas pelo Estado a fim de induzir a ações para conquistar seus objetivos.

Para Marx e Engels (1970: 106), citados por Harvey (2005, p.80), “a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma suas ações para o bem de todos”.

Para que as ações do Estado ocorram em benefício da classe dominante, seus ideais têm de ganhar aceitação como que se representassem o bem comum ou o interesse de toda sociedade e, desta forma, suas idéias precisam ser apresentadas como idealizações abstratas e como verdades universais. Tais idéias têm de ser propostas como se tivessem uma existência autônoma e possuíssem um significado independente de qualquer interesse específico de classe. (Harvey, 2005, p.81).

A democracia social burguesa como forma de Estado possui aparatos suficientes para satisfazer às exigências e necessidades formais do modo de produção capitalista. As argüições difundidas e as argumentações firmadas pelo Estado sustentam e amparam o posicionamento da classe dominante nas esferas do poder econômico, político e social.

Conforme afirma Harvey (2005, p.86),

Este tipo de Estado incorpora uma poderosa defesa ideológica e legal da igualdade, da mobilidade e da liberdade dos indivíduos, ao mesmo tempo que é muitíssimo protetor do direito de propriedade e da relação básica entre capital e trabalho. De modo característico, a economia capitalista de troca, com base no mercado, floresce numa liberdade ambígua, que inclui liberdade de consciência, expressão e emprego, ao mesmo tempo que incorpora a liberdade para explorar, para obter lucro privado às custas do Estado e para monopolizar os meios de produção.

Desta forma as ações do Estado, embora se apresentem neutras e “inocentes” em suas intenções e propósitos, muitas vezes compõem os difusos e sutis mecanismos de dominação de classes. Esta relação, entretanto, pode alcançar graus ainda maiores e complexos de intermediação e dependência.

Para Harvey, (2001, p. 82), “o próprio Estado pode ser representado como idealização abstrata do interesse comum” e tornar-se “encarnação abstrata do princípio moral (nacionalismo, patriotismo ou fascismo)”. As conexões entre as

ideologias burguesas e as definições propostas pelo Estado como “interesses comuns” são sutis e complexos.

Desta forma, determinados conceitos e interpretações são propagados e se difundem como objetivos a serem alcançados, como ideais coletivos engolfados por noções que contemplam o “bem para todos”.

Entretanto estão atrelados aos objetivos essenciais da classe dominante para continuar hegemônica. Os interesses de classe são capazes de ser transformados num ‘interesse geral ilusório’, pois a classe dirigente pode, com sucesso, universalizar suas idéias como ‘idéias dominantes’. De acordo com o autor, as noções de “justiça”, “direito” e “liberdade” são apresentadas como se tivessem um significado independente de qualquer interesse de classe específico. (HARVEY, 2005, p.80-81). Entretanto escondem verdades bem mais consistentes.

É o que ocorre, por exemplo, com as perspectivas quanto à sustentabilidade, ou quanto à consciência ecológica que determina certas ações e comportamentos. Regras e normas de conduta são estipuladas pela justificativa de que o imprescindível e o necessário será efetuado mediante a adesão de toda a sociedade, quando na verdade, os principais envolvidos estão sendo acobertados e isentados de suas responsabilidades. Ao mesmo tempo seus interesses e monopólios estão sendo preservados.

Conforme aponta Carlos, 2006³⁵, “É assim, também, que a noção de sustentabilidade como projeto de sociedade entra na ordem do dia como orientador da política estatal produzindo um discurso fortemente ideologizado”.

As inúmeras intervenções no espaço feitas pelo Estado são realizadas de forma que apareçam como uma necessidade social. Assim as decisões políticas escondem interesses e privilégios e empurram para as margens as parcelas da sociedade menos significativas.

³⁵ Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. (P.77).*
(<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemons/04alessand.pdf>)

A proposta da construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta estava carregada de distorções e contradições, tornando incoerente a concretização do projeto pelos gastos excessivos, pelo pouco retorno e pelas imensas perdas.

Entretanto, como outros projetos incoerentes e injustificáveis, repletos de contestações e repulsas, tal obra se concretizou, ignorando todos os prejuízos sociais e ambientais originados. O argumento propagado foi a necessidade de se promover o aumento de energia elétrica em prol de um país em desenvolvimento, tornando imprescindível sua construção. E desta forma ganhou muitos adeptos que acreditaram fielmente que tal resolução seria indispensável e a mais viável para todos. Torna-se, portanto, necessário mensurar o saldo final desta empreitada, e apontar os ganhos e as perdas dos atores envolvidos.

As ações do Estado afetam direta ou indiretamente a dinâmica da produção e do consumo em quase todos os seus aspectos. Através das Políticas Públicas o Estado direciona atividades, prioriza ações e norteia investimentos.

Como a atuação do estado, em todas as suas instâncias, implica na instituição de Políticas Públicas, consideramos importante fazermos uma breve abordagem acerca deste assunto no tópico a seguir.

- **Políticas Públicas.**

Políticas Públicas são instrumentos utilizados pelo Governo para intervir na sociedade, na economia e na política. Constituem o conjunto de ações planejadas do Estado, formuladas através de projetos e programas. As Políticas Públicas orientam a tomada de decisões, pois fazem parte do processo de planejamento do governo e envolvem toda decisão governamental. Muitas vezes estão voltadas para setores específicos da sociedade e, portanto, produzem efeitos específicos. Entretanto, influenciam a vida de todos os cidadãos.

A interação entre os atores estatais e privados no processo de produção das políticas públicas é um fenômeno da fase contemporânea de globalização. A associação do poder público com o capital privado facilita a aplicabilidade de

investimentos e amplia as possibilidades de retornos seguros, e desta forma cria mecanismo que auxilia a reprodução do capital.

As políticas públicas, portanto, podem ser utilizadas como veículos facilitadores ou incentivadores para os que detêm o capital, no sentido de proporcionar aos investidores condições para o crescimento dos ganhos e dos lucros.

Para Harvey (2005, p. 224) tanto o ponto de partida como o ponto final de toda atividade capitalista se centra no poder monopolista da propriedade privada. Para o autor o poder monopolista representa o alvo central, o objeto do desejo capitalista, ou seja, há uma busca constante pela acumulação do capital, e as estratégias de intervenção ocorrem em diversos campos, como o da cultura, história, patrimônio e estética. “O capitalismo não pode existir sem poderes monopolistas, e busca meios de reuni-los”. (HARVEY, 2005, p.226).

O poder monopolista se realiza através dos atores sociais que detêm o controle exclusivo sobre algum item ou recurso que, em algum aspecto, seja único, crucial ou irreplicável. (HARVEY, 2005, p.222). Toda posse de bens, objetos ou propriedade que inspire ou represente algum tipo de raridade ou especialidade pode resultar numa situação que permite ao seu detentor extrair renda monopolista, mediante a negociação com aqueles que têm interesse sobre tal recurso.

Tais recursos podem existir em quantidade limitada e com características específicas, às vezes são não renováveis e, desta forma, propiciam a quem os possui, o poder de “explorá-los” de forma monopolista. Por outro lado, uma suposta raridade pode ser “criada” mediante a argumentação de especificidades locais, sobressaltando características próprias como se elas fossem únicas e singulares, como se não existissem similares e, assim, criam-se rendas monopolistas sobre tal objeto, recurso ou local.

“A escassez se cria pela retenção da terra ou do recurso para uso presente, especulando-se sobre valores futuros. É a singularidade que forma a base para o preço monopolista” (Harvey 2001, p. 222).

Entretanto, na atual conjuntura econômica em que as determinações e ações internacionais afetam diretamente os mais diferentes setores e atividades, tornando a

concorrência cada vez mais acirrada, os monopólios locais passaram a ser vulneráveis, sendo incontestavelmente abalados.

O recente surto de globalização diminuiu significativamente a proteção monopolista conferida historicamente pelos altos custos de transporte e comunicação, embora a remoção das barreiras institucionais ao comércio (protecionismo) também tenha reduzido as rendas monopolistas a ser obtidas por esse meio (HARVEY, 2005, p.226).

De acordo com o autor algumas estratégias foram sendo elaboradas pelo próprio sistema no intuito de minimizar tal situação, ou seja, com o objetivo de criar condições para que o poder monopolista seja preservado e fortalecido.

Uma das estratégias alcançadas foi justamente o envolvimento do Poder Público como facilitador de ações para que os detentores do capital continuem a busca por rendas monopolistas. Evidentemente tais intervenções são sutis e não declaradas. Surgem mediante uma série de alegações e discursos bem elaborados, apresentados em forma de planos e projetos de governo. Evidentemente nem todas as políticas públicas são elaboradas exclusivamente para benefício exclusivo de determinados setores ou atores. Entretanto, não há como negarmos que o papel do Estado sofreu mudanças profundas nas últimas décadas.

Podemos identificar em todas as instâncias de governo a priorização dos aspectos econômicos em detrimento aos demais. A governabilidade não pode se restringir aos papéis de facilitador e coordenador, como o que presenciamos na quase totalidade das administrações públicas, onde as coalizões e as alianças de classes impõem suas prerrogativas.

Harvey, (2001, p.165-190), por exemplo, analisando o papel do governo municipal, aponta mudanças na política urbana, a qual passa de uma governança urbana para o que denomina de empreendedorismo. Para o autor, “a abordagem ‘administrativa’, tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e ‘empreendedoras’ nas décadas de 1970”. (Harvey 2001, p. 167). De acordo com sua análise, o consenso atual que emerge no mundo capitalista dita que os benefícios positivos são alcançados pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico.

As ações e a execução dos projetos públicos quando ocorrem em parceria com o poder privado ganham caráter especulativo e normalmente propiciam benefícios

ao setor privado, e o governo acaba arcando com os custos e, às vezes, assume os prejuízos. Assim, o governo tem seu poder de decisão enfraquecido e perde sua autonomia enquanto liderança e dirigente de questões coletivas.

Harvey entende o empreendedorismo como o padrão de conduta em que o governo combina poderes estatais, formas organizacionais da sociedade civil e interesses privados, formando colisões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano ou regional.

Desta forma, o que pretendemos destacar é que a atuação dos poderes estatais, através das políticas públicas, de projetos e planos de governo, tem intensificado o apoio aos interesses privados, pois fomentam, intermedeiam e incentivam financiamentos de projetos que não expressam os interesses e o bem-estar comum. Por outro lado, medidas e estratégias são criadas para enfraquecer atividades ou setores de menor expressividade econômica ou que representem algum tipo de barreira ou ameaça aos interesses que estão em jogo.

Hora impedindo, hora incentivando, a atuação do governo exercida mediante o empreendedorismo, possibilita a manutenção do poder da classe dominante e a proteção a seus interesses. E, desta forma, o verdadeiro papel do estado enquanto governança fica relegado em segundo plano. O estado cada vez mais assume a responsabilidade pela infra-estrutura de base e o capital privado investe nos espaços físicos já estruturados, tendo condições de usufruir dos ganhos que tais estruturas podem lhe oferecer. São os recursos públicos utilizados em favor do capital privado, que ao invés de beneficiar as comunidades locais favorecem setores econômicos.

No primeiro Protocolo de Intenções celebrado entre a CESP e a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, assinado em 18 de junho de 1993, foram relacionadas algumas atribuições da CESP e da Prefeitura.

Dentre as atribuições da Prefeitura, nos chamam a atenção o que consta nos itens: Atribuições da Prefeitura, item 1.2.b: “efetuar gestões junto aos órgãos, empresas e população envolvida direta ou indiretamente na implantação do empreendimento, visando facilitar o desenvolvimento das atividades e objetivos deste Protocolo”; 1.2.d: “editar, quando necessário e do interesse do município,

decretos, projetos de lei e demais diplomas legais, objetivando facilitar o cumprimento deste Protocolo". (Grifo nosso).

Tais reivindicações deixam explícita a obrigatoriedade do poder público em apoiar os projetos e a atuação da CESP. Além da construção de escolas, ampliação e reforma de prédios públicos, aquisição de áreas e remanejamento da população impactada, uma das atribuições auferidas à CESP foi o estudo da viabilidade de cessão da faixa marginal ao reservatório, mediante instrumento particular de concessão de uso, no intuito de ampliar o potencial de áreas para aproveitamento turístico do município.

Este Primeiro Protocolo de Intenções passou por diversas mudanças ao longo do tempo, algumas atribuições foram retiradas, outras acrescentadas.

Em 15 de dezembro de 1994 foi assinado um Novo Termo de Compromisso e Outras Avenças entre as partes, no qual foram estabelecidas duas prerrogativas. A primeira teve como objetivo "a Cessão e Transferência de Direitos Possessórios das áreas onde foram implantadas as Agrovilas I, II e V" para a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio, visando a emancipação do Projeto Lagoa São Paulo.

Mediante este ato, a Prefeitura assumiu a responsabilidade de prestar assistência social, médica, hospitalar, odontológica e educacional às famílias residentes nas Agrovilas, de dar assistência técnica aos agricultores e pecuaristas e de assumir a administração, manutenção e conservação das estradas vicinais e do sistema rural de abastecimento e distribuição de água. Estas obrigações anteriormente pertenciam à CESP e, neste ato, foram transferidas à Prefeitura.

A segunda resolução estabelecida neste termo foi a concessão da importância de R\$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil reais), da CESP para a Prefeitura, que seriam pagos em 12 meses a contar de janeiro até dezembro de 1995. O valor seria destinado à realização de obras de caráter social no município, vinculadas ao Projeto de Emancipação da Lagoa São Paulo, que abrangiam reforma e aquisição de máquinas e suplementos agrícolas, creches e escolas, praça e campos de futebol, drenagem pluvial e iluminação pública.

Mediante este ato a CESP se exauria de qualquer responsabilidade em relação aos assentamentos da Lagoa São Paulo e, a Prefeitura seria paga para isso.

Entretanto, em 26 de junho de 1996, a Prefeitura e a CESP assinaram um novo Instrumento Particular de Reti-ratificação ao Termo de Compromisso e Outras Avenças firmado em 15 de dezembro de 1995. Nele o valor a ser repassado para a Prefeitura foi alterado para R\$ 522.207,00 (Quinhentos e vinte e dois mil, duzentos e sete reais), para aquisição de alguns equipamentos como moto niveladora, pá carregadeira, trator e arado e 01 caminhão. Também neste ato foi transferida ao Governo do Estado a responsabilidade sobre as benfeitorias de uso comum nas áreas de Educação, Saúde e Segurança Pública.

É interessante notarmos que embora neste acordo o valor tenha sofrido uma drástica redução, a Prefeitura concedeu, à CESP, no mesmo ato “total, geral, cabal e plena quitação das obrigações devidas ao Município de Presidente Epitácio, concernentes à emancipação do Projeto Lagoa São Paulo, obrigando-se a receber de ora em diante as obras, benfeitorias e equipamentos, isentando a CESP de quaisquer outras indenizações atuais ou futuras, a qualquer título”. (Clausula Sétima do Instrumento de Reti-ratificação, firmado em 26/06/96).

Entretanto, não foi apenas neste ato que a CESP repassou para a Prefeitura valores financeiros isentando-se da obrigação de construção de obras que estavam sob sua responsabilidade. Em 16 de Maio de 2000, pela assinatura do Instrumento Particular de Reti-ratificação ao Instrumento Particular de Compromisso e Outras Avenças celebrado em 01/07/98, a Prefeitura receberia uma doação de R\$1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais) para construção/aquisição de casas populares para relocação da população afetada. Em 06 de dezembro de 2002, na assinatura do Segundo Instrumento Particular de Reti-ratificação ao Instrumento Particular de Compromisso e Outras Avenças celebrado em 01/07/98, a CESP repassaria para a Prefeitura a importância de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), recurso este a ser utilizado na construção do trevo de acesso ao Anel Viário com a Rodovia Raposo Tavares (SP-270).

Não foram poucos os acordos celebrados entre a Prefeitura e a CESP, numa constância de idas e vindas, de forma que o contratado num primeiro momento seria discordante no seguinte, estabelecendo uma seqüência de negociações às vezes discrepantes, senão duvidosas.

Pelo constatado, o poder público local preferiu assumir a responsabilidade de realizar determinadas obras ao invés de assegurar que as mesmas fossem executadas pela força da lei mediante o cumprimento dos acordos celebrados com a CESP. Não há como dimensionar a complexidade das variáveis e dos os atores envolvidos, mas os resultados estão postos e podem ser avaliados. A CESP conseguiu dissipar muitas das suas responsabilidades, auferindo-as à Prefeitura Municipal.

Por outro lado, ponderando as perdas sofridas, tanto as ambientais como as vinculadas às atividades corriqueiras da população, que forneceram a base da constituição de um estilo de vida produzido histórica e socialmente, as reivindicações poderiam ter sido mais intensas e melhor elaboradas. Ou seja, a retribuição deveria ter reunido muito mais benefício para a população.

As áreas que margeiam o Grande Lago, e que sofreram grande impacto pela inundação, são as que mais se destacam na paisagem, pois receberam investimento direcionado para promover seu embelezamento. Propiciam um agradável visual para quem as visita. Atualmente são consideradas áreas nobres pelo seu potencial turístico, como o píer, a orla fluvial, a ciclovia e o sambódromo.

O lançamento do Condomínio Portal do Lago, por exemplo, situado às margens do Rio Paraná ocorreu em meados da década de 1990, na época em que o município vivia uma série de transformações. A primeira fase da subida das águas ocorreria em 1998. Esta época foi tumultuada para a cidade, pois muitas coisas ocorriam ao mesmo tempo: as obras da CESP, as reivindicações e protestos, o plebiscito para a escolha do novo Parque Figueiral(1996), enfim a agitação instaurava expectativas e dúvidas.

Em 20 de julho de 1990, o município de Presidente Epitácio foi elevado à Estância Turística³⁶ mediante a Lei Estadual 6.956.

Nota-se que o incentivo à atividade turística, inclusive no que se refere à elevação do município à categoria de Estância Turística, ocorreu justamente num dos momentos mais críticos em termos de resistências, quando diversas reivindicações e processos foram abertos contra a CESP, no intuito de paralisar as obras.

De acordo com as pesquisas de Okimoto (1990, p. 71-75), o processo de transformação de Presidente Epitácio em Estância Turística também incita questionamentos.

Segundo a autora desde 1987 que o Poder Público Municipal, (na época sob a administração do Prefeito Roberto Bergamo), iniciara solicitação do título à cidade. Na época os órgãos técnicos estaduais competentes eram FUMEST – Fomento de Urbanização e Melhoria nas Estâncias da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo, e o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico Artístico e Turístico da Secretaria de Estado da Cultura, Ciência e Tecnologia.

Em 1988 o parecer do Condephaat foi contrário à concessão do título ao município, e os motivos citados para tal recusa incluíam a possibilidade de o turismo gerar especulação imobiliária e conseqüentes prejuízos ao meio ambiente; comprometimento da fauna aquática do Rio Paraná pela possibilidade da pesca abusiva e indiscriminada pelo turismo, além de promover um novo uso nas áreas de várzea, descaracterizando-as por completo. Outro fator relevante da recusa indicava a falta de plano detalhado da prefeitura para saneamento básico no tratamento do lixo e do esgoto da cidade, o que implicava em sérias dificuldades para receber turistas em grande número em determinadas épocas do ano. Foi argumentado, também, como fator de recusa, o desaparecimento das ilhas fluviais e o comprometimento da Reserva Estadual Lagoa São Paulo após a formação do lago.

³⁶ **Estância turística** é um título concedido pelo governo do estado de [São Paulo](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo) a municípios que apresentem características turísticas e determinados requisitos como: condições de lazer, recreação, recursos naturais e culturais específicos. Devem dispor de infra-estrutura e serviços dimensionados à atividade turística. Tais municípios, com este *status*, podem então receber aportes financeiros específicos para incentivo do turismo. http://pt.wikipedia.org/wiki/Est%C3%A2ncia_tur%C3%ADstica

Cogitou-se também, a inviabilidade da passagem dos navios turísticos pela ponte Prof. M. Joppert Silva, após a subida das águas. (Okimoto, 1990, p.72).

O parecer contrário do Condephaat foi acompanhado pela decisão da FUMEST em não elevar a cidade ao título de Estância Turística.

No próximo ano (1989) houve nova petição do poder público e no ano seguinte (1990) foi concedido o título ao município. Ressalvamos, conforme afirma Okimoto, que neste período ocorreu a substituição do FUMEST pela DADE - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento da Secretaria do Estado dos Negócios de Esportes e Turismo, e a inserção do Condephaat na Secretaria do Estado da Cultura. Entretanto, não se pode negar que no decorrer destes dois anos (1988-1990) ocorreram diversas articulações políticas no processo de encaminhamento, pois os motivos da recusa inicial ainda estavam presentes na realidade de Presidente Epitácio.

Porém, neste momento, outros interesses e objetivos estavam em jogo, inclusive a necessidade de se agilizar o processo de enchimento do reservatório e continuidade das obras da CESP, para acelerar o início do funcionamento da hidrelétrica, cuja data já havia sido postergada inúmeras vezes.

A ascensão do município a Estância Turística trouxe um novo ânimo e expectativas à economia local, e em paralelo, as obras da CESP confirmavam estas possibilidades, uma vez que emoldurava uma nova configuração paisagística nas áreas marginais, com elementos de embelezamento e “harmonia arquitetônica”.

A década de 1990 foi de destaque para o setor turístico em termos de desenvolvimento de planos e projetos, demonstrando que esta atividade começava a despontar como alvo das políticas públicas nacionais. Em 1991 foi criado o primeiro Plano de Desenvolvimento do Turismo, durante o governo de Fernando Collor de Mello, entretanto não foi implementado neste ato devido a deposição do presidente. Em 1992 foi criado o PRODETUR/NE (Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo na região Nordeste). Em 1994 surgiu o primeiro Plano Nacional de Ecoturismo, e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo. A partir de 1994 houve a inserção do BNDS como um dos formuladores do

planejamento turístico nacional e como entidade financiadora de tais projetos, e a partir de 1995 houve o fortalecimento da Embratur como órgão planejador do desenvolvimento turístico nacional.

O Brasil nunca teve uma política muito bem definida e orientada a este setor e, esta demasiada importância auferida à atividade turística vinculada ao terceiro setor da economia também é resultado da influência da racionalidade contemporânea mundial que alude ao setor uma excessiva perspectiva de crescimento e desenvolvimento econômico, mediante promessas de geração de empregos e de divisas.

- **Políticas Públicas de Turismo.**

A Política Nacional de Turismo no Brasil teve sua origem em 1966, ano em que foram criados o Conselho Nacional de Turismo (CNTur), e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Entretanto, até meados da década de 1990, a política nacional de turismo restringiu-se a uma política de incentivos financeiros e fiscais, reduzindo-se, na prática, à ampliação e melhoria de infra-estrutura hoteleira.

Em 1991 a Embratur foi reestruturada, passando de empresa pública para autarquia especial. Sua denominação foi alterada para Instituto Brasileiro de Turismo e passou a ter como principal finalidade “formular, coordenar, executar, e fazer executar a Política Nacional de Turismo”. (Cruz, 2000, p. 56-57).

Em 1992, mediante a Lei 8.181, ficou estabelecido como finalidade da Política Nacional de Turismo “o desenvolvimento do Turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional”. Embora implementada apenas em 1996, os diplomas legais estabelecidos em 1992, instituíram objetivos e diretrizes da PNT (Plano Nacional do Turismo), e normatizaram a atividade, do ponto de vista da regulamentação econômica do setor. (Cruz, 2000, p. 57, 60).

Uma das estratégias criadas em março de 1992, foi o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), sendo um programa desenvolvido e coordenado pela Embratur, mediante a adoção da metodologia da Organização Mundial do Turismo – OMT, com o propósito de implementar um novo modelo de

gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os Estados e Municípios³⁷.

Tinha como princípios orientadores:

- Descentralização (fortalecendo o Poder Público Municipal);
- Sustentabilidade;
- Parcerias (nas esferas do Poder Público Federal, Estadual, Municipal e iniciativa privada);
- Mobilização (estimulando a participação da comunidade);
- Capacitação (qualificação das pessoas envolvidas). (Embratur).

O PNMT propunha como objetivos:

- Fomentar o desenvolvimento turístico sustentável dos municípios, com base na sustentabilidade econômica, social, ambiental, cultural e política;
- Conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida da população e preservação de seu patrimônio natural e cultural;
- Descentralizar as ações de planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação, motivando os segmentos organizados do município a participar da formulação e da co-gestão do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Municipal;
- Disponibilizar, aos Municípios brasileiros com potencial turístico, condições técnicas, organizacionais e gerenciais para o desenvolvimento da atividade turística;
- Estimular o fortalecimento das relações dos diferentes níveis do poder público com a iniciativa privada, visando ao estabelecimento de parcerias para discutir os problemas e buscar soluções em benefício da comunidade. (Embratur).

O entendimento em relação ao termo “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável” implica na utilização dos recursos presentes, estabelecendo condições para que os mesmos continuem tendo uma utilização futura.

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) entende o desenvolvimento sustentável como:

“um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”. (CMMAD, p. 49, apud Ruschamnn, 1997, p. 109).

A prática do turismo sustentável, em suas mais variadas formas, prega a sustentabilidade e traz, intrinsecamente, estratégias baseadas na dinâmica local para

³⁷ Fonte: EMBRATUR. Diretrizes do Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Brasília, EMBRATUR, 1999. (<http://www.embratur.gov.br/br/conteudo/ver.asp?conteudold=184&id=217>). (consultados em 03/10/2004: 17:10).

o seu desenvolvimento. Tais estratégias valorizam a parceria entre diversos atores e associações.

Foi na Europa que primeiramente a noção de “turismo sustentável” começou a ser divulgada, cuja função era definir as novas formas de turismo que começaram a ser praticadas no continente, sob o rótulo de turismo alternativo (como o turismo rural, ecoturismo, turismo cultural), numa tentativa de reverter a estagnação socioeconômica e os processos de degradação ambiental já sofridos.

Alguns documentos foram elaborados para difundir tais estratégias e para divulgar a importância do turismo sustentável. Foram nestes documentos que o governo brasileiro se baseou para adotar o modelo para seu programa de municipalização do turismo.

Entretanto, o PNMT não conseguiu avançar ao ponto de materializar resultados concretos nas comunidades locais onde foi implementado, e assim o plano perdeu-se em sua própria estrutura e grandiosidade, não apresentando retornos satisfatórios.

Porém, um dos passos mais decisivos do setor turístico no Brasil ocorreu com a criação do Ministério do Turismo, instituído em 1º de janeiro de 2003, no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para re-direcionar o desenvolvimento da atividade turística no Brasil.

A estrutura interna do Ministério é composta por órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro além das unidades que trabalham em conjunto com o MTur: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e a Embratur.

O Ministério do Turismo tem a função de promover o desenvolvimento do turismo como agente de transformação, fonte de riqueza econômica e de desenvolvimento social, por meio da qualidade e competitividade dos produtos turísticos e da ampliação e melhoria de sua infra-estrutura.

Visa implementar um modelo de gestão pública descentralizada e participativa e que integra as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada, e tem como missão: “Desenvolver o turismo como uma atividade econômica

sustentável com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social. O Ministério do Turismo inova na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico”. (Ministério do Turismo)³⁸.

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo “subsidiar a formulação, a elaboração e o monitoramento da Política Nacional de Turismo” e tem a função de “Executar a política nacional para o setor, orientada pelas diretrizes do Conselho Nacional do Turismo. Faz a promoção interna e zela pela qualidade da prestação do serviço turístico brasileiro. Entre suas metas está a estruturação de produtos turísticos em cada estado brasileiro até 2007, usando a estratégia da regionalização” (Ministério do Turismo).

A Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo “subsidiar a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional” e tem como missão “Promover o desenvolvimento da infra-estrutura e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao turismo” (Ministério do Turismo).

As principais metas estabelecidas pelo Ministério do Turismo são: geração de empregos e ocupações, promover o aumento do número de turistas estrangeiros, gerar divisas e ampliar a oferta turística brasileira.

Com a criação do Ministério do Turismo, o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR, passou a cuidar exclusivamente da promoção do Brasil no exterior, sendo responsável pela promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos produtos brasileiros no exterior.

Para se alcançar as metas desejadas, o Ministério desenvolveu o Plano Nacional do Turismo (PNT), lançado oficialmente em 29 de abril de 2003, que inicialmente fixou diretrizes, metas e programas para o período de 05 anos, (de 2003 até 2007). O PNT constitui, portanto, um instrumento de planejamento do Ministério do Turismo, e tem como finalidade explicitar o pensamento do Governo e do setor

³⁸ <http://www.turismo.gov.br/>

produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do turismo nacional.

O PNT 2003-2007 estabelecia metas a serem alcançadas durante seu período de vigência, sendo elas: gerar cerca de 1,2 milhões de novos empregos e ocupações; aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil; gerar 8 bilhões de dólares em divisas; aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos; e ampliar a oferta turística brasileira mediante a criação de, no mínimo, três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal.

Para se alcançar esta última meta foi elaborado o Programa de Regionalização do Turismo, lançado oficialmente em abril de 2004, constituindo-se num modelo de gestão descentralizada, coordenada e integrada ao Macro Programa de Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, do PNT 2003-2007.

Um dos objetivos do programa é a desconcentração da oferta turística brasileira, localizada predominantemente no litoral, para propiciar a interiorização da atividade e a inclusão de novos destinos nos roteiros comercializados no mercado interno e externo. A regionalização propõe a ampliação das ações centradas nas unidades municipais.

O Programa de Regionalização do Turismo se apresenta como uma “evolução natural” do PNMT, pois, argumenta-se que, teoricamente, apenas após as unidades de base de cada região estarem bem estruturadas é que o desenvolvimento regional poderá ser efetivado.

O PNMT, portanto, está sendo substituído pelo Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, sendo uma nova proposta de gestão do turismo de forma descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.

Propõe transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada. Tem como diretrizes o Ordenamento,

Normatização e Regulação; Informação e Comunicação; Articulação; Envolvimento Comunitário; Capacitação; Incentivo e financiamento; Infra-estrutura; Promoção e Comercialização.

Para implementar o Programa de Regionalização, no ano de 2006 foram apresentados no Salão do Turismo - Roteiros do Brasil, 396 roteiros turísticos, envolvendo 1.027 municípios e 149 regiões turísticas. Dentre os roteiros apresentados, 87 (que contemplam 474 municípios e 116 regiões turísticas), se destacaram e se tornaram o alvo das atenções e atuações do Ministério do Turismo para obtenção de padrão de qualidade internacional.

Entre os 87 roteiros, destacaram-se 67 destinos (inseridos em 78 roteiros), e envolvem 105 regiões turísticas em todas as unidades da Federação. Estes destinos estão inseridos no plano de trabalho até 2010, para servirem de modelo de destinos indutores do desenvolvimento turístico regional.

Estes objetivos compõem a segunda fase do Plano Nacional do Turismo para o período de 2007-2010, lançado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob o lema "Uma Viagem de Inclusão - Turismo para todos", anunciando-se como um plano indutor do desenvolvimento, da inclusão social e da geração de emprego e renda no país, fazendo parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

Conforme divulgado, o PAC propõe uma parceria entre o setor público e o investimento privado num processo permanente de articulação entre os entes federativos.

De acordo com o Ministério do Turismo, no ano de 2006, por exemplo, os bancos públicos (BNDS, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia), concederam cerca de R\$ 2,2 bilhões em créditos para empreendedores do turismo.

São objetivos do PNT (2007-2010): fortalecer o turismo interno, promover o turismo como fator de desenvolvimento regional, assegurar o acesso de aposentados, trabalhadores e estudantes a pacotes de viagens em condições facilitadas, investir na qualificação profissional e na geração de emprego e renda e ampliar as condições para a promoção do Brasil no exterior.

Durante o período de 2007 a 2010 a proposta é focar destinos turísticos selecionados e que constituam indutores do desenvolvimento do turismo regional e da roteirização turística, de forma a gerar modelos e referências para os demais destinos turísticos do Brasil.

As metas estipuladas para o turismo no PNT (2007-2010) são:

META 1): Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno. (Esta meta se refere aos fluxos turísticos domésticos).

META 2): Criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações. (O conceito da meta refere-se ao número de empregos e ocupações diretos, formais e informais, gerados pelo turismo).

META 3): Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional. (De acordo com Programa de Regionalização do Turismo já citado anteriormente, estes destinos devem servir como modelos indutores para o desenvolvimento turístico-regional).

META 4): Gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas. (Esta meta refere-se exclusivamente aos valores registrados oficialmente pelo Banco Central do Brasil).

No intuito de melhorar o desempenho da atividade no país, diversos programas e ações estão sendo encaminhados de forma articulada, a fim de ampliar e consolidar gradativamente as relações entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil organizada. Neste sentido, o PNT (2007-2010) dá relevância, continuidade e aprofunda a política adotada, por meio da ação articulada de setores empresariais que compartilham com o governo uma dimensão institucional cooperada.

Desta forma, podemos constatar que as políticas públicas do governo brasileiro relacionadas ao turismo estão calcadas em propósitos economicistas que privilegiam a iniciativa privada mediante concessão de crédito e benefícios, com a argumentação do conseqüente crescimento e desenvolvimento que a atividade pode trazer.

Em Presidente Epitácio as obras realizadas pela CESP foram direcionadas às áreas consideradas atrativas para o crescimento do turismo, às margens do Grande Lago, privilegiando tais localidades. Torna-se interessante destacarmos que os

antigos ilhéus e ribeirinhos foram remanejados para áreas afastadas do rio, deixando claro o interesse pela apropriação destas áreas por setores estratégicos do ponto de vista econômico.

As obras na orla fluvial não apenas incentivaram o projeto do condomínio fechado (Portal do Lago), e o lançamento do loteamento Village Lagoinha, localizado entre o clube Thermas e o Figueiral, como também estimularam a instalação de pousadas de pesca.

O turismo de pesca esportiva tem se destacado em Presidente Epitácio e região. Antigos pescadores, inclusive, atualmente desenvolvem atividades relacionadas à pilotagem de barco e guias de pesca, levando os visitantes a pontos estratégicos para a pesca de cada tipo de peixe.

A pesca esportiva tem adeptos no mundo todo e é uma prática crescente nos dias atuais. Há, entretanto, uma legislação específica para esta prática, que será descrita com mais detalhes no próximo tópico. É importante, porém, apontar que a pesca sempre existiu em Presidente Epitácio, como prática profissional e de lazer. Porém, antigamente, ela se realizava de uma outra forma.

Para os pescadores profissionais singularizava sua sobrevivência, a atividade que garantia seu sustento. Para os pescadores amadores, representava uma prática prazerosa, como o próprio termo define, eram os amantes da pesca, os que nutriam um amor, uma “paixão”, pela atividade. Não havia uma legislação específica como há atualmente.

Com a normatização desta prática muita coisa mudou. É diferente a forma como eram realizadas as pescarias amadoras de antigamente, e como ocorrem hoje. Atualmente há uma gama de aparatos que acompanham sua prática, que propõem novos significados e valores simbólicos no seu exercício.

Rybczynski (2000, p.24-25) analisa este aspecto da vida moderna quando contempla fotos antigas de esquiadores as quais guardam a imagem de “grupos de pessoas que parecem estar com roupas normais e simples tábuas de madeira curva amarradas em suas botas firmes”. De acordo com a descrição do autor estas pessoas têm uma aparência agradável e relaxada. Em contra partida, continua, hoje todo

iniciante tem uma parafernália de esqui que o faz parecer um competidor das Olimpíadas. Rybczynski conclui que até mesmo um passatempo simples adquiriu uma preocupação demasiada com a roupa adequada a ser utilizada, com a terminologia correta e o uso dos equipamentos mais modernos, demonstrando, assim, a preocupação com o *status* e o consumo, e como o lazer passou a ser encarado de forma diferente do que havia no passado. (Característica da sociedade de consumo dirigido).

O autor continua sua reflexão constatando que antigamente a palavra *profissional* era usada para uma pessoa que recebia uma remuneração para exercer determinada atividade, que era paga para isto, ao contrário do *amador*, que como o próprio nome diz, era aquele que praticava por lazer, pelo prazer, porque simplesmente amava fazer aquilo.

Atualmente a palavra profissional tem, cada vez mais, uma conotação de quem tem alto grau de conhecimento e eficiência. Quando a imagem de um profissional é divulgada em fotos, cartazes e propagandas, todos os equipamentos e vestimentas que ele usa demonstram estas qualidades. Em contrapartida, as lojas e o comércio vendem equipamentos e roupas apropriadas para cada prática esportiva, idênticas ou semelhantes aos que os profissionais usam e, por sua vez, os consumidores querem adquirir equipamentos e roupas com a *qualidade profissional*. Não querem mais ter o estigma de *amadores*, também querem parecer profissionais. É a sociedade do parecer, pois não é mais necessário (ou suficiente) ser. O consumo transformou isto.

O amador, uma linda palavra que significa, literalmente, 'aquele que ama', foi rebaixado para um simples iniciante, ou alguém com alguma prática. Quando dizemos 'ele é apenas um amador', não há mais o mesmo sentido de antes, de um elogio. (RYBCZYNSKI, 2000, p. 25).

E neste sentido, algumas belezas simples da vida vão se desvanecendo, perdendo a essência e o conteúdo, mas a casca, a aparência, está sendo, a cada dia, melhor ornamentada.

Para o autor, a forma como vivenciamos nossa recreação, a obrigação de fazer as coisas direito e a importância das regras e da adequação, são um tipo de escravidão. Para ele, a visão tradicional do lazer é diferente da recreação que hoje se

faz. O lazer era uma oportunidade para atividades pessoais e não para uma diversão regrada. O lazer era para devanear e não para se exibir em público. Ao praticar um esporte, as pessoas o faziam pelo prazer do jogo, por gostarem de praticá-lo, e não para vencer, nem mesmo para jogar direito.

Qual seria, então, o verdadeiro significado do lazer nos dias atuais? Sua prática seria motivada pelo prazer, pelo gosto, ou pela posição que o indivíduo adquire mediante a competição? Ou pela imagem auferida àqueles que praticam tal atividade, por estar na moda, por promover *status*, destaque e primazia? Quais seriam os reais incentivadores da prática do lazer contemporâneo?

Qual o sentido do ciclo dias de semana e fim de semana? Será que é mais um sintoma da padronização e burocratização da vida cotidiana? Será que o fim de semana é apenas um golpe de marketing numa cultura materialista, um artifício para aumentar o consumo? Será que é um ilusório placebo para contrabalançar o tédio e a falta de motivação no trabalho? Ou será que se trata da tão anunciada 'Sociedade do Lazer'? (Rybczynski 2000, p. 26).

Embora os questionamentos do autor estejam mais direcionados às atividades realizadas no final de semana, e ao sentido deste ciclo de dias, tais argumentações podem ser estendidas a todas as práticas de lazer dos nossos dias. Qual seu significado e qual a razão de sua prática? Se deixou de ser um ato espontâneo e natural, quais são os mecanismos que engendram e aludem sua prática?

Com a institucionalização da Pesca Esportiva, através de regras e convenções em reverência à sustentabilidade e à preservação de espécies, a prática da pesca também sofreu mudanças. Evidentemente medidas preservacionistas são necessárias para frear as agressões contra o meio ambiente, entretanto, o que pretendemos destacar é como estes ideais perpassam pela ideologia do mercado e condicionam novas formas de consumo. São cooptados por discursos que pairam na superfície e não se aprofundam para desvendar a verdade, pois camuflam a realidade. Atrás do discurso do turismo ecológico, por exemplo, estão propósitos mais relacionados à busca de soluções da crise urbana do que em proporcionar novas oportunidades para os meios naturais.

Quanto à Pesca Esportiva, atualmente há comércios especializados na venda de equipamentos e "talhas" que fornecem uma gama de instruções para que o

praticante esteja apto para a pesca. Para cada espécie de peixe há um tipo específico de isca, varas, molinetes e carretilhas.

Como a legislação impede a pesca em determinados períodos do ano e restringe a quantidade e tamanho dos peixes, há um emaranhado de informações que orientam quanto aos anzóis e iscas mais apropriadas a cada espécie, no intuito de não machucar o peixe antes de devolvê-lo às águas.

Há um movimentado mercado de artigos para pesca que implica no desenvolvimento de características diferenciadas e especiais. Existem iscas, por exemplo, que se desconectam do anzol quando o peixe é fisgado, permanecendo solta na linha e fora da boca do peixe, poupando a isca e permitindo substituir o anzol, caso quebre, entorte ou enferruje. Algumas iscas, em formato de peixe, quando são arremessados na água, “nadam” a mais ou menos um palmo abaixo da superfície, causando turbulência na água e atraindo determinadas espécies, como o tucunaré.

Para minimizar a fadiga do animal e permitir sua soltura de forma mais adequada há, também, instruções para o manejo correto da retirada da água e do tempo hábil para cada espécie. Enfim, são inúmeras as regras que dão suporte técnico aos praticantes da pesca, para que se enquadrem nos moldes estabelecidos.

A prática da pesca esportiva encontra-se engajada nas diretrizes da ‘consciência ecológica’ e ‘sustentabilidade’, termos tão divulgados na atualidade e intrinsecamente relacionados à racionalidade contemporânea, que, entretanto, são capazes de desviar a atenção do âmago da problemática, dos verdadeiros responsáveis e das coerentes possibilidades. O fato é que o novo significado dado à natureza gera um novo mercado turístico, onde os indivíduos ficam submetidos ao desejo de “retorno à natureza” e se inserem nela com o propósito de não depredá-la, modificá-la ou deformá-la. A experiência deste retorno se dá de forma turisticamente organizada onde determinadas atividades são “selecionadas” para serem praticadas em pontos seletivos do espaço.

Neste sentido, surge a denominada segmentação do mercado turístico, capaz de atrair demandas específicas para a prática de atividades seletivas e organizadas

em forma de entretenimentos, cujos agentes organizadores agregam recursos e interesses comuns.

O Brasil possui uma vasta área costeira e inúmeros lagos e rios navegáveis e propícios à prática da pesca. Diversas cidades litorâneas entraram no rol de opções para o turismo de pesca.

A pesca esportiva cresceu vertiginosamente nos últimos anos, sendo uma das atividades de lazer mais praticadas no mundo. De atividade de lazer transformou-se numa indústria forte que movimenta milhões de dólares em segmentos diversos. Um dos países que mais incentivam a pesca esportiva são os Estados Unidos e, de acordo com o IBAMA, movimenta cerca de 40 bilhões de dólares por ano neste segmento. Tais números despertam o interesse pela atividade.

A seguir faremos uma breve abordagem acerca da atividade turística, por julgarmos pertinente à continuidade desta análise.

• O Turismo e o Lazer no Cotidiano Urbano: Uso e Alienação do Território.

Turismo – Fenômeno Mundial Contemporâneo.

As transformações mundiais das últimas décadas instauraram novas diretrizes e metas econômicas, sociais e políticas, intensificaram e estabeleceram novas atividades e processos produtivos e alteraram, desta forma, a dinâmica das relações intra e entre os países e regiões.

A conjuntura social e econômica do capitalismo contemporâneo é fruto, principalmente, do intenso e progressivo intercâmbio econômico internacional, que estampou com novas cores o palco das relações mundiais, causando incertezas e indefinições.

Na medida em que as conexões internacionais e regionais foram se tornando mais intensas, novos elementos e valores foram agregados à economia local e novos vínculos territoriais foram estabelecidos, resultando numa reestruturação dos espaços em escalas mundiais. Ou seja, surgiu uma nova forma de organização do

território, vinculada às novas articulações econômicas presentes num mundo globalizado.

A vida cotidiana passou a ser influenciada pela nova conjuntura organizacional, de forma que as relações tornaram-se mais intensas e o fluxo de pessoas e de capitais, mais dinâmico.

As mutações econômicas instauraram novas formas de articulações entre setores e territórios, aumentando a necessidade das localidades, em diversas escalas, de se firmarem econômica, política e socialmente.

De acordo com Benko (2001, p. 07), “Nós passamos, ao longo do último quarto do século XX, de um sistema econômico internacional a um sistema econômico global. Trata-se de uma importante mutação geopolítica das condições de produção, de competição e de interdependência”.

O processo de globalização acarretou diversas transformações no mundo contemporâneo, política, social e economicamente. Diniz (2001, p. 02) afirma que:

O fenômeno contemporâneo denominado globalização vem alterando profundamente as estruturas produtivas, as relações técnicas e sociais de produção e os padrões organizacionais e locais. Esse processo é o resultado e condicionante das aceleradas e radicais mudanças tecnológicas, determinadas pela competição capitalista, sob a liderança da tecnologia da informação e da sociedade do conhecimento.

Para Santos (2001, p. 24), “a globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”.

Neste novo contexto mundial, a concorrência tornou-se mais acirrada e intensificou-se a competição e a luta de países e regiões pela inserção na economia global.

As dificuldades enfrentadas pelos países de economia fragilizada são intensificadas pela ineficiência ou carência de mecanismos adequados para identificação de fatores e dos recursos necessários para seu fortalecimento. Inúmeras alternativas têm sido apontadas no intuito de promover o desenvolvimento econômico local e a inserção aos mercados, entretanto, nem sempre o que é proposto se estabelece como solução viável às crises.

Países e regiões buscam meios e possibilidades de inserção social e econômica, num mundo cada vez mais caracterizado pela concorrência e competitividade, na tentativa de promover uma comercialização cada vez mais dinâmica e intensa de seus produtos e recursos.

Para Santos (2001, p. 46),

Neste mundo globalizado, a competitividade, o consumo, a confusão dos espíritos constituem baluartes do presente estado das coisas. [...]. Agora, a competitividade toma o lugar da competição. A concorrência atual não é mais a velha concorrência, sobretudo porque chega eliminando toda forma de compaixão.

Dentro deste contexto, surge a discussão quanto à importância do desenvolvimento local e, paralelamente, o incentivo à implementação de determinadas atividades econômicas capazes de promover o desenvolvimento almejado.

O turismo se apresenta como uma destas atividades, por movimentar uma gama significativa de valores financeiros, por ser condizente com as transformações e com a nova conjuntura mundial, por representar uma possibilidade para o desenvolvimento e inserção do local nos mercados e na economia mundial e por caracterizar-se como uma atividade vinculada à conduta capitalista de intercâmbios e consumo.

O turismo é uma atividade complexa, que envolve movimento de pessoas e intercâmbio de culturas e valores. Está muito além de ser uma simples atividade econômica, que gera crescimento financeiro ou promove aumento de oportunidades de trabalho.

“A importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado, e mais na sua incontestável capacidade de organizar sociedades inteiras e de condicionar o (re)ordenamento de territórios para sua realização”. (CRUZ, 2000, p.08).

Diversas esferas da vida humana, direta ou indiretamente, são afetadas ou influenciadas pelo crescimento da atividade turística, pois, além de interferir em ambientes naturais, também altera relações sociais, culturais, históricas, políticas e econômicas.

De acordo com Andrade (1998, p. 18) “o fenômeno turismo, em sua concepção pura, é um deslocamento realizado por prazer a locais que despertem algum tipo de interesse objetivo ou subjetivo”.

A história da humanidade testemunha a capacidade do homem de transpor seu território em busca de novos lugares, sendo esta prática inerente à sua própria existência. Entretanto, o deslocamento turístico conforme sua atual conotação e conceituação, somente se consolidou mediante uma sociedade de consumo de massa, instaurada particularmente pelo sistema capitalista de produção firmada a partir da Revolução Industrial.

Com o avanço tecnológico e o aprimoramento dos meios de comunicação e transporte, foram rompidas as barreiras do tempo e do espaço, facilitando o deslocamento humano em dimensões inimagináveis em épocas mais remotas, revestindo o período contemporâneo com uma “certa roupagem imediatista”.

O processo de globalização, que reduziu o tempo para se percorrer as distâncias e favoreceu a flexibilização das fronteiras entre os países, também promove e incentiva o acesso a informações, aguçando o interesse por localidades até então desconhecidas, e dando origem a novas práticas de lazer e entretenimentos, intensificando, cada vez mais a prática do deslocamento.

De acordo com Rodrigues (1999, p.17),

O Turismo é, incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais. Movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e capital, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados.

Enquanto atividade econômica, diversas regiões apontam o turismo como a alternativa necessária e indispensável para promoção do desenvolvimento local, despertando interesses e investimentos do poder público e da iniciativa privada, que depositam na implementação da atividade a garantia do retorno rápido e satisfatório de seus investimentos.

Todavia, o crescimento econômico oriundo da prática do turismo não implica necessariamente no desenvolvimento local, nem traduz a melhora da qualidade de vida de sua população.

A atividade turística está atrelada aos fatores econômicos, sociais e políticos dos lugares onde se insere, e no caso brasileiro, isto se torna bastante relevante uma vez que o país convive com uma infra-estrutura urbana precária, com miséria, violência, falta de segurança pública, tráfico de drogas, péssimas condições de saúde pública, ineficiências ou falta de investimentos no setor educacional, enfim, condições inapropriadas em diversos setores, inclusive no que se refere a algumas condições básicas de sobrevivência.

Desta forma, o investimento para o desenvolvimento da atividade turística, muitas vezes, implica numa grande reestruturação do local, de forma a garantir uma infra-estrutura básica necessária para que a atividade possa se desenvolver. Em alguns casos, com a implementação da atividade turística, determinados problemas poderão ser solucionados, uma vez que gera empregos, movimentando diversos setores e cria novas oportunidades.

Entretanto, não garante uma distribuição justa e igualitária para todas as camadas da sociedade local, instaurando, em muitos casos, a segregação espacial e exclusão social, dificultando o aproveitamento da atividade para um efetivo desenvolvimento local.

Por outro lado, a apropriação do espaço pelo turismo resulta na inserção de novos elementos e valores no território, que passa a ser (re)ordenado mediante uma outra lógica de organização, podendo resultar em novas formações sócio-espaciais.

Entretanto, não apenas o espaço como também outras características elementares do cotidiano são capturadas pelos interesses econômicos vinculados à atividade turística e submetidas à condição de mercadoria.

As especificidades locais e as singularidades culturais podem entrar no jogo de interesse do capital mediante a elaboração de alegações de caráter fortemente discursivo. Neste sentido, tais alegações são criadas fornecendo um conjunto de práticas culturais historicamente construídas, e têm como intuito essencial deter o poder do capital simbólico coletivo vinculado a um determinado local.

Conforme afirma Harvey (2005, p.233), “o que está em jogo é o poder do capital simbólico coletivo, isto é, o poder dos marcos especiais de distinção

vinculados a algum lugar, dotados de um poder de atração importante em relação aos fluxos de capital de modo mais geral”.

Embora o contexto aqui descrito por Harvey, não se limite apenas ao setor turístico, mas à lógica do sistema capitalista como um todo, queremos destacar que o setor turístico possui esta característica em sua essência. Ou seja, elementos da cultura local, vinculados à prática culinária, às danças, festas e demais manifestações, são abarcados por uma lógica discursiva capaz de estabelecer critérios de originalidades e singularidades, com o objetivo central de colocar tais manifestações como objetos ou mercadorias à venda, prontos para serem escolhidos e consumidos. Assim, são explorados os valores de autenticidade, da história, da cultura e das memórias coletivas.

Desta forma, determinadas localidades são veiculadas como “paraísos” ou “lugares únicos”, que devem ser visitados e apreciados, por suas características “tradicionais” e por seus elementos “típicos” e “exóticos”. Exalta-se o local, com um fim essencialmente economicista.

O turismo e a apropriação do espaço.

O turismo como atividade econômica e prática social, se apropria e consome espaços, aproveitando-se do mesmo pelo valor paisagístico que oferece, e das condições ambientais específicas que prevalecem em cada localidade (como clima, vegetação, relevo, etc.).

O principal objeto da atividade turística é o espaço, sendo este produzido e transformado em mercadoria a ser consumida, pois a prática do turismo implica na permanência, embora temporária, no lugar específico onde se encontram os atrativos e os demais elementos necessários à existência da atividade.

O espaço apropriado para a prática do turismo traz modificações ao mesmo, pois introduz novos elementos e códigos, muitas vezes estranhos ao local, transformando os territórios para o seu uso e, concorrendo assim, com outros usos do território.

Pela capacidade de criar e transformar espaços, a atividade turística pode promover a valorização de determinadas porções do território, áreas estas que talvez não seriam valorizadas se nelas não fosse introduzido um novo valor de uso, vinculado à atividade turística.

Para Carlos (1999, p. 11), “o espaço é o lugar onde se manifesta a vida, sendo condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade”. Desta forma, a apropriação do espaço pelo turismo, e a conseqüente introdução de uma nova lógica na organização do mesmo, muitas vezes estranha ao lugar, pode implicar em confrontos diversos.

A grande crítica existente sobre a intervenção da atividade turística nos espaços, diz respeito principalmente, à apropriação e transformação da paisagem em mercadoria, dando-lhe uma roupagem repleta de símbolos e significados construídos segundo a ótica de interesses mercadológicos e de consumo.

A paisagem passa a ser considerada como patrimônio, a partir do processo da monumentalização, de forma que os elementos da paisagem são tomados e transformados em fetiches sacralizados, dotados de valores próprios, como se fossem autônomos, imutáveis, independentes das contingências da vida sócio-cultural, independentes, também, do próprio contexto ambiental. Esta transformação da paisagem em mera mercadoria, pode esvaziá-la de sua concretude e densidade próprias, reduzindo-a a meros símbolos abstratos, que podem ser selecionados e recombinaos infinitamente, segundo interesses imediatos ou predominantes. Desta forma, a paisagem se transforma num espetáculo que facilmente desliza para a retórica de consumo. (Meneses, 2002).

Meneses (op. cit) destaca a avidez do olhar turístico pela novidade, pelo diferente e extraordinário. Entretanto, como tais características proporcionam maior dificuldade de assimilação, o recurso utilizado, muitas vezes, é a fetichização da paisagem e dos comportamentos diferenciados locais, como forma de se vestir, de falar e de se alimentar, com o estigma do *típico*, transcorrendo-se à paisagem típica, trajes típicos, fala e comportamentos típicos, criando-se estereótipos desvinculados de sua historicidade, transformando-os em mercadoria estável, transparente e de

fácil digestão. Em relação à paisagem urbana, segundo o autor, quando uma cidade se reduz ao jogo da pura imagem (cidade-espetáculo), se vincula intimamente com a lógica do consumo e a venda de estilos de vida para o tempo de lazer.

Um outro aspecto que deve ser analisado diz respeito às normas ou padrões que são seguidos quando da apropriação do espaço e transformação do território para o turismo. Devido à preocupação de se estabelecer e manter determinadas tendências contemporâneas de gostos e exigências, os locais são revestidos de características e formas comuns, tendendo à uma certa homogeneização globalizada, em detrimento às especificidades que tornam única, cada localidade, pois é pela repetição que o capitalismo se reproduz.

Conforme afirma Silveira (2002, p.41) “[...] é preciso considerar os discursos e as imagens que participam da produção do turismo. A construção da imagem revela a globalização dos códigos culturais, das necessidades e dos gostos”.

Segundo a autora, a forma global de produção do espaço para fins turísticos busca homogeneizar as imagens do lugar, de forma que, tomam-se da paisagem local os elementos de um código universal, para depois desenvolver uma necessidade de consumo globalizado.

“Os investimentos em turismo – os grandes projetos turísticos – podem, ao mesmo tempo, **destruir as diferenças dos lugares, homogeneizar as paisagens**, e, a longo prazo, esgotar os significados dos lugares desejados” (SILVEIRA, 2002, p. 48). (Grifo nosso).

O Brasil, por sua vasta extensão territorial, é dotado de uma variada e bonita natureza, de forma que diversas localidades têm sido apropriadas pela atividade turística, tendo seus ambientes modificados e estruturados conforme as exigências e expectativas estipuladas pelo “mercado turístico”. Desta forma, as paisagens passam por arranjos de formas em função das práticas turísticas, numa tentativa de reproduzir os signos que já fazem parte do imaginário de turistas efetivos e potenciais.

A apropriação do espaço pelo turismo pode aniquilar paisagens tradicionais, bem como referências naturais e históricas.

Entretanto, a ênfase principal desta discussão não se centra especificamente e tão somente da apropriação da paisagem ou do espaço pela atividade turística, e sim, pela forma ou pela lógica como, direta ou indiretamente, ocorre tal apropriação e transformação.

A instalação de objetos e o delineamento de uma localidade com arranjos espaciais que induzam a uma estética mais harmoniosa e que tendem ao “embelezamento” da paisagem pode ser bastante benéfico não só para os visitantes, mas também para seus residentes. Entretanto o que se verifica na prática é uma disparidade contraditória e incoerente resultante da incoerência dos investimentos realizados, que privilegiam determinadas áreas e setores em detrimento das reais necessidades da população as quais resultariam numa melhor qualidade de vida das parcelas mais carentes e esquecidas.

As prioridades dos investimentos se centram nas potencialidades de retorno financeiro que determinadas áreas podem proporcionar com o aumento das visitas turísticas e conseqüente incremento do consumo de produtos e serviços.

O propósito central se desvanece e as prioridades se invertem, pois o meio se transforma em fim (em si mesmo). Ou seja, o investimento público em infra-estrutura ou em qualquer outra edificação deveria vislumbrar em primeiro plano (ter como propósito central) a melhora das condições de vida de sua população, sanar as carências básicas e proporcionar meios para seu próprio crescimento. A construção de áreas de lazer e entretenimento deveria privilegiar seus moradores e incentivar o convívio e o encontro entre eles. A visita turística deveria surgir como conseqüência, em virtude do ambiente prazeroso existente, o qual seria primeiramente usufruído por quem nele convive.

Na prática o que ocorre é o contrário. Criam-se ambientes para serem visitados e se expulsa os moradores locais para que não atrapalhem o desenvolvimento da atividade. Em contrapartida torna-se necessário a divulgação e o convencimento da idéia de que tal atividade trará os benefícios e os recursos financeiros necessários para a melhoria de vida local. Assim o turismo de torna a grande “vocaçãõ”, e todos, de uma forma ou de outra, acabam se submetendo a este ideal.

O fato é que, quase sempre, a produção do espaço para o uso turístico se dá à revelia, privilegiando interesses particulares conectados a propósitos econômicos, não sendo embasados pelo conteúdo histórico e cultural do lugar e não valorando suas características fundamentais, de forma que a população nativa, num novo contexto sócio-geográfico, já não se sente mais pertencente ao local.

De acordo com Yazigi (1999, p. 133-134),

Para o residente, a paisagem é virtualmente conclamada a desempenhar várias funções: a de espaço mediador para a vida e as coisas acontecerem; a de referências múltiplas (geográficas, psicológicas, informativas...); a de fonte de contemplação; a de fonte de inspiração; e a de alimento à memória social, através de todas as suas marcas. Ela é a essência cotidiana do habitante. Portanto, é preciso ter claro que a paisagem interessa, primeiramente, a seus próprios habitantes, e que só uma relação de estima deles para com ela é que despertar-se-á o interesse dos visitantes e turistas.

Para o autor, quando as características fundamentais do local são desprezadas, a “essência” do lugar torna-se desfigurada e descaracterizada, desestimulando a própria razão de ser da visitação – a busca do diferencial.

Além da paisagem, são alteradas também, as relações sociais dos moradores, de forma que se desvinculam de suas atividades tradicionais para empenharem-se às relacionadas à indústria ou à prestação de serviços. É o caso, por exemplo, de antigos pescadores de regiões ribeirinhas, que se transformam em barqueiros para o turismo, ou dos artesãos, que descaracterizam seus trabalhos manuais a partir de processos mais padronizados de fabricação (muitas vezes industrializando-os) ou, simplesmente, em detrimento a esta atividade, incorporam-se como trabalhadores de hotéis ou similares.

Segundo Rodrigues (1999, p. 62),

Ao se destruir as atividades que eram consideradas “bucólicas”, altera-se, também, as relações anteriormente existentes com a natureza e o meio, de forma que, em pouco tempo, muitos lugares deixam de ser “ideais” para o turismo. Para a autora, ao se produzir um espaço para ser consumido como lugar turístico, destrói-se as próprias condições que deram origem a esta “mercadoria”. (Grifo nosso).

Todavia, é necessário reconhecer que toda e qualquer atividade humana que se estruture e se desenvolva seguindo critérios e lógicas de exacerbação do consumo, com visões restritas e reducionistas, vinculadas prioritariamente à apropriação de

recursos financeiros, apresentam resultados desastrosos, desestruturando relações sociais, descaracterizando culturas e destruindo ambientes naturais.

As relações sociais humanas são dinâmicas e as mudanças são frutos naturais desta própria evolução. Não se trata, portanto, da tentativa de se “congelar o tempo no espaço”. Todavia, torna-se cada vez mais imprescindível a necessidade de se atenuar os tipos de agressões já assistidas, dando um novo direcionamento às ações, de forma que sejam impulsionadas por interesses mais coletivos e gerais, e evitando que danos irreversíveis se instalem.

A apropriação do território (ou de parte dele) para o uso turístico faz parte da lógica do sistema capitalista de produção, a qual estabelece a funcionalização dos lugares e dos objetos, sendo a função primordial a obtenção do resultado excedente de capital ou a realização do lucro.

De acordo com Cruz (2000, p. 09), o modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende, também, da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. Na ausência de política pública, o turismo se dá à revelia, ou seja, ao sabor de iniciativas e interesses particulares.

No caso específico do nosso objeto de pesquisa, resta-nos melhor compreender como se tem dado este processo. Quem são os principais agentes e atores sociais envolvidos e quais são os interesses que estão em jogo.

- **A realidade atual e as possibilidades do presente.**

A vida dos Pescadores.

O tucunaré é um peixe predador de águas lentas, originário da Bacia Amazônica que fica normalmente em estruturas submersas, como vegetação ou tocos de árvores à espreita de peixes pequenos dos quais se alimenta, sendo o movimento da isca o que o instiga a atacar. Após o represamento do Rio Paraná, o tucunaré é o peixe que mais se destaca nesta região.

De acordo com o Sr. Carlos Roberto Gone, representante da associação dos pescadores “Colônia de Pescadores Z-24 Jorge Tibiriçá, de Presidente Epitácio”, o

Tucunaré, assim como a Corvina, considerados peixes “exóticos”, não são nativos da região e foram trazidos após a formação da represa.

Antigamente os peixes de corredeira, que desovam em rio e se procriam através da piracema, como o Jaú, Pacu, Dourado e o Pintado eram abundante neste trecho do Rio Paraná. Com a falta de corredeira e de alimentos, estes peixes praticamente “desapareceram” na região. Considerados como peixes nobres propiciavam uma pesca de maior valor aos pescadores, portanto, bem mais vantajoso. Estes peixes não procriam em lago, portanto não são mais encontrados no local, o que resulta em perda ambiental e numa grande desvantagem comercial para os profissionais da pesca, pois as espécies existentes hoje, são comercializados por um valor bem inferior. Enquanto os peixes nobres seriam vendidos em torno de R\$ 10,00 o quilo, o Tucunaré e o Corvina são vendidos a R\$ 3,00 ou R\$ 4,00 o quilo.

Tal situação tem forçado a família dos pescadores, como mulheres e filhos, a se engajaram na pesca ou em outras atividades para manter o mesmo ganho familiar, ou seja, mais pessoas têm de trabalhar para ganhar a mesma coisa que outrora uma única pessoa conseguia com a pesca, o que significa que os pescadores tiveram de se adaptar a um novo modelo de pesca de menos valor.

De acordo com o Sr. Carlos, os peixes colocados no lago, provenientes de outras bacias, prejudicam o ambiente aquático, pois são predadores e comem os alevinos de outras espécies, que vão se tornando escassas. Esta situação prejudica os pescadores, porém, incentiva o turismo de pesca, pois o Tucunaré e a Corvina são espécies muito apreciadas pela prática de pesca esportiva.

Para minimizar a escassez de peixes em virtude da subida das águas foram introduzidos alevinos criados em cativeiro para repovoar da lagoa. A soltura de alevinos é uma prática tradicional de repovoamento de reservatórios, na tentativa de resolver o problema da falta de peixe. Entretanto, conforme as pesquisas da bióloga Dr^a Emiko K. Resende³⁹, esta medida pode ser ilusória, pois trás soluções paliativas e resultados pouco eficazes.

³⁹ 25/6/2005 - A utopia do repovoamento dos rios:
http://www.ecoinforme.com.br/main_noticia.asp?id_noticia=352&id_tipo_noticia=25&id_secao=88

A bióloga e atual pesquisadora do Embrapa no Pantanal cita pelo menos dois aspectos que demonstram a ineficiência deste procedimento.

A primeira questão está relacionada à baixa variabilidade genética das espécies criadas em cativeiro. Isto porque a criação em cativeiro decorre freqüentemente de um único casal ou de poucos casais e, portanto, as introduções aleatórias de alevinos cultivados podem levar à redução desta variabilidade e, eventualmente, comprometer a sobrevivência da espécie. Com as populações naturais isto não ocorre porque são provenientes de muitos casais que se reproduzem na natureza e selecionados pelas condições naturais do ambiente, portanto, possuem grande variabilidade genética.

A segunda situação refere-se à introdução de doenças e parasitas inexistentes anteriormente no meio natural, pois a criação em cativeiro, em alta densidade, é extremamente propício à propagação de parasitas e ao aparecimento de doenças. Vários tipos de parasitas podem se desenvolver dando origem a pragas de difícil erradicação e causando grande mortandade de peixes.

Em decorrência das mudanças do ambiente aquático no trecho do represamento do Rio Paraná, surgiram em demasia na represa os mexilhões dourados. De origem Asiática este molusco chegou provavelmente à América Latina por meio da água de lastro⁴⁰ de navios, atingindo primeiramente a Argentina e depois o Brasil.

Atualmente estes moluscos, que vivem como parasitas, têm agravado ainda mais a vida dos ribeirinhos. Como estão numa quantidade excessiva, qualquer embarcação ou objeto que permaneça por um período prolongado nas águas fica tomado por tais moluscos. Podem provocar o desaparecimento de espécies nativas e fortalecer outras espécies que o usam como principal fonte de alimento. Desta forma, sua presença provoca alterações tróficas no ambiente, pois modifica a cadeia alimentar e altera a composição de espécies de invertebrados do ambiente aquático.

Os peixes que se alimentam do mexilhão podem funcionar como transportadores do mesmo, levando-o para outras áreas. Por outro lado, o organismo

⁴⁰ Água que é colocada nas grandes embarcações para oferecer equilíbrio quando não têm cargas a transportar.

dos peixes que se alimentam do molusco não consegue quebrar a casca que o envolve. Assim, os peixes sentem-se alimentados quando na verdade não estão, pois não comeram nada. Como não crescem adequadamente geram desequilíbrio ao ecossistema e prejuízo pescadores e criadores de peixe.

Os mexilhões dourados são também considerados como filtradores, ou seja, absorvem o que há de bom na água e eliminam o que ela apresenta de ruim. Assim, diminui a quantidade de alimento para outros indivíduos e aumenta a concentração de substâncias malélicas na água.

O molusco possui um crescimento rápido e alta taxa de reprodução, desencadeando grande densidade populacional. Alastra-se rapidamente ocupando todo espaço que lhe for disponível e se agrega a todo o tipo de superfície, causando grandes danos ecológicos, econômicos e sanitários.

Obstrui tubulações, prejudica o funcionamento de equipamentos submersos e promove o entupimento dos sistemas de refrigeração de turbinas, afetando diretamente o exercício das usinas hidrelétricas. Enfim causa uma série de problemas relacionados aos recursos hídricos.

A CESP, inclusive, vem sofrendo com esta situação, uma vez que as turbinas da usina ficam entupidadas pelos mexilhões, exigindo uma manutenção constante. Pesquisas estão sendo realizadas no intuito de descobrir a principal causa deste desajuste ambiental. O que se constata é que não existiam antes da formação do Lago. Possivelmente as mudanças no ambiente aquático favoreceram sua proliferação.

O lago formado possui uma vasta extensão. Na imensidão destas águas as pequenas embarcações tornaram-se frágeis. Grandes dificuldades enfrentam os pescadores em períodos de chuva e vendavais. Como o Estado de Mato Grosso do Sul possui um relevo bastante plano, os temporais se formam e se aproximam com muita rapidez, levantando ondas de até três metros de altura. Dependendo do local onde as embarcações se encontram, torna-se muito difícil e demorado chegar às margens. Pescadores e piloteiros têm de ficar atentos. Já houve casos de pescadores experientes morrerem afogados, inclusive conduzindo turistas, por não conseguirem

escapar da austeridade do tempo. Quando o vento está mais forte, a pesca é interrompida e os pescadores não saem a bote.

Quando o volume das águas era menor e as margens mais próximas este problema não ocorria. Por outro lado, cada pescador tinha seu próprio ponto para a pesca, nas lagoas e ilhas que existiam. Atualmente com o volume de água ficou mais complicado definir os locais ideais para a pesca. Nos locais das ilhas que ficaram submersas, em virtude da decomposição do material orgânico, a qualidade da água é comprometida e imprópria para determinadas espécies, prejudicando as condições para pesca.

Outro agravante para os profissionais da pesca se refere à legislação quanto ao tipo de malha liberada para uso. Conforme afirma o Sr. Carlos, atualmente somente está permitida a utilização da malha 14 para cima, apropriada para pesca de peixes maiores. Entretanto hoje no lago as espécies existentes são de menor porte, o que prejudica a pesca dos profissionais. Esta medida foi adotada pela Prefeitura Municipal em conjunto com o Ibama, na época do auge das crises com a CESP, quando houve grande pressão para se fechar a pesca profissional na região. Quando esta legislação foi estabelecida, os pescadores não foram consultados, portanto foram surpreendidos com tal decisão.

De acordo com o Sr. Carlos este período foi de muita tensão para os pescadores, pois foram fortemente criticados pela imprensa local e regional, mediante propagandas que divulgavam tal atividade como predatória e criminosa. Quando as águas começaram a subir a pesca ficou bastante comprometida. Foram espalhados cartazes e faixas pela cidade acusando os pescadores por promover tal devastação. Até mesmo a população de Presidente Epitácio se opôs à atividade, acreditando que a pesca predatória seria a principal causa desta situação, recaíndo, assim, a culpa sobre os pescadores. Nas palavras do Sr. Carlos, os pescadores passaram por um “massacre violento” na ocasião, “havia faixas espalhadas pela cidade dizendo: *o pescador profissional é criminoso, é predador, é bandido ...*”. “A CESP fazia as barbaridades, mas a gente levava a culpa”.

Conforme citado pelo Sr. Carlos, atualmente Presidente Eptácio possui aproximadamente 600 pescadores, entretanto, recebe, em média, cerca de 5.000 turistas a cada final de semana. Conforme seu desabafo, a atividade turística não entra nas estatísticas quando se refere à extração dos peixes. *“Se em cada final de semana cada turista que visita a cidade retirar em média 10 kg de peixe, considerando apenas a quantidade legalizada, quanto isto não representa no total dentro de um mês? Quantidade maior que o correspondente à pesca profissional, porém não é computado, e nós levamos a culpa, somos tachados de predador...”*.

Para o presidente da Associação dos Pescadores, em Presidente Eptácio como em outras cidades ribeirinhas, há uma *“briga política onde se dá mais ênfase ao turismo do que aos pescadores, pois o turista trás dinheiro à cidade, os pescadores não”*. Segundo seu depoimento, há uma grande pressão da prefeitura e do comércio local privilegiando a atividade turística em detrimento ao profissional da pesca. Com a subida das águas os pescadores foram ferozmente prejudicados, e dificilmente conseguem ter suas reivindicações ouvidas, pois *“eles estão preocupados com o dinheiro que o turismo traz, não com a vida das pessoas que moram aqui”*.

Para os pescadores locais, conforme confessa o Sr. Carlos, toda mudança favoreceu a atividade turística, mas prejudicou em muito o morador local. Há pescadores em Presidente Eptácio que se dedicam à atividade há mais de 40 anos, e têm dificuldade em se engajar em outra atividade. Hoje se sentem coagidos e de certa forma abandonados, pois não vêem seus interesses sendo ouvidos. Além de todas as perdas sofridas, convivem atualmente com o descaso público e o desinteresse em prol de suas causas. Há processos ainda em andamento, entretanto a morosidade da justiça aliada aos fortes interesses dos opositores adia suas reivindicações.

Outra queixa dos pescadores está relacionada à conduta de alguns turistas que visitam a cidade. Quando encontram rede armada, muitos recolhem a tralha ou cortam a rede. Alguns o fazem para aproveitar o material, outros em nome da sustentabilidade e em respeito ao meio ambiente. Desconsideram, assim, o prejuízo que estão causando aos profissionais da pesca, que investem com dificuldade neste tipo de material para conseguir o seu sustento.

Atualmente alguns pescadores trabalham, também, como piloteiros de barco para a pesca amadora, entretanto, apenas os mais jovens conseguem se adaptar a esta atividade, representando a minoria dos profissionais. Para o Sr. Carlos isto ocorre porque o turista exige um atendimento específico e quer ser servido com diversos detalhes. *“O piloteiro tem de abrir a latinha de cerveja, de colocar a isca, tirar a isca, tirar o peixe, ... enfim, o pescador vira um escravo ..., e os mais velhos não conseguem se adaptar a este tipo de serviço”*.

Os piloteiros são contratados pelas pousadas que vendem seu serviço aos turistas. Assim, estão sempre subordinados à administração das propriedades privadas, não desempenhando esta atividade de forma autônoma. Na prática, trabalham para as pousadas, ganhando um percentual sobre o que elas lucram. Os piloteiros também são proibidos de fazer suas refeições junto com os turistas. Mesmo que haja insistência destes, eles evitam esta conduta, pois podem ser descartados pelas pousadas por este motivo.

Uma outra grande dificuldade enfrentada pelos pescadores atualmente é a carência de rampas gratuitas para a descida de barcos. Antigamente, além de morarem às margens do rio ou nas ilhas, ainda havia diversas rampas gratuitas na cidade. Atualmente, todas elas pertencem a pousadas ou propriedades particulares. Desta forma, todos os pescadores têm de pagar para colocar e para retirar suas embarcações da água. Isto representa um custo desnecessário e incoerente para quem sempre viveu da pesca.

Este fato prejudica também o lazer dos demais moradores, mesmo que não sejam pescadores. Não têm mais a liberdade e facilidade que tinham antigamente, quando podiam fazer seus passeios de barco ou pescar por diversão. É necessário pagar às pousadas particulares para poder usufruir daquilo que sempre tiveram direito. Desta forma, suas opções de lazer são restringidas.

Com a subida das águas, conforme já especificado nos capítulos anteriores, os habitantes das ilhas e os moradores das margens do rio foram transferidos para outras áreas. Alguns receberam glebas localizadas nas Agrovilas situadas no Distrito do Campinal. Outros foram indenizados com casa em determinados bairros na

cidade. Outros, entretanto, alegam que até hoje não foram indenizados pela CESP, como é o caso de alguns moradores que residiam na Reserva Florestal Lagoa São Paulo, que foram surpreendidos quando voltaram da pesca e constataram a destruição de seus ranchos.

Um bairro construído especificamente para o remanejamento dos pescadores ribeirinhos foi o Conjunto Habitacional Alto do Mirante II. Sua localização é totalmente incoerente, visto que se encontra no lado oposto ao rio, atrás do eixo urbano, demonstrando o descaso com a vida tradicional destes moradores. Para chegarem às margens do rio é necessário atravessar toda a cidade, como uma barreira a ser ultrapassada.

Fica evidente a contradição deste fato quando se analisa o mapa da cidade e constata-se que o município se prolonga desde a Foz do Rio do Peixe até a divisa com Teodoro Sampaio, estendendo-se longitudinalmente pela margem do rio, abrangendo uma extensão em torno de 103 km, toda navegável e propícia para a pesca. Obviamente há uma intensa área margeando o rio que poderia ter sido utilizada para indenização destes moradores.

Figura 53 – Mapa Aéreo: Localização do Bairro Conj. Habitacional Alto do Mirante II.



Fonte (Google Earth).

Para continuarem no exercício da pesca foram obrigados a adquirir um veículo automotor capaz de transportar suas embarcações até às margens do rio, além de serem obrigados a efetuar o pagamento às propriedades privadas para utilização das rampas de acesso. Tal situação revela as contradições de uma sociedade pautada por valores desconexos e interesses escusos, onde a influência dos detentores do poder e do capital sobrepuja a coerência e a inteligência humana. Resoluções ilógicas e incompreensíveis decidem por vidas alheias e lançam para além do limiar as arestas desfavoráveis, como resquícios desnecessários. A sociedade ultrapassa os limites da sensatez e da sobriedade e se embrenha por caminhos

contraditórios, estabelecendo o mundo às avessas como padrão de conduta e norma de comportamento. Onde estará a racionalidade humana?!

Conforme afirma Seabra (2004, p.183).

São os fundamento desiguais desta sociedade que explicam sua própria espacialidade. As contradições não resolvidas foram sendo acumuladas e permanecem nos fundamentos da existência de uns e de outros, e elas (as contradições), impõem, no âmbito do vivido, estratégias e lutas à sobrevivência no urbano porque, para permanecer habitante há que ser morador, há que ser aquele que usa, que delimita *territórios de uso*. Tanto que, à medida que a condição de pobre, como pobre urbano se definia, entre os mais ricos criou-se a necessidade de administrar a separação. (Seabra, 2004).

Alguns pescadores ainda residem na localidade constituída por pequenas casas de padrão popular. As ruas de terra vermelha, sem asfalto, a escassez de árvores, o excesso de poeira, a padronização das construções em lotes pequenos e “amontoados”, concedem ao local uma aparência desalentadora, imprimindo uma sensação de distanciamento, separação e ausência.

Muitos já se mudaram para as cidades vizinhas, como Panorama ou Paulicéia, em busca de localidades mais próximas à água, “*foram procurar a beira do rio*”, declaram alguns moradores. Conforme depoimento de residentes, na época em que foram transferidos para o bairro, alguns moradores das antigas ilhas sentiram-se tão angustiados que acabaram desfalecendo. Uma senhora idosa, que nunca saíra de uma das ilhas não suportou a mudança de vida, resistiu apenas 03 meses até ser encontrada por uma vizinha, solitária em sua sala. Contam que outro pescador se enforcou dias após sua mudança. São diversos os casos e muitas as histórias que desencantam a quem houve.

Segundo depoimento de alguns residentes há mapas oficiais que atestam que as ruas são asfaltadas embora não tenham asfalto. Isto porque a CESP já liberou verba para este fim, entretanto, não foram tomadas as devidas providências e o descaso continua.

Para o pescador Silvano Borges Almeida as perdas foram muito grande. Antigo residente da Reserva Florestal Lagoa São Paulo tinha o rio como seu quintal. Atesta que chegou a ficar quase dois anos sem ir à cidade, pois não havia necessidade. Declarou que na época “*não precisava de dinheiro para se alimentar, tinha*

muita opção de comida onde morava, dinheiro era só para gasolina do barco e roupa, do resto, tinha tudo que precisava no rancho". Criava animais, pescava e tinha árvores frutíferas à sua disposição, agora é necessário ter dinheiro para tudo, precisa inclusive manter um carro, que antes não era necessário, pois sem ele não se consegue levar o barco até o rio.

Desta forma, ter dinheiro hoje, tornou-se imprescindível para uma comunidade que outrora não de importunava com sua falta, uma vez que antes possuía os recursos que hoje são obrigados a comprar. Eram donos de seu próprio habitat, mesmo que repletos de extrema simplicidade. Hoje possuem uma moradia, distante de tudo de que necessitam. Não foi apenas um estilo de vida que lhes foi arrancado, mas as condições de continuar usufruindo das mesmas coisas, e de viver com os mesmos recursos que outrora. Hoje têm de adquirir com muita dificuldade o que antes naturalmente lhes pertencia. O trabalho que naturalmente realizavam para reproduzir a vida foi capturado.

Outro fator desfavorável aos profissionais da pesca diz respeito à falta de permissão para a venda dos peixes diretamente aos consumidores. Antigamente era permitido a venda na feira ou na rua, hoje porém, é proibido. Alguns se arriscam a fazê-lo ilegalmente para crescer seus rendimentos, entretanto, se forem fiscalizados, poderão ser seriamente advertidos ou punidos. Tudo que é pescado é vendido à peixaria local, que monopoliza a venda, tanto para os estabelecimentos comerciais como para os consumidores finais, inclusive para os turistas.

Antigamente, como o comércio de peixe era menos centralizado, havia vários estabelecimentos que serviam a tradicional peixada, prato bastante conhecido na região. Atualmente, são poucos os restaurantes que servem este prato a valores bastante expressivos, principalmente se comparado ao poder aquisitivo de maioria dos residentes.

Existe um projeto de quase 07 anos, já financiado pela CESP, porém em andamento ainda, para se construir um entreposto exclusivo para os pescadores. Funcionaria como uma cooperativa, onde os próprios pescadores legalmente teriam o direito sobre a venda de seus pescados. Segundo o presidente da Associação dos

Pescadores, embora a verba já tenha sido doada, não foi possível sua utilização até o momento por não haver um local apropriado para sua destinação. Conforme consta, a Prefeitura Municipal teria doado, neste semestre, um terreno para a devida construção, entretanto, como este é um ano de eleições municipais, somente poderão tomar posse e constatar a veracidade desta promessa no próximo ano.

O Cais do Porto.

A cidade de Presidente Epitácio teve sua origem em função do porto, e a potencialidade vinculada às condições fluviais existentes sempre influenciou sua história. Conheceu o apogeu econômico no período em que seu porto ocupava um lugar de destaque entre os portos brasileiros, em virtude do volume de cargas e passageiros que transportava, e pela localização estratégica que ocupa. Chegou a ser o segundo maior porto fluvial do Brasil, perdendo apenas para Corumbá/MS.

Em 1946 a Marinha do Brasil instalou em Presidente Epitácio a Capatazia da Capitania dos Portos do Rio Paraná, que funcionou até 14 de outubro de 1948 quando foi criada a Agência da Capitania dos Portos do Rio Paraná, subordinada à Capitania dos Portos do Estado de São Paulo, com sede em Santos. Em 23 de fevereiro de 1989, a Agência foi elevada à categoria de Delegacia, e a partir de 1994 passou a ser subordinada à Capitania Fluvial da Hidrovia Tietê-Paraná, de Barra Bonita. Em 1997 recebeu a denominação de Delegacia Fluvial de Presidente Epitácio pelo então ministro da marinha, quando foi ativado o 8º Distrito Naval, do qual faz parte. A Delegacia possui sob sua jurisdição 134 municípios, sendo 105 no Estado de São Paulo, 25 no Estado do Paraná e 04 no Estado de Mato Grosso do Sul.⁴¹

A atual sede administrativa da Delegacia Fluvial está instalada na Rua Porto Alegre, 14-71 e tem como principais atribuições velar pela segurança do tráfego aquaviário na hidrovia, salvaguardar a vida humana nas águas e prevenir a poluição ambiental proveniente de embarcações.

O porto de Presidente Epitácio foi originalmente construído em 1960 pela Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), com o principal objetivo de interligar o terminal

⁴¹ Dados obtidos no livro “História de Presidente Epitácio” – Benedito de Godoy, 2002.

ferroviário da antiga Companhia Paulista de Estradas de Ferro ao trecho do rio Paraná, entre Guaíra, no Paraná e Jupiá, na divisa de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Inicialmente administrado pela Fepasa, o porto teve suas atividades interrompidas em 1999, com o alagamento das áreas próximas ao antigo porto.

Um dos acordos firmados com a CESP previa a reconstrução dos berços de atracação. Entretanto a demora na conclusão e entrega da obra afastou empresas e investidores vinculados aos interesses do transporte fluvial.

Os píeres foram entregues apenas em 2003, quando a administração do terminal portuário foi oficialmente transferida para a Prefeitura Municipal de Presidente Epitácio. Hoje o porto é administrado pela ATEPPE (Administração do Terminal Portuário de Presidente Epitácio), Autarquia Municipal criada em 2003. Após nove anos de interrupção de suas atividades, o porto foi re-inaugurado em 25 de abril de 2008.

Como o transporte fluvial sempre teve uma participação especial na economia da cidade, são grandes as expectativas em torno da reabertura do porto. De acordo com a direção da ATEPPE há demanda para o escoamento de produtos, principalmente as safras de milho e soja vindas de Mato Grosso do Sul e o trigo vindo do Paraguai. Há, também, possibilidades da empresa Rebière Gelatinas de Presidente Epitácio utilizar o porto para escoar cerca de 30 contêineres por dia. Com algumas adaptações será possível o transporte de gado vivo, atendendo às muitas fazendas da região.

O porto de Presidente Epitácio possui ligação ferroviária direta com o porto de Santos, Paranaguá, São Francisco do Sul e Rio Grande, que são uns dos mais importantes portos brasileiros. Sua localização também é estratégica em virtude da malha hidroviária com conexão junto ao Tietê-Paraná e países do Mercosul, como o Paraguai. Os produtos transportados pelo porto podem ser facilmente escoados pelas rodovias de fácil acesso na região e pela ferrovia que tem acesso imediato ao porto. Desta forma, além de ocupar um local estratégico para importação e exportação,

também se destaca pela capacidade trimodal, envolvendo o transporte fluvial, rodoviário e ferroviário.

Desde janeiro de 2006 a administração do porto e a Prefeitura Municipal trabalham em conjunto para a implantação de uma estação alfandegária no porto, para que os produtos transportados já saiam desembaraçados de problemas aduaneiros. Já foram realizadas licitações, compra de maquinário e adequação do escritório da Receita Federal.

Em 1998 a Malha Paulista, antiga Fepasa, foi privatizada e cedida ao consórcio formado principalmente pela Vale do Rio Doce e pelos fundos de pensão Previ e Funcep. Passou, então, por algumas administrações: Rede Ferroviária, Ferrovia Bandeirantes(FERROBAN) e Ferrovia Sul Atlântico. Atualmente a concessão de uso da malha ferroviária pertence à ALL - América Latina Logística do Brasil S.A.

Segundo o Diretor Geral da ATEPPE, Adenir Marcos de Melo, há um grande potencial para o crescimento do transporte fluvial com a reabertura do porto. Entretanto, atualmente um dos grandes empecilhos para a efetiva movimentação portuária está atrelado ao custo do transporte ferroviário. Segundo o gerente da ATEPPE, o alto e injustificável custo-frete cobrado pelo transporte ferroviário pela ALL torna inviável tal modalidade, desincentivando, inclusive, a utilização do transporte fluvial.

A ALL é uma das maiores operadoras logísticas com base ferroviária da América Latina. A empresa foi fundada em março de 1997, quando venceu o processo de privatização da Rede Ferroviária Federal e passou a operar a malha Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na época com o nome de Ferrovia Sul Atlântico. Em 1998 assumiu as operações da malha sul paulista e em 1999 adquiriu as ferrovias argentinas Ferrocagil Mesopotamico, General Urquiza e Ferrocargil Buenos Aires al Pacifico General San Martin, quando adotou o nome de América Latina Logística.

Em 2001 a ALL integrou a Declara Ltda., uma das maiores empresas de logística do país e assumiu as operações e contratos comerciais da empresa no Brasil, Chile, Argentina e Uruguai. Adquiriu recentemente as malhas de Brasil Ferrovias e

Novoeste, expandindo suas operações para Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A ALL possui a concessão das ferrovias por 30 anos ⁴².

Entretanto, quando assumiu a operação dos trechos da malha Paulista, Iperó – Pinhalzinho e Presidente Epitácio – Rubião Junior, inicialmente suspendeu a operação do trecho Presidente Epitácio – Presidente Prudente. Depois retomou sua operação em caráter precário e descontínuo, porém, durante determinados períodos suspendeu o tráfego ferroviário entre as duas cidades.

Também foram constatadas diversas irregularidades cometidas pela ALL no trecho Presidente Epitácio – Presidente Prudente. Em setembro de 2004 foi assinado em Brasília o “Termo de Ajuste de Conduta – TAC” celebrado entre a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, o MPF – Ministério Público Federal em Presidente Prudente e a ALL, no intuito de retomar a operação normal do transporte ferroviário no trecho de Presidente Epitácio – Presidente Prudente. Entretanto, até o presente momento as solicitações e negociações não avançaram a contento, muitas das intervenções na infra-estrutura e superestrutura ajustadas no Termo não foram consolidadas, dificultando a utilização do porto de forma mais efetiva.

A precariedade na manutenção da malha ferroviária neste trecho e o alto custo/frete apresentado pela ALL atualmente constituem a maior queixa do diretor da ATEPPE, como empecilhos à adequada utilização do porto, pois sem a opção ferroviária as vantagens do transporte fluvial tornam-se menos competitiva. De acordo com Adenir Marcos de Melo foram várias as contestações e petições junto ao ministério público no intuito de se levantar soluções plausíveis a esta situação, entretanto, praticamente não houve avanços nas negociações, e, assim, o porto de Presidente Epitácio retoma sua atividade de forma bastante tímida.

Para o diretor geral da ATEPPE há uma força de interesses que atua em conjunto e que impede que as soluções se concretizem. A influência de empresas diretamente relacionadas ao transporte rodoviário (como concessionárias de pedágio, fabricantes de pneus e transportadoras) interfere nas decisões que são tomadas e adia medidas e determinações estabelecidas. A ALL – América Latina Logística, também

⁴² <http://stock-buster.blogspot.com/2006/06/amrica-latina-logstica-all-o-trem.html>

possui frota de caminhões, e tem interesses na manutenção e crescimento do transporte rodoviário.

No Brasil, a ausência de políticas públicas eficientes e adequadas que atuem mediante um planejamento contínuo que prestigie e incentive a conexão integrada entre as diferentes modalidades de transporte, é a verdadeira causa do retrocesso que presenciamos atualmente. As graves distorções que atingem o sistema de transporte brasileiro é resultado de uma história repleta de improbidades, falta de planejamento estratégico com visão de futuro e desígnios equivocados. A construção da infraestrutura rodoviária para integrar o país e a implantação de um processo econômico e produtivo baseado na indústria automobilista potencializou e consolidou o transporte rodoviário como o principal meio de transporte no Brasil.

Presidente Epitácio reinaugura seu porto, entretanto ficará à mercê das decisões que são tomadas fora de seu domínio. Neste jogo de interesses prevalecem os que detêm maior poder de influência e prestígio. Em virtude das contradições da sociedade capitalista, a dinâmica das suas relações também se expressa de forma difusa.

O Figueiral e as Atividades de Lazer.

Tanto os pescadores como os demais habitantes de Presidente Epitácio tinham o costume de freqüentar assiduamente o parque O Figueiral. Era um local de reunião familiar, aonde todas as tardes, principalmente aos finais de semana, pais e filhos iam brincar, fazer piquenique, nadar ou simplesmente apreciar o por do sol.

Era comum encontrar o parque repleto de pessoas, pois era uma prática cotidiana dos moradores. As pessoas se dirigiam até o Figueiral caminhando à pé, em virtude da proximidade com suas moradias, constituindo uma prática corriqueira e constante.

Era o local do jogo e do lúdico, do encontro e da identidade. Um lugar onde o valor de uso se sobrepunha ao valor de troca. Não era um local construído segundo concepções modernas, possuía formatos simples, sem muita infra-estrutura, as quais foram sendo acrescentadas aos poucos, com o decorrer do tempo. Mas era um lugar

especial para a população, pois tinha um significado próprio que representava o coletivo.

Alguns moradores de Presidente Epitácio testemunham o quanto era prazeroso estar no parque, onde nadavam, conversavam, faziam festa. *“Passei minha infância inteira indo no Figueiral, lá sim era uma delícia”*. Também era visitado por moradores de cidades vizinhas. Mas os residentes eram os que mais o freqüentava.

Em algumas entrevistas realizadas pudemos constatar que hoje são poucos os moradores que continuam freqüentando o Parque. Os visitantes atuais são oriundos das cidades circunvizinhas e próximas à região. A maior crítica entre os entrevistados diz respeito à nova localização, pois ficou longe da cidade se tornando inviável para quem não tem condução própria.

Há ribeirinhos que nunca foram até o Novo Parque Figueiral, pois de acordo com alguns depoimentos *“agora o parque virou algo mais social, e acaba selecionando as pessoas que vão freqüentá-lo”*. Alguns não se sentem adaptados ao novo ambiente, outros têm dificuldade de se locomover até lá.

A distância do núcleo central torna difícil o percurso para quem não possui carro. Quando há show a prefeitura disponibiliza ônibus que faz o trajeto, entretanto não há linha regular para as proximidades. Para famílias com criança pequena ficou totalmente inviável a ida até o parque sem um meio de transporte adequado.

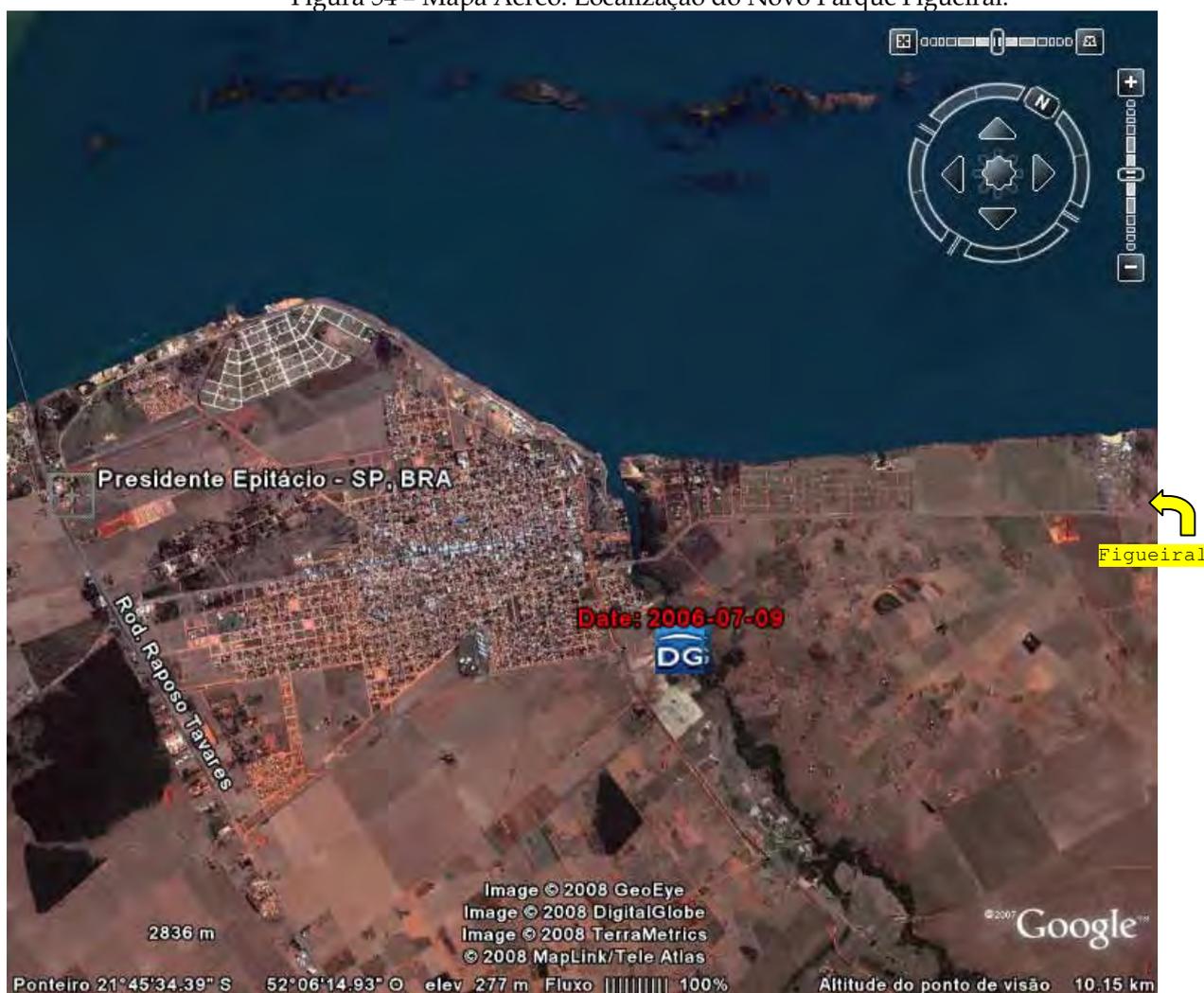
Atualmente o novo Figueiral também recebe milhares de visitantes. Aos finais de semana chega a receber cerca de vinte mil pessoas. Entretanto seu público já não possui a mesma face.

Hoje o parque é acessível àqueles que possuem um pouco mais de recursos financeiros capaz de usufruir dos benefícios que oferece. São provenientes das cidades vizinhas e passam o dia todo ou acampam no parque, onde alugam quiosques para churrasco.

A entrada ao parque é gratuita, não sendo cobrado ingresso, exceto nos dias com shows artísticos. Entretanto, são inúmeros os fatores que inibem a presença dos freqüentadores do antigo Figueiral ao novo parque.

A cobrança do aluguel dos quiosques, a distância e a dificuldade de acesso, conforme pode ser constatado no mapa abaixo, por si só, já é seletiva. Não há uma restrição formalizada, mas intrinsecamente o acesso é negado uma vez que foram retiradas as condições para que a população menos favorecida possa frequentá-lo. É uma forma sutil de promover a separação social no espaço produzido.

Figura 54 – Mapa Aéreo: Localização do Novo Parque Figueiral.



Fonte (Google Earth).

Embora tenha recebido o mesmo nome: “Parque Figueiral”, não é mais o mesmo parque. Constitui-se numa outra coisa, num outro espaço, com significados, função e forma diferentes de outrora. Passou a ser um lugar estranho àqueles que conviviam com o antigo Parque Figueiral.

Se outrora o parque configurava como um eixo de referências mais duradouras, enquanto produção e apropriação coletiva, hoje se transformou num lugar efêmero, normatizado e especializado para a prática do lazer e para ser palco de shows e espetáculos, enfim, foi produzido para ser consumido e valorizado pela indústria do lazer.

Se antes o Figueiral tinha a função do uso, hoje ele incita ao consumo. O uso se dava pelo usufruir do espaço de forma descompromissada, pelo prazer de estar presente, de ser participante, de vivenciar um momento único, experiência que não se repete no tempo, nem no espaço. Outrora a apropriação do espaço se dava por meio do uso no cotidiano e para a realização pessoal. Hoje tem como função o consumo. O consumo de seu espaço enquanto local destinado ao lazer e ao tempo livre. Também é um local para apresentação de shows, transformando o consumidor num mero espectador. Assim pode-se consumir o lúdico e o espaço construído para sua prática, tudo ao mesmo tempo.

Atualmente o Parque Figueiral é um atrativo turístico da cidade, portanto especializado para a prática do lazer, que deve ser consumido por quem o visita. Recentemente foi investido cerca de R\$ 96.520,00 na construção de novos quiosques com churrasqueira e na plantação de coqueiros em toda a orla do parque. Melhorias que trazem embelezamento e aumentam sua atratividade, resultando no acréscimo de visitas.

Neste sentido o espaço também passa a ser comercializado e entra no circuito da troca como mercadoria, pois as atividades desenvolvidas no espaço devem estar sempre atreladas aos setores produtivos, ao invés de estarem atreladas às relações com o vivido.

Esta inversão de valores revelada nos espaços de lazer demonstra as contradições do modo de produção capitalista desta sociedade. A sociedade dividida parcela também o espaço mediante os diferentes modos de uso e de apropriação.

No processo de reprodução das relações sociais capitalistas, o espaço produzido e oferecido aos pedaços também inibe o acesso, impõe subterfúgios, segrega, separa, expulsa. O faz às vezes sutilmente, disfarçadamente, pois a parcela

da população que não tem poder aquisitivo suficiente para consumir, fica do lado de fora. A proibição não é declarada, mas as barreiras que se estabelecem impõem limites imaginários e intransponíveis que segregam e separam.

Desta forma, as relações sociais estão inseridas no espaço, assim como suas representações de poder, com os signos e símbolos que emergem do campo da dominação. A aparente neutralidade vinculada à organização e estruturação espacial pode mistificar os interesses e estratégias dominantes que se estabelecem no intuito de distanciar as diferenças e distribuí-las em parcelas distintas do território. Ao se planificar e funcionalizar os espaços de lazer pode-se redefinir seu uso e seu sentido.

O perfil do público que atualmente frequenta o parque não é característico de elites ou de classes sociais mais abastadas, entretanto, difere dos antigos frequentadores, os quais pertenciam a um estilo de vida mais simples e de menor poder aquisitivo. Eram os “filhos da terra”, os ribeirinhos que viviam ao seu redor, numa área que ainda não havia sido “descoberta” pela especulação imobiliária ou pela “visão empreendedora”.

Um dos pescadores entrevistados, morador do bairro Conjunto Habitacional Alto do Mirante II, lamenta que hoje o *“pescador que ali vive não tem mais lazer, se tem, este se resume à televisão”*. Esta difícil realidade retrata o novo estilo de vida à qual a população ribeirinha tem de se adaptar. Distante das possibilidades que permitiam suas realizações pessoais e que davam sentido e significado ao seu modo de ser, esta parcela da população caminha tentando se re-encontrar, na tentativa de descobrir novas potencialidades para possíveis mudanças e transformações.

A familiaridade, o convívio, as relações que se estabelecem e que se fundem criam o lugar da identidade, do encontro, do cotidiano, da vida. O antigo Parque Figueiral tinha este conteúdo simbólico, esta essência de valores. O lazer que se exercia nele constituía-se numa prática espontânea, acontecia naturalmente, como extensão da manifestação da vida. Entretanto quando o mundo da mercadoria se apodera e invade a esfera do lazer, seu exercício e prática são reestruturados e passa a ser orientado por uma outra lógica, vinculada à funcionalidade do espaço e do tempo. Então o momento de lazer tem de ser produtivo, deve ser aproveitado

intensamente, não se pode perder tempo. Não se pode deixar de usufruir de tudo o que o espaço oferece, ele tem de ser consumido ao máximo. Tem de ser aproveitado em todas as suas instâncias, principalmente quando se paga pelo seu uso.

O fruto do trabalho das mãos do artesão compunha a sua obra. Empenhava sua virtude, seu conhecimento, sua visão e percepção do mundo em tudo o que criava. A produção em série anulou estas propriedades dos objetos criados, transformando-o em mercadoria, em produtos a serem consumidos. Da mesma forma, a funcionalização dos espaços normatizam a vida cotidiana, e na esfera do lazer a noção de tempo/espço ganha outra conotação. O espaço passa a ser comercializado e consumido como mercadoria, a partir de seus “atributos especiais”. A atividade de lazer deixa de ser fruto da experiência humana, e passa a ser resultado da padronização do comportamento humano.

Entretanto, no âmago destas questões, se não há a possibilidade de retorno, há alternativas não consumadas que despontam como virtualidades possíveis. No caso específico de Presidente Epitácio torna-se necessário se pensar num outro modelo capaz de permitir novas formas de apropriação. Tal projeto exigiria uma planificação orientada para as necessidades sociais, vinculada ao crescimento qualitativo capaz de promover o desenvolvimento social e não apenas ao crescimento quantitativo exigido pelo domínio econômico.

Para tanto, mecanismos já existentes poderiam e deveriam ser utilizados de forma a re-direcionar os recursos disponíveis. Atualmente enquanto Estância Turística o município recebe verbas anuais que podem ser investidas em infraestrutura em benefício da camada populacional menos favorecida, promovendo a distribuição do bem estar social. A Compensação Financeira destinada aos municípios que tiveram áreas inundadas em função de construção de usinas hidrelétricas também constitui um montante significativo de recursos disponíveis.

Tais recursos, se bem direcionados e aplicados, podem resultar em inúmeros benefícios para a população. Por exemplo, áreas próximas às margens do rio podem ser adquiridas para relocação da população ribeirinha, principalmente dos que vivem da atividade pesqueira, possibilitando, assim, novas formas de apropriação.

Projetos podem ser elaborados, envolvendo os artesãos, poetas e músicos locais, no intuito de divulgar e prestigiar as manifestações artísticas. Os assentamentos rurais, recebendo incentivos e orientação adequada e mediante projetos articulados, em parceria com o poder público e outros setores, também podem obter melhores resultados em suas atividades. Enfim, diversas medidas podem ser adotadas com o objetivo de promover o crescimento qualitativo, que resulte em melhores condições de vida para toda comunidade.

Desta forma, as possibilidades não resolvidas poderão se concretizar mediante ações integradas entre a população local e as políticas públicas estabelecidas.

O espaço lúdico pode e deve ser restaurado, não segundo as concepções quantitativas da racionalidade, mas como espaços qualitativos, que possibilitem a prática do lazer enquanto manifestação espontânea, vinculada à realização pessoal e coletiva.

Lefèbvre (2001, p. 132-135) aponta o resgate do lúdico como uma possibilidade de mudanças. Os espaços lúdicos de caráter qualitativo são os lugares do encontro, da reunião, da festa, onde ocorrem as manifestações mais autênticas. A centralidade lúdica permite restituir o sentido da obra, e quando a qualidade é promovida, esta se representa e se apresenta como lúdica.

Considerações Finais

A base das relações sociais capitalistas está intrinsecamente associada ao predomínio do direito sobre a propriedade privada através da qual a dominação se realiza. Para que este fim se sustente e se perpetue, novas estratégias são criadas e diferentes discursos são elaborados. O capitalismo se “metamorfoseia” mediante artifícios que induzem planejamentos, planificações, estruturações, funcionalizações e racionalidades que modificam práticas sociais e fundam valores e signos.

Tais movimentos concebem uma sociedade cindida e alienada, conflituosa e contraditória, compartimentada, segregada, pois na incoerente racionalidade deste sistema as desigualdades são ignoradas e as diferenças não são confrontadas, analisadas, compreendidas ou aceitas. São descartadas, desassociadas, apartadas. O que foge ao padrão é considerado como desvio, colocado à parte, às margens. Surgem, então, os redutos dos diferentes, afastados entre si para que se evitem conflitos. Assim fortalece-se a necessidade de novos planos, projetos, métodos e organizações, numa sucessiva racionalidade que tende à homogeneização das condutas, dos valores, dos costumes, dos lugares, da vida. O principal objetivo e intuito destes preceitos são o fortalecimento e a reprodução do ciclo do capital.

O Poder Público, em todas as suas instâncias, detêm poder e autonomia para intervir direta ou indiretamente na base e na esfera social. Promove e incentiva o deslocamento de atividades, modifica a forma e função do espaço e, em alguns casos, destrói ou transforma completamente a morfologia da cidade. Sua ação, muitas vezes, gera um movimento de valorização e desvalorização de lugares que implica em migrações por expulsão, desapropriação ou dominação, que resulta na destruição e perda das relações de vizinhança, das possibilidades do encontro e da identidade. Esvazia-se o uso dos lugares pela normatização, funcionalização e mercantilização do espaço.

Lefèbvre (2001, p. 77) afirma,

O racionalismo burocrático do Estado e o da organização industrial, apoiada pelas exigências da grande empresa, caminham na mesma direção. Simultaneamente, impõe-se um funcionalismo simplificador e contextos sociais que transbordam o urbano. Com o pretexto da organização, o organismo desaparece, de maneira que o

organicismo oriundo dos filósofos surge como um modelo ideal. A ordenação das “zonas” e das “áreas” urbanas se reduz a uma justaposição de espaços, de funções, de elementos práticos. Setores e funções estão estreitamente subordinados aos centros de decisão. A homogeneidade predomina sobre as diferenças, provenientes da natureza (sítio), do meio camponês (território e torrão natal), da indústria. A cidade, ou o que dela resta, é construída ou remanejada como se fosse uma soma ou uma combinatória de elementos. Ora, desde o momento em que a combinatória é concebida, percebida e prevista como tal, as combinações são mal discernidas: as diferenças caem na percepção de seu conjunto. De modo que é inútil procurar racionalmente a diversidade: uma impressão de monotonia recobre essas diversidades e predomina sobre elas, quer se trate das moradias, dos imóveis, dos centros ditos urbanos, ou das áreas organizadas. O urbano, não pensado como tal mas atacado de frente e de trás, corroído, roído, perdeu os traços e as características da obra, da apropriação.

Para o autor, houve um momento na história em que a cidade era percebida e concebida enquanto obra, ou seja, como fruto da atividade humana criadora e criativa, como resultado da apropriação que gera laços identitários capazes de produzir a idéia de pertencimento.

Assim como afirma Carlos (2005, p. 226) “a cidade enquanto obra de arte é produzida para o corpo – vivida pelo homem através de todos os seus sentidos (...) é obra de todos para cada um – é a história particular realizando-se como história coletiva”.

Os lugares de encontro que se constituem como fruto da apropriação possibilitam que seu uso se realize de forma criativa, através do encontro, onde o público é uma continuação da vida privada mediante as relações de sociabilidade.

Se a constituição do antigo Parque “O Figueiral”, de acordo com esta forma de análise, aponta para a produção sócio-espacial compreendida enquanto “obra”, sua substituição por um espaço planejado com função direcionada ao uso turístico, nos encaminha para a idéia de “produto”.

O valor da cidade enquanto obra, de acordo com Lefèbvre (2006), reforça o valor de uso em detrimento ao valor de troca. É o uso para a vida e que flui da vida cotidiana que se estabelece enquanto prioridade e sentido. Com a primazia dada à propriedade privada e com a potencialização do espaço enquanto mercadoria, o valor de troca se autonomizou e a cidade passou a ser constituída enquanto produto e articulada pela racionalidade produtiva que cria espaços padronizados e funcionais, priorizando a reprodução do capital.

Para o autor, portanto, a cidade como arte está vinculada à apropriação e ao valor de uso, o que permite o sentido e a razão dos lugares. Entretanto, quando o valor de troca sobrepuja, a vida se realiza enquanto privação, a cidade se reproduz enquanto exterioridade e o sentido dos lugares se esvaziam. Perde-se o sentido da obra quando os símbolos urbanos desaparecem. Quando a rua, os lugares de encontro, as praças, os locais das festas e dos lazeres desaparecem, são destruídos ou substituídos.

Carlos (2005, p. 229) aponta o resultado deste processo, que se revela como a “produção amnésica do espaço, momento em que a cidade se transforma, renovando-se com a destruição dos lugares, e com eles os referenciais que produzem a identidade que sustenta a memória”. O que é comprovado em nosso trabalho através da fala de um pescador, acerca do novo parque Figueiral, que nos disse: *“Hoje a gente já não vai lá não. Não é um lugar pra nós, é longe e a gente nem se sente bem lá,”*.

A partir deste momento, a história acumulada e seus conteúdos deixam de ser referência no processo de produção do espaço. Os lugares ganham funções específicas de uso, com aparatos apropriados a cada destinação, produzindo “espaços sem espessura”, sem os significados que dão sentido à existência.

“O espaço perdeu a espessura, ganhando qualidades geométricas – que esvaziam os lugares da vida. A vida se empobrece e, no processo, a identidade deve constituir-se a partir de parâmetros exteriores e impostos à vida cotidiana”. (CARLOS, 2005, p. 203).

Neste sentido, a produção do espaço urbano é perpassada por projetos que priorizam o desenvolvimento econômico e projetam a cidade enquanto espaços competitivos para o mercado. Estratégias políticas de desenvolvimento são propostas enfatizando-se determinadas atividades produtivas, como a atividade turística, projetando-as como prioritárias.

O sucesso desta empreitada exige ações, mediações e intervenções que transformam espaços e modificam seu uso e sua função. Esta tática também é

seletiva, pois impõe obstáculos concretos e simbólicos que inibem e/ou incentivam a presença de uns em detrimento de outros, gerando espaços de segregação.

Os grandes centros urbanos evidenciam esta realidade com mais avidez, pois suas atividades, interações, relações sociais, diversidade econômica, espacial e cultural são mais complexas e intensas, e ocorrem numa velocidade extrema.

Entretanto este panorama não está restrito às grandes metrópoles. As pequenas localidades e cidades interioranas estão estruturadas e organizadas (produtiva, econômica e socialmente) nas bases da racionalidade capitalista e, portanto, vivenciam realidades semelhantes, partilham experiências e problemas afins.

Neste contexto, o município de Presidente Epitácio segue os mesmos moldes que engendram as transformações urbanas e urbanísticas das grandes cidades. As estratégias e diretrizes seguidas são alimentadas pela saga do desenvolvimento e crescimento econômico, pautadas pela planificação estratégica e funcional do espaço. É evidente que a complexidade das suas relações é menos intensa em relação aos grandes centros, o que facilita a análise e a compreensão. Entretanto, expressa a mesma essência em seu âmago, reproduz os mesmos sentidos e ideologias. O retrato de suas paisagens, a morfologia de seu território e o mapeamento de suas áreas revelam estratégias segregacionistas orientadas pelo, e para o plano econômico.

A partir das transformações ocorridas em seu território em função da construção da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Mota, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento local foram e estão sendo estabelecidas, no intuito de fomentar as atividades e promover o tão almejado progresso e crescimento econômico.

Foi viável ao Poder Público promover o turismo (atrelado ao lazer que sempre existiu no município) como atividade econômica promissora, uma vez que dinamizou incentivos para construção e remodelamento de áreas destinadas a este uso, mediante justificativas alicerçadas sob a égide do desenvolvimento econômico. O turismo evidentemente pode gerar divisas e retorno de capital para investidores e poder público, mediante arrecadação de impostos e repasses de verbas.

Enquanto a reestruturação de determinadas áreas privilegiou setores como comércio e prestação de serviços e promoveu a valorização de outras, impulsionando a especulação imobiliária, parte da população, a menos abastada, foi alijada de seu modo de vida e de seus direitos, tendo suas propriedades desvalorizadas e sendo realocada em áreas distantes e marginais.

O distanciamento da população ribeirinha dos lugares de lazer condiz com a racionalidade que projeta a separação para a prática, e promove o distanciamento entre os diferentes, afastando da “nova paisagem” os “personagens inconvenientes” e que não condizem com o perfil do “novo público consumidor”. Fica evidente o sentido político da segregação como estratégia de classe.

Um olhar crítico sob a atual distribuição sócio-espacial do município evidencia este movimento engendrado pela lógica segregacionista, que determina estrategicamente as parcelas do território que serão destinados para cada grupo social, de forma a privilegiar a estética dos lugares destinados a atividades específicas, arremessando para o lado de trás os indivíduos que “não combinam” com as novas formas construídas, vinculadas aos projetos de desenvolvimento local. Este movimento de “limpeza da área”, que coloca do lado de fora do eixo turístico a população menos favorecida, demonstra a lógica que move tais ações.

A transformação dos espaços de lazer em estruturas funcionalizadas e planificadas lhe sugere outros significados. Seu uso se dá de outra forma. O visitante tem o intuito de consumir o espaço pelo e para o uso turístico e o vínculo que se estabelece não é fruto da construção histórica e social. O espaço torna-se objeto de consumo para o estetismo e para turistas ávidos pelo espetáculo e pelo pitoresco.

Estes movimentos revelam os conflitos e contradições desta sociedade e apontam para alguns questionamentos. Dentre eles, abordamos um aspecto que está presente na obra de Lefèbvre(2001), que nos instigou a análises, e diz respeito à prática do lazer.

Para Lefèbvre (2001, p. 128), o lazer ganhou uma conotação social no imaginário coletivo que não condiz, ou não deveria condizer, com sua prática mais pura, mais autêntica.

O imaginário social arrumado (pela ideologia, pela publicidade), bem como a triste realidade dos *'hobbies'* e da *'criatividade'* minimizada fecham os horizontes. Nem a saída de férias, nem a produção cultural industrializada – nem os lazeres na vida cotidiana, nem os lazeres fora da cotidianidade – resolvem o problema. Suas imagens impedem que ele seja colocado. O problema é acabar com as separações: *'cotidianidade-lazer'* ou *'vida cotidiana-festa'*. (LEFÈBVRE, 2001 p. 128).

Para o autor é preciso “restituir a festa transformando a vida cotidiana”, ou seja, a cidade tem de reencontrar esta função e propósito. A festa e os lazeres devem pertencer aos habitantes como manifestação natural e prática da vida ao invés de estarem incrustadas pela banalização projetada do contexto atual. Neste sentido, é preciso pôr a apropriação acima da dominação.

“Assim se formula um dos objetivos estratégicos (que, aliás, consiste apenas na formulação daquilo que se passa hoje, sem graça, sem esplendor, nas cidades em que festividades ou festivais tentam muito sem jeito recriar a Festa)”. (LEFÈBVRE, 2001 p. 129).

O princípio desta transformação poderia estar no resgate do *lúdico* no seu sentido mais amplo, mais profundo, mais autêntico. Para Lefèbvre (2001, p. 132), o esporte é lúdico, o teatro, as brincadeiras das crianças e dos adolescentes, a atividade criadora, a arte, o conhecimento e suas manifestações, as festas e as reuniões populares. O sentido do lúdico deve ser resgatado e re-enquadrado no significado do conjunto social, da vida coletiva e na prática cotidiana. E o espaço urbano deve permitir esta oportunidade, esta possibilidade.

“A *centralidade lúdica* tem suas implicações: restituir o sentido da obra trazido pela arte e pela filosofia”. (Lefèbvre 2001, p. 132) (grifo do autor).

Se a cidade capitalista criou o centro de consumo e transformou-se num objeto de consumo cultural, se suas formas, estruturas e funções são estabelecidas por uma racionalidade tecnicista e por significações dogmáticas que geram uma sociedade segregada, fragmentada, cindida, alienada e desvinculada de sua própria humanidade, há a necessidade de se propor uma outra possibilidade.

Lefèbvre (2001, p. 135), aponta o “Direito à Cidade” como uma forma superior de direitos, que implica o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Para o autor o direito à cidade implica no direito à *obra*

(enquanto atividade participante), e no direito à apropriação do espaço e do tempo (que se diferencia do direito à propriedade).

Implica no direito à vida, ao lúdico, à festa, às atividades criativas e criadoras. No direito de acesso a toda e qualquer parcela do território para o convívio e o encontro. Pressupõe o direito de apropriação do espaço, transformando-o em lugares da manifestação da vida e dos lazeres, sem restrições, barreiras, obstáculos, priorizando o valor de uso em detrimento ao de troca.

No caso de Presidente Epitácio, entendemos que não é possível a reapropriação desses direitos. Não há retorno. O que há é a possibilidade de uma outra apropriação, porque o espaço é outro, e o tempo também, e, portanto oferece outra condição de apropriação (o que efetivamente está acontecendo como já exposto).

A apropriação de novas áreas pela comunidade local e uma participação ou envolvimento mais efetivo da população ribeirinha nas decisões e atividades locais podem representar uma possibilidade de mudanças. O resgate do lúdico, conforme afirma Lefèbvre, mediante oportunidades e condições para prática de atividades criadoras e espontâneas apontam para novas possibilidades.

Reflexões como as que aqui foram expostas deveriam iluminar e direcionar alguns planejadores urbanos em seus projetos e planos desenvolvimentistas. Esta pesquisa não pretende esgotar aqui tais análises, mas se propõe a estimular a crítica, apontando caminhos e direções que resultem em decisões que privilegiem os valores da vida na sua essência e que possibilitem a projeção de uma sociedade mais humana.

Bibliografia

ALLAIRE, Gilles (2002), "L'économie de la qualité, en ses secteurs, ses territoires et ses mythes". In, *Géographie, Économie, société*, vol. 04, n° 02.

AMIN, Ashh & ROBINS, Kevin (1994), "Regresso das Economias Regionais? A geografia mítica da acumulação flexível", In Benko & Lipietz (orgs), *As Regiões Ganhadoras*, Ed. Celta, Oeiras.

ANDRADE, José Vicente. Turismo: Fundamentos e dimensões. São Paulo: Editora Ática, 1998.

_____, José Vicente. Gestão em lazer e turismo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2001.

ANDRADE, Theophilo de. O Rio Paraná no roteiro da marcha para o oeste. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1941.

BECKER, Bertha. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Org.). Turismo: Espaço, paisagem e cultura. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENKO Georges e PECQUEUR Bernard. "Os recursos de territórios e os territórios de recursos". Revista *Geosul*, Florianópolis, 2001, v. 16, n° 32.

_____, Georges, "A recomposição dos espaços". In *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, 2001, volume 1, número 2, março 2001, pp 7 - 12.

BOURDIEU, Pierre. "Efeitos do lugar" in *A Miséria do mundo*, 3ª ed. Petrópolis, 1999.

BOYAR Robert, "Os modos de regulação na época do capitalismo globalizado: depois do bom, a crise?". In, FIORI José L., LOURENÇO Marta S., NORONHA José C. (orgs). *Globalização: o fato e o mito*. Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 1998b, pp. 195-122.

BOYER, Robert. Economia e história: caminhando para novas alianças? In B. Théret & J.C.S. Braga (orgs), *Regulação Econômica e Globalização*, Fundap/Unicamp, 1998.

BOYER, Marc. História do turismo de massa. Bauru. São Paulo: Edusc, 2003.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Educação para o lazer. São Paulo: Moderna, 1998.

_____, Luiz Octavio de Lima. O que é Lazer? Editora Brasiliense S.A. - 1999. Coleção Primeiros Passos.

CARLOS, Ana Fani. A cidade de São Paulo. São Paulo: Contexto, 1994.

_____, Ana Fani. Aos caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994a.

_____, Ana Fani. Novas condições do Espaço. In DAMIANI, Amélia L.; CARLOS, Ana F.; SEABRE, Odette C. L. (Orgs.). O Espaço no fim do século - a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.

_____, Ana Fani. Espaço-Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____, Ana Fani. O Direito à Cidade e a Construção da Metageografia. Cidades, Revista Científica / Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente - Grupo de Estudos Urbanos, 2005, Vol. 2, nº 4. 2005.

_____, Ana Fani. O Lugar no / do mundo. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARMO, Roberto L. "A água é o limite? Redistribuição espacial da população e recursos hídricos no Estado de São Paulo" Campinas, 2001. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CASTELLI, Geraldo. TURISMO: Atividade marcante do século XX. 2ª ed., Caxias do Sul (RS): Educs, 1998.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CORBISIER, Roland. Prefácio. In ELLUL, Jacques. A técnica e o Desafio do século. Rio de Janeiro, Editor Civilização Brasileira, 1997.

CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.

_____, Rita de Cássia. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

_____, Rita de Cássia. Os paradoxos do turismo na cidade de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani A; OLIVEIRA, Ariovaldo U. (Org.). Geografias das Metrôpoles. São Paulo: Contexto, 2006.

DAMIANI, Amélia L. Turismo e Lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo, modernidade, globalização. 3ª ed. São Paulo. Hucitec, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina (2001). O papel das inovações e das instituições no desenvolvimento local, mimeo, s/d.

DOLFFUS, Olivier. O espaço geográfico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

GODOY, Benedito. Historia de Presidente Epitácio. Presidente Epitácio, 2002. (Publicação CIP - Registrado na FBN - livro 485 - fl 453).

HARVEY, David. A Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

_____, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annblume, 2005.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território: Para um enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, Remy. "L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire". Revue de Géographie, nº 4, France 1991.

LAFARGUE, Paul. O direito à Preguiça. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. O Fim da História. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1971.

_____, Henri. A Reprodução das relações de produção. Tradução de Antonio Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973. (Cadernos O Homem e a Sociedade).

_____, Henri. Perspectivas de la sociologia rural. In: -. De lo rural a lo urbano. 4. ed. Barcelona: Península, 1978.

_____, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

_____, Henri. Espace et politique. Le droit à la ville II. Paris : Anthropos, 2000.

_____, Henri. O direito à Cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. (4ª Edição-2006)

_____, Henri. A Revolução Urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MAILLAT Denis, "Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção" In *Interações* - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, 2002, vol 3, nº 4, março.

MAMBERTI, Marina M. S., BRAGA, Roberto. Arranjos Produtivos Turísticos e Desenvolvimento Local. Artigo Publicado originalmente em: Anais do "I Seminário Internacional O Desenvolvimento Local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas". UNESP, Rio Claro, 19 a 21/05/2004.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e Humanização. 2ª ed. Campinas, SP, Papyrus, 1995. (Coleção Fazer Lazer).

MARTINELLI, Marcello. A Imagem Figurativa e a Imagem Cartográfica no Turismo. In. FARIA, Ivani Ferreira (Coord.). Turismo : Lazer e Políticas de Desenvolvimento Local. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001. (Coleção Geografia e Turismo).

MARTINS, José de Souza (Org.). Henri Lefèbvre e o Retorno a Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996.

MENESES, Ulpiano T. Becerra. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, Sérgio. O Pós-turismo: tradução Roberto Sperling. - São Paulo: Aleph, 2003. - (Série Turismo).

MORAES, Antonio Carlos R. e COSTA, Wanderley Messias. Geografia Crítica - A Valorização do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____, Antonio Carlos R.. Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Políticas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____, Antonio Carlos R.. A Gênese da Geografia Moderna - Geografia, Teoria e Realidade. São Paulo: Hucitec, 1989.

NICOLÁS, Daniel H. (Org.). Elementos para un análisis sociogeografico del turismo. In. RODRIGUES, Adyr B. (org). Turismo e Geografia - reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.

OKIMOTO, Manira C. O Projeto Turístico de Presidente Epitácio e as suas implicações econômicas, sociais e ambientais: um estudo preliminar. Monografia do Bacharelado em Geografia, 1990.

PADOVANI, Eliane G. R.. Parque Temático: modernização e consumo do espaço. Rio Claro, 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP - Universidade Estadual Paulista - Rio Claro/SP.

QUEIROZ, Paulo R.C.. A Navegação na Bacia do Paraná e a integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional. Dourados: Abphe, 2003.

REQUIXA, Renato. Sugestões e Diretrizes para uma política nacional de lazer. São Paulo, Sesc, 1980. (Biblioteca Científica SESC - Série Lazer).

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Desafios para os estudiosos do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. O Planejamento Turístico: conceitos básicos. IN: Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas. SP. Papyrus, 1997.

RYBCZYNSKI, Witold. Esperando o Fim de Semana. Rio de Janeiro. RJ. Record.,2000.

SANCHEZ, Joan-Eugení. *Espacio, economia Y sociedad*. Espanha: Siglo Veintiuno, 1991.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: Fundamento teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1997. 5ª Edição.

_____, Milton. A natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, Milton. Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo: Nobel, 1998.

SCARPINELLA, Cláudio A. "Porto Primavera: O paradigma de análise e os processos de decisão e implantação". São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em Energia) - Escola Politécnica / Instituto de Eletrotécnica e Energia, Universidade de São Paulo.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. "Territórios do uso: cotidiano e modo de vida". In Cidades, vol. 1, nº 2, Presidente Prudente: GEU, 2004, pp181-206.

SILVEIRA, Maria Laura. Da Fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). Turismo, modernidade, globalização. 3ª ed. São Paulo. Hucitec, 2002.

SLOTERDIJK, Peter. No mesmo barco: ensaio sobre a hiperpolítica; tradução de Cláudia Cavalvanti. – São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STORPER, Michael, “Territoires, flux et hierarchies dans l’économia globale” In, *Géographie, Économie, Société*, 2000, vol 2, n° 1, pp. 3-34.

TERTRE C. du, MOUHOUB M., MOATI P., PETIT P., << Secteurs et territoires dans les regulations émergentes>> In *La lettre de la régulation*, 2000, n° 33, juin 2000.

VELTZ Pierre. *Mondialisation, Villes et territoires: l’économie d’archipel*, Puf, Paris, 1996.

YÁZIGI, Eduardo. Turismo - uma esperança condicional. São Paulo: Plêiade, 1998.

_____, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza (Org.). Turismo: Espaço, paisagem e cultura. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____, Eduardo. A alma do lugar: turismo planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto, 2001.

_____, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: contexto, 2002.

SITES CONSULTADOS.

http://www.turismo.gov.br/0-catalogo-documentos/artigos%2520tecnicos/RelatoriodeAtividadesMTur_23_09_2003.pdf+PNT+TURISMO&hl=pt-BR&ie=UTF-8.

<http://www.embratur.gov.br/br/conteudo/index.asp?id=188>.

<http://www.embratur.gov.br/br/conteudo/ver.asp?conteudoId=184&id=217>

http://www.epipesca.net/50/index.html?*session*id*key*=*session*id*val*

http://www.ibama.gov.br/pndpa/index.php?id_menu=36&uf=SP

http://www.igc.sp.gov.br/copm_ugrhi.htm

<http://www.igc.sp.gov.br/mapasRas.htm>

<http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/10/davis/davis.pdf>.

http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_04/Reg04_Assis.htm

<http://200.144.29.101/website/webrota/viewer.htm>

<http://www.presidenteepitacio.sp.gov.br/>

<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>

<http://www.senado.gov.br/web/conleg/artigos/economicas/OsProgramasGovernamentais.pdf>.

<http://www.terra.com.br/economia/2000/12/04/112.htm>

http://www.planejamento.sp.gov.br/AssEco/textos/Presidente_Prudente.pdf

http://www.comitepcj.sp.gov.br/download/PERH/04-07_UGRHI-22.pdf